Retomadas

Esta publicação foi desenvolvida coletivamente na disciplina Pflex: Retomadas ministrada por Luiza Nascimento, Thiago Benucci e Wellington Cançado no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG no primeiro bimestre de 2026.

Estudantes

Alessandra Teixeira Alzamora Gomes
Alice Selim de Salles Camilo
Ana Clara Alves Gil de Lima
Ana Liz Lino Medina da Silva
Ana Luiza Malaquias Dutra
Bernnardo Diogo Nunes Souza
Christian Amaral Moreira
Isabela Aparecida Ferreira
Isabella Melo Monteverde
Isadora Pereira Brito
Joana Tamietti Caetano
Julia Santos de Lemos
Laura Galizoni Ribeiro
Laura Parreira Chequer
Lidia Maia Moreira
Mariana Batista Modesto da Silva
Mariana Groberio Tiradentes Oliveira
Mariana Melo de Almeida
Mariana Versiani Vilas Boas de Paula
Marina Melo Saade Araujo
Marina Metzker Pifano de Melo
Marina Pinheiro Figueiredo
Otavio Augusto Alves Martins
Rafael Pereira de Miranda
Samara Pinheiro Aragao
Tarsila Queiroz Monici
Vitoria Barboza de Miranda

Sumário

Plano
Mapa
Catálogo
Abrigos
Ensaios
Bibliografia

Plano

Como a arquitetura e o urbanismo podem contribuir com as retomadas indígenas?

Objetivos gerais

1. Mapear retomadas no território brasileiro;

2. Catalogar as arquiteturas das retomadas, suas configurações espaciais e seus aspectos construtivos, técnicos, políticos, legais, ecológicos, etc;

3. Prototipar sistemas, interfaces e/ou dispositivos espaciais e construtivos que possam contribuir com as retomadas.

Objetivos específicos

Estudar e compreender a amplitude conceitual e prática das retomadas indígenas no Brasil, através dos diferentes cenários fundiários, culturais, históricos e políticos por parte de diferentes povos, bem como suas variadas estratégias e fundamentos;

Compreender as retomadas como práticas espaciais de resistência, no sentido que abarcam um conjunto de ações de recuperação e transformação dos territórios, dos biomas e de toda a vida, sendo assim formas ativas de produção do espaço e, portanto, de arquitetura;

Refletir sobre as colaborações possíveis entre os conhecimentos e tecnologias arquitetônicas com saberes, conhecimentos e tecnologias indígenas.

Conteúdo Programático

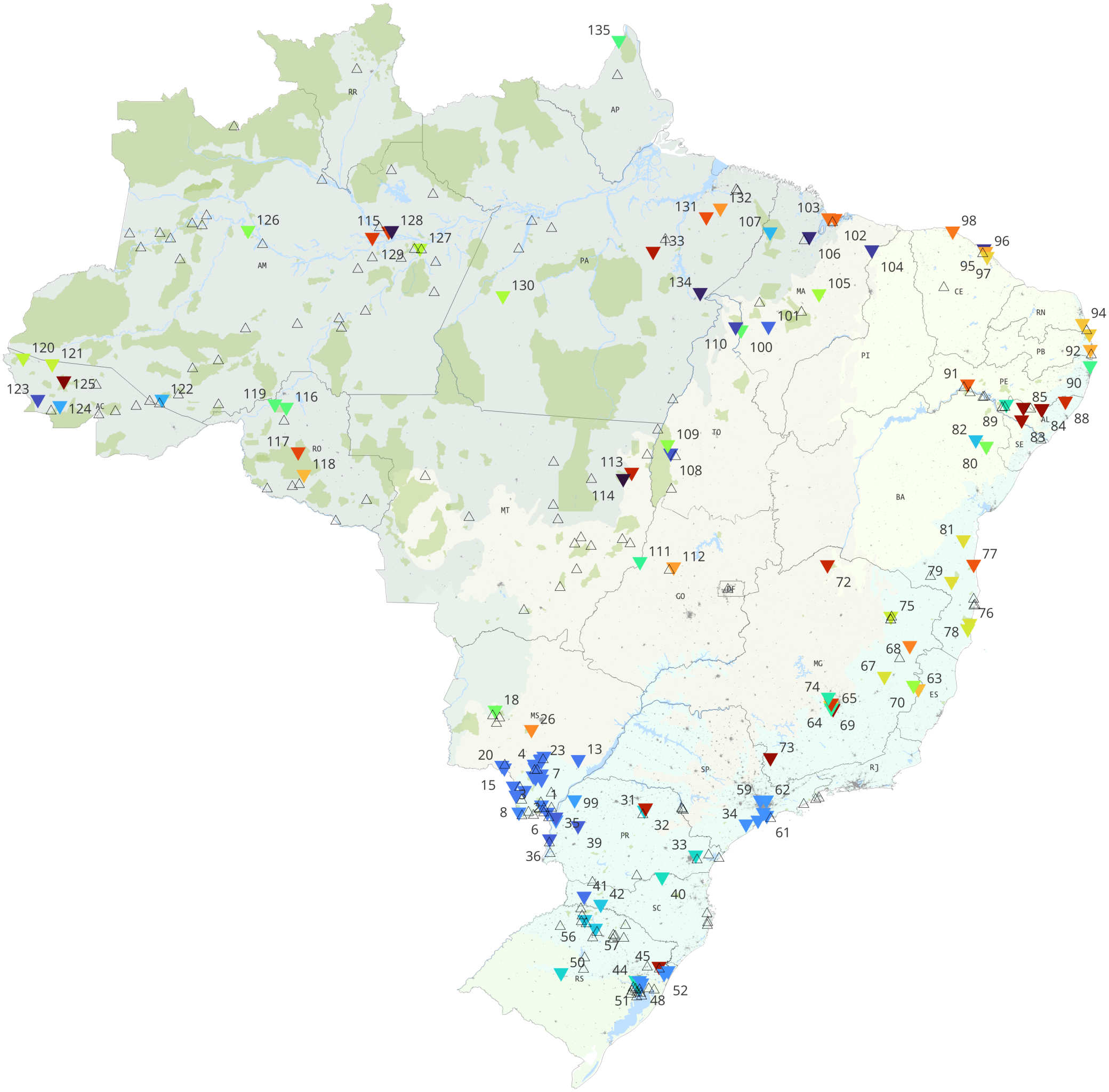
O curso se divide em três etapas práticas de projeto, compreendido em um sentido ampliado, amparado por textos e filmes como materiais de referência. São estas:

1) Introdução as retomadas indígenas no Brasil, aliada a produção, pelos grupos formados em sala, de uma cartografia experimental das retomadas no país;

2) Aprofundamento nas práticas das retomadas, entendidas como formas contemporâneas de arquiteturas indígenas, aliada à produção de um catálogo de formas, espaços e técnicas das retomadas;

3) Proposições de protótipos que possam amparar e apoiar com infraestruturas básicas as retomadas indígenas, como uma contribuição possível da arquitetura acadêmica às arquiteturas da resistência indígena.

Mapa



0 250 500 km

		RETOMADA	POVO	LOCAL	TERRA INDÍGENA
1	▼	Pyelito Kue	Guarani e Kaiowá	Iguatemi (MS)	TI Iguatemipeguá I
2	▼	Guapo'y Mirin Tujury	Guarani e Kaiowá	Amambai (MS)	TI Herarekã Xetá
3	▼	Fazenda Ipuitã	Guarani e Kaiowá	Caarapó (MS)	TI Guyraroká
4	▼	Ñu Verá	Guarani e Kaiowá	Dourados (MS)	TI Dourados
5	▼	Kunumi Poty Verá	Guarani e Kaiowá	Caarapó (MS)	TI Dourados Amabai Peguá I
6	▼	Yvy Katu	Guarani e Kaiowá	Japorã (MS)	TI Yvy Kat
7	▼	Yvyrapygue	Guarani e Kaiowá	Rio Brilhante (MS)	TI Laranjeira Ñanderu (Brilhantepeguá)
8	▼	Kurusu Ambá	Guarani e Kaiowá	Coronel Sapucaia (MS)	–
9	▼	Apyka'í	Guarani e Kaiowá	Dourados (MS)	–
10	▼	Guyraroká	Guarani e Kaiowá	Caarapó (MS)	TI Guyraroká
11	▼	Tekoha Guaiviry	Guarani e Kaiowá	Aral Moreira (MS)	–
12	▼	Fazenda Brasília do Sul	Guarani e Kaiowá	Juti (MS)	TI Taquara
13	▼	Guaaroka	Guarani e Kaiowá	Douradina (MS)	TI Panambi-Lagoa Rica
14	▼	Ava'ete	Guarani e Kaiowá	Dourados (MS)	TI Dourados
15	▼	Fazenda retomada - Área tradicional Nãnderu Marangatu	Guarani e Kaiowá	Antônio João (MS)	TI Ñande Ru Marangatu
16	▼	Yvy Ajere	Guarani e Kaiowá	Douradina (MS)	TI Panambi-Lagoa Rica
17	▼	Tekohá Ita'y Ka'aguyrusu	Guarani e Kaiowá	Lagoa Rica Douradina (MS)	TI Panambi
18	▼	Kinikinau	Kinikinau	Aquidauana, Miranda (MS)	TI Cachoerinha
19	▼	Tekohá Yvu Verá	Guarani e Kaiowá	Dourados (MS)	TI Tekoha Yvu Vera II
20	▼	Retomada Ñande Ru Marangatu	Guarani e Kaiowá	Antônio João (MS)	TI Ñande Ru Marangatu
21	▼	Kurupa'yty	Guarani e Kaiowá	Douradina (MS)	TI Panambi-Lagoa Rica
22	▼	Pikyxyin	Guarani e Kaiowá	Douradina (MS)	TI Panambi-Lagoa Rica
23	▼	Yvy Ajere	Guarani e Kaiowá	Douradina (MS)	TI Panambi
24	▼	Nhu Vera Aratikuty	Guarani e Kaiowá	Dourados (MS)	Reserva Indígena de Dourados
25	▼	Passo Piraju/Ñu Porã	Guarani e Kaiowá	Caarapó (MS)	TI Dourados-Amambaipeguá III
26	▼	Terena	Terena	Sidrolandia (MS)	TI Buriti
28	▼	Guyra Kambi'y	Guarani e Kaiowá	Douradina (MS)	TI Panambi-Lagoa Rica
29	▼	Ita'y Ka'aguyrusu	Guarani e Kaiowá	Douradina (MS)	TI Panambi-Lagoa Rica
30	▼	Ypoi/Triunfo	Guarani e Kaiowá, Guarani Ñandeva	Paranhos/MS	–
31	▼	Serrinha	Kaingang	Londrina (PR)	Terra Indígena Apucaraninha
32	▼	Herarekã Xetá	Xetá	São Jerônimo da Serra (PR)	TI Herarekã Xetá
33	▼	Floresta Estadual Metropolitana de Piraquara	Kaingang, Guarani Mbya, Guarani Ñandeva, Tukano, Krahô	Piraquara (PR)	–
34	▼	Tekoa Ka-aguy Mirim	Guarani Mbya	Matinhos (PR)	–
35	▼	Tekoa Nhemboete	Guarani Mbya	Terra Roxa (PR)	–
36	▼	Tekoha Dois Irmãos	Avá-Guarani	Santa Helena (PR)	–
37	▼	Guasu Guavirá	Avá-Guarani	Guaíra e Terra Roxa (PR)	Tekoha Guasu
39	▼	Ara Poty	Avá-Guarani	TI Guasu Guavirá (PR)	TI Guasu Guavirá (PR)
40	▼	Jug Óg Pãn Txi	Kaingang, Laklãnõ	Três Barras (SC)	–
41	▼	Retomada do Araça'í	Guarani do Araça'í	Saudades, Cunha Porã (SC)	Terra Indígena Guarani do Araça'í
42	▼	Toldo Chimbangue	Kaingang	Chapecó (SC)	TI Toldo Chimbangue
43	▼	Ka'aguy Mirim	Guarani Mbya	Porto Alegre (RS)	TI Mbyá Guarani Ka'aguy Mirim,
44	▼	Kagma	Kaingang, Xokleng	Canoas (RS)	–
45	▼	Xokleng Konglui	Xokleng Konglui	São Francisco de Paula (RS)	–
46	▼	Pindó Poty	Guarani Mbya	Porto Alegre (RS)	–
47	▼	Mata do Júlio	Guarani Mbya	Cachoeirinha (RS)	–
48	▼	Tekoá Nhe'engatu	Guarani Mbya	Viamão (RS)	–
49	▼	Kaingang Re-Sĩ	Kaingang	Porto Alegre (RS)	–
50	▼	Kaingang Vẽn Ga	Kaingang Vẽn Ga	Santa Maria (RS)	–
51	▼	Gãh Ré	Kaingang, Xokleng	Porto Alegre (RS)	–
52	▼	Tekoa Ka'aguy Porã	Guarani Mbya	Maquiné (RS)	–
53	▼	Tekoa Yy Rupa	Guarani Mbya	Terra de Areia (RS)	–
54	▼	Gãh Ré	Kaingang, Xokleng	Porto Alegre (RS)	–
55	▼	Nhe'engatu	Guarani Mbya	Viamão (RS)	–
56	▼	Sêgu	Kaingang	Novo Xingu (RS)	TI Sêgu
57	▼	Fág Nor	Kaingang	Pontão (RS)	–
58	▼	Nhanderekoa	Guarani Mbya	Itanhaém (SP)	–
59	▼	Yvy Porã	Guarani Mbya	São Paulo (SP)	TI Jaraguá
60	▼	Kalipety	Guarani Mbya	São Paulo (SP)	TI Tenondé Porã
61	▼	TI Tekoá Mirim	Guarani Mbya	Praia Grande (SP)	TI Tekoá Mirim
62	▼	Retomada Terra Sagrada	Guarus	Guarulhos (SP)	–
63	▼	Puri Krim Orutu	Puri	Itueta (MG)	–
64	▼	Katurãma	Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe	São Joaquim de Bicas (MG)	–
65	▼	Arapowã Kakyá	Xukuru-Kariri	Brumadinho (MG)	–
66	▼	Naô Xohã	Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe	São Joaquim de Bicas (MG)	–
67	▼	Gerú Tucunã	Pataxó	Açucena (MG)	–
68	▼	Aldeia Escola Floresta – Yãy Hã Mĩy	Tikmũ'ũn (Maxakali)	Teófilo Otoni (MG)	–
69	▼	Kamakã Mongoió	Kamakã Mongoió	Brumadinho (MG)	–
70	▼	Território tradicional - TI Krenak, margem do Rio Doce	Krenak	Resplendor (MG)	TI Krenak
71	▼	Terra Mãe	Warao	Betim (MG)	–
72	▼	Retomada da fazenda de São Judas	Xakriabá	Itacarambi (MG)	TI Xakriabá
73	▼	Kariri Wakonã	Xukuru-Kariri	Caldas (MG)	–
74	▼	Kamakã Grayra	Kamakã	Esmeraldas (MG)	–
75	▼	Fazenda São Judas Tadeu	Pankararu, Pataxó	Araçuaí (MG)	TI Cinta Vermelha Jundiba
76	▼	Aldeia Kaí	Pataxó	Prado (BA)	Terra Indígena Comexatibá
77	▼	Tupinambá de Olivença	Tupinambá de Olivença	Ilhéus, Buerarema, Una (BA)	TI Tupinambá de Olivença
78	▼	TI Comexatibá	Pataxó	Prado, Itamaraju (BA)	TI Comexatibá (Cahy-Pequi)
79	▼	Fazenda Inhuma	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Potiraguá (BA)	TI Caramuru-Paraguaçu
80	▼	Aldeia Mirandela	Kiriri	Banzaê (BA)	TI Kiriri
81	▼	Caramuru-Catarina Paraguassu	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Camacan, Itaju do Colônia, Pau Brasil (BA)	TI Caramuru / Paraguassu
82	▼	Fazenda Ilha	Kaimbé	Euclides da Cunha (BA)	TI Aldeia Mãe de Massacará
83	▼	Retomada de Porto da Folha	Xokó	Porto da Folha (SE)	TI Caiçara/Ilha de São Pedro
84	▼	Fazenda Canto	Xukuru-Kariri, Pankaxuri	Cachoeira do Tamanduá (AL), Palmeira dos Índios (PE)	TI Xukuru-Kariri
85	▼	Pankaxuri Goiti	Xukuru-Kariri	Cachoeira do Tamanduá (AL)	–
86	▼	Fazenda Cristo Rei	Xukuru-Kariri	Palmeira dos Índios (AL)	TI Xukuru-Kariri
88	▼	Fazenda Santa Rosa	Wassu Cocal	Joaquim Gomes (AL)	TI Wassu Cocal
89	▼	Aldeia Lajeiro do Couro	Kalankó	Água Branca (AL)	TI Kalancó
90	▼	Marataro Kaeté	Karaxuwanassu	Igarassu (PE)	–
91	▼	Fazenda do Tonho da Lalinha	Truká	Cabrobó (PE)	TI Truká
92	▼	Área costeira retomada - território tradicional Potiguara	Potiguara	Baía da Traição, Marcação, Rio Tinto (PB)	TI Potiguara
93	▼	Aldeia Vitória e Gramami	Tabajara	Conde (PB)	TI Tabajara
94	▼	Retomada dos Eleotérios do Catu	Potiguara Katu	Canguaretama, Goianinha (RN)	TI Eleotérios do Catu
95	▼	Parnamirim	Anacé	Caucaia (CE)	–
96	▼	Caminho do Trilho	Tapeba	Caucaia (CE)	TI Tapeba
97	▼	Pedreirra Encantada	Pitaguary	Maracanaú, Pacatuba (CE)	TI Pitaguary
98	▼	TI Tremembé de Almofala	Tremembé de Almofala	Itarema, Acaraú (CE)	TI Tremembé de Almofala
99	▼	Toco Preto e Vão Seco	Guegue do Sangue, Akroá-Gamella	Uruçuí (PI)	–
100	▼	Estreito	Kariú Kariri	Estreito (MA)	–
101	▼	TI Araribóia	Guajarara	Amarante do Maranhão (MA)	TI Araribóia
102	▼	Tremembé de Raposa	Tremembé de Raposa	Raposa (MA)	–
103	▼	Comunidade Indígena Tremembé	Tremembé de Engenho	São José de Ribamar (MA)	Tremembé do Engenho
104	▼	Morro do São João	Anapuru Muypurá	Brejo (MA)	–
105	▼	Reserva Indígena Krenyê	Krenyê	Tuntum (MA)	Reserva Indígena Krenyê
106	▼	Akroá-Gamella	Akroá-Gamella	Viana, Penalva, Matinha (MA)	TI Taquaritiua
107	▼	Alto Turiaçu	Ka'apor	Araguanã (MA)	TI Alto Turiaçu
108	▼	Taego Ãwa	Avá-Canoeiro	Formoso do Araguaia (TO)	TI Taego Ãwa
109	▼	Aldeia Takaywrá	Krahô-Kanela	Lagoa da Confusão (TO)	TI Mata Alagada
110	▼	Área da Gameleira	Apinajé	Tocantinópolis (TO)	TI Apinajé (II)
111	▼	Arica	Karajá	Aruanã (GO)	TI Karajá de Aruanã III
112	▼	Retomada Tapuia	Tapuia	Entre Nova América, Rubiataba (GO)	TI Carretão I e TI Carretão II
113	▼	Marãiwatsédé	Xavante	Bom Jesus do Araguaia (MT)	TI Maráwastsédé
114	▼	Fazenda Suiá-Missu	A'uwẽ-Xavante	Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguai (MT)	TI Marãiwatsédé
115	▼	Manoá-Pium	Wapichana, Macuxi	Bonfim (RO)	TI Manoá-Pium
116	▼	Rio Candeias	Karitiana	Porto Velho (RO)	TI Karitiana
117	▼	TI Uru-Eu-Wau-Wau	Uru Eu Wau Wau, Amondawa, Oro Win, Juma	Colina Verde (RO)	TI Uru-Eu-Wau-Wau
118	▼	Aldeia Aperoi	Puruborá	Seringueiras (RO)	TI Manoel Correia
119	▼	Aldeia Juari	Karitiana	Porto Velho (RO)	TI Karitiana
120	▼	TI Nawa	Nawa	Mâncio Lima (AC)	TI Nawa
121	▼	Aldeia Indígena Campinas Katukina	Noke Koî (Katukina)	Cruzeiro do Sul (AC)	TI Campinas/Katukina
122	▼	Aldeia São Paulino	Jaminawa	Sena Madureira (AC)	TI Colocação São Paulino
123	▼	Aldeia Quieto	Apolima-Arara	Marechal Thaumaturgo (AC)	TI Arara do Rio Amônia
124	▼	TI Kaxinawá do Seringal Independência	Huni Kuĩ	Jordão (AC)	TI Kaxinawá do Seringal Independência
125	▼	Aldeia Nova Esperança	Yawanawá	Tarauacá(AC)	TI Rio Gregório
126	▼	TI Porto Praia de Baixo	Kokama, Tikuna	Uarini (AM)	TI Porto Praia
127	▼	TI Taquara	Mura	Autazes (AM)	TI Taquara
128	▼	Parque das Tribos	Abriga mais de 2.500 indígenas de 30 a 35 etnias	Manaus (AM)	–
129	▼	Morcego	Wapichana, Macuxi	Boa Vista (RR)	TI Serra da Moça
130	▼	Sawre Muybu	Munduruku	Itaituba, Trairão (PA)	TI Sawre Muybu
131	▼	Tukano Sawa	Turiwara	Tailândia (PA)	TI Ita Pew
132	▼	Aldeia Turé-Mariquita	Tembé, Turiwara	Acará, Tomé-Açu (PA)	TI Turé-Mariquita
133	▼	Aldeia Rap-Kô	Xikrin, Mebêngôkre	Altamira (PA)	TI Trincheira Bacajá
134	▼	Eletronorte	Akrãtikatêjê	Bom Jesus do Tocantins (PA)	TI Mãe Maria
135	▼	Museu Kuahí	Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kali'na, Palikur	Oiapoque (AP)	–

Catálogo

01
Pyelito Kue

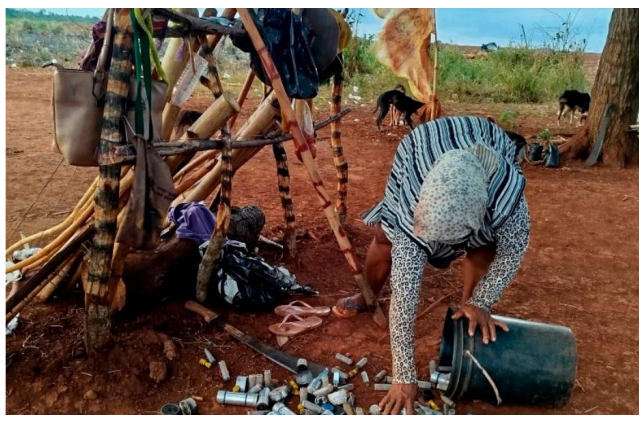
Retomada Guarani e Kaiowá em área sobreposta à TI Iguatemipeguá I. Instrumentos mobilizados: TAC entre MPF e Funai (2007); RCID publicado pela Funai (2013); delimitação da TI Iguatemipeguá I; carta coletiva da comunidade; mediação do MPF; criação de GTT interministerial.

02
Guapo'y Mirin Tujury

Os Kaingang, Xokleng, Mbya Guarani e Charrua, quando retomam seus lugares antigos, não buscam afrontar pessoas ou instituições, eles escancaram as injustiças e reforçam as perspectivas dos direitos às diferenças e de viverem seguros nos seus espaços sagrados, os que ainda restam, em meio ao caos da destruição e da ambição causadas por pessoas que administram um sistema de opressão e dominação, caracterizado, por elas, como sendo um mundo "civilizado".

03
Fazenda Ipuitã

Em 21 de setembro de 2025, os Guarani e Kaiowá retomaram a Fazenda Ipuitã, sobreposta à Terra Indígena Guyraroká, em Caarapó (MS). Segundo o Cimi, a ação visou interromper "ataques químicos" decorrentes da pulverização aérea e terrestre de agrotóxicos sobre a comunidade, que causavam intoxicações e insegurança alimentar. A resposta estatal foi marcada por violência coordenada entre forças policiais e jagunços, com uso de bombas de gás vencidas e destruição de acampamentos. O território, embora declarado pela Funai, teve seu processo paralisado no STF. A retomada reafirma a luta ancestral pela demarcação e pela sobrevivência física diante do confinamento territorial.



04
Ñu Verá

Retomada localizada ao lado da reserva de Dourados. Há um processo de expansão do perímetro urbano em Dourados, que ameaça a retomada. Quando começaram a achar que iriam lotear a região, pensaram em “pular” para lá.

05
Kunumi Poty Verá

A Terra Indígena (TI) Kaxinawá do Seringal Independência é um território Huni Kuin localizado no município de Jordão, Acre, enfrentando severas ameaças de invasão por grileiros, madeireiros e narcotráfico, com registros de desmatamento e conflitos recentes em 2026. Classificada como dominial indígena, é focada na valorização cultural e agricultura tradicional pelos Huni Kuin.

06
Yvy Katu

Processo de retomadas territoriais conduzido por comunidades Guarani e Kaiowá para reocupar áreas tradicionais da Terra Indígena Yvy Katu. A primeira retomada foi em 2003 e uma segunda em 2013. A participação das mulheres foi essencial na luta.

07
Yvyrapygue

Reeinvindiicação de sua terra tradicional, da qual foram expulsos por volta de 1940. Em 2007, Laranjeira Nhanderu é retomado, ano em que a comunidade sofreu graves agressões por parte da empresa de segurança privada GASPEM. Em 2009, Laranjeira Nhanderu sofre despejo e a comunidade é obrigada a viver na beira da estrada por 1 ano e 8 meses.
Em 2011, a comunidade retoma a área de floresta atualmente ocupada

08
Kurusu Ambá

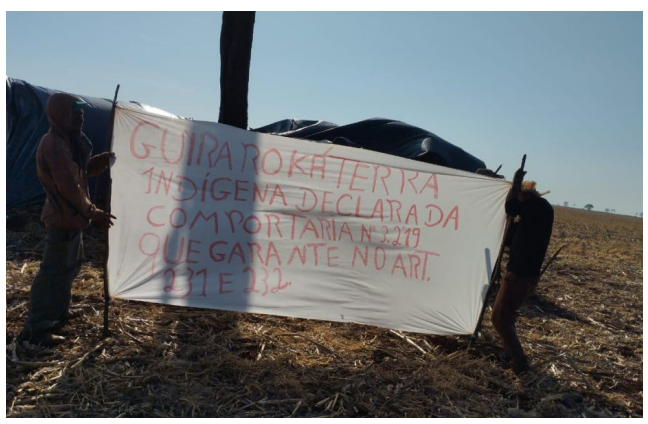
A retomada Kurusu Ambá é a reocupação de um território tradicional por famílias Guarani e Kaiowá, com o objetivo de reivindicar a demarcação da terra e garantir seus direitos territoriais.

09
Apyka'i

A retomada Apyka'i é a reocupação do território tradicional pelo povo Guarani e Kaiowá, realizada para reivindicar a demarcação da terra, após décadas de expulsões e permanência precária às margens de rodovia.

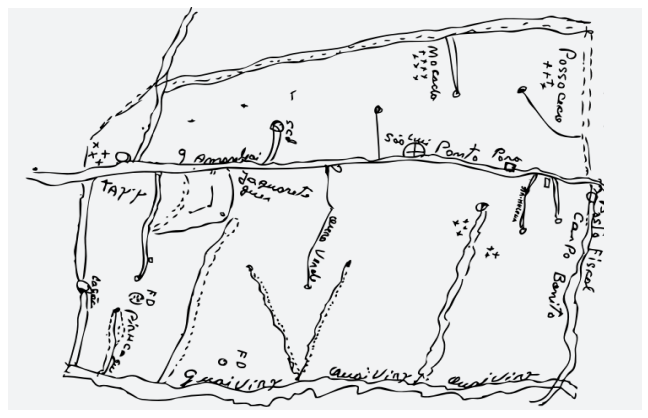
10
Guyraroká

A retomada Guarani e Kaiowá na TI Guyraroká, em Caarapó (MS), ocorre em uma área sobreposta a fazendas de monocultura de soja, onde o território indígena permanece cercado por plantações e exposto à pulverização de agrotóxicos. A mobilização busca pressionar pela conclusão da demarcação e conter os impactos ambientais e sanitários sobre a comunidade. Lideranças relatam desgaste diante da longa espera e da continuidade dos conflitos, que envolvem denúncias de violência, presença policial e tensões com fazendeiros. A retomada também evidencia a insuficiência de medidas estatais frente às demandas territoriais e de proteção à vida indígena.



11
Tekoha Guaiviry

A retomada Tekoha Guaiviry foi a reocupação do território tradicional pelo povo Guarani e Kaiowá, realizada para reivindicar a demarcação da terra. O processo ficou marcado por conflitos fundiários e pelo assassinato de uma liderança indígena, evidenciando a disputa pelo reconhecimento do território ancestral.



12
Fazenda Brasília do Sul

A retomada Tekoha Takuara foi a reocupação do território tradicional pelo povo Guarani e Kaiowá em 2003, marcada por conflitos fundiários e pela morte do cacique Marcos Veron durante um ataque à comunidade. Em janeiro de 2016, os indígenas ampliaram a retomada do tekoha Taquara sobre a Fazenda Brasília do Sul.

13
Guaaroka

A retomada Guaaroka é uma das sete ocupações realizadas pelos Guarani Kaiowá na Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica. A área, com 12,1 mil hectares, foi identificada e delimitada pela Funai em 2011, mas o processo de demarcação está parado desde então. Diante da demora e das condições precárias nas reservas de Mato Grosso do Sul, os indígenas passaram a retomar partes do território ancestral. Em julho, três ocupações intensificaram os conflitos, com reações de ruralistas. A área inclui fazendas sobrepostas, como o Sítio José Dias Lima, onde ocorre a retomada.

14
Ava’ete

O território foi uma aldeia até os anos 1980, quando foi alagado pelo represamento do Rio Paraná com construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Estima-se que na região de usina existiam ao menos 32 aldeias, conforme estudos da antropóloga Malu Brant. Elas desapareceram entre 1940 e 1982, período entre a criação do Parque Nacional do Iguaçu e o alagamento para formação do lago de Itaipu.

15
Nãnderu Marangatu

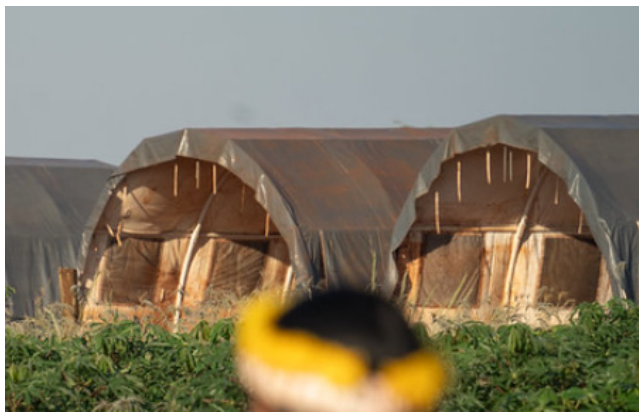
Retomadas territoriais realizadas pelo povo Guarani Kaiowá na Terra Indígena Ñande Ru Marangatu, em áreas ocupadas por fazendas, diante da demora histórica na regularização fundiária. O movimento envolve reocupações de territórios tradicionais para pressionar a demarcação, em um contexto de conflitos intensos com fazendeiros, ações policiais e violência armada, incluindo ataques, assassinatos e disputas judiciais. A região é marcada por sobreposição de propriedades rurais e por um longo histórico de expulsões e de resistência indígena.

16
Yvy Ajere

A retomada Yvy Ajere, na TI Panambi-Lagoa Rica, em Douradina (MS), faz parte de um conjunto de mobilizações do povo Guarani e Kaiowá para reocupar áreas de seu território tradicional. Ao todo, já foram realizadas várias retomadas na região, marcada pela presença de diversas propriedades rurais sobrepostas à terra indígena. Em 2005, uma dessas ações ganhou grande repercussão após resultar em confrontos com forças policiais. Desde então, o movimento segue como forma de resistência e de reivindicação pelo reconhecimento e garantia do território.

17
Tekohá Ita'y Ka'aguyrusu

A Retomada Ita'y Ka'aguyrusu se caracteriza pela presença da liderança feminina e religiosa, em que os rituais são essenciais para eles terem forças para lutar contra as privações e violências. A retomada espera ser demarcada desde 2011, ano em que sofreu ataques com conivência do estado. Em 2024, novamente povos Guarani e Kaiowá sofreram um massacre em que durante um mês foram cercados e atacados por um acampamento ruralista. Mais recentemente em 2025, a aldeia Itay recebeu líderes de 24 povos indígenas para se reunir e lutar contra medidas legislativas que retiravam seus direitos



18
Kinikinau

Obrigados a renunciarem a uma identidade Kinikinau e convencidos pelo órgão indigenista oficial, por muito tempo, a se autodeclararem índios Terena, com os quais possuem estreitos vínculos históricos e culturais, nos últimos anos os Kinikinau vêm reivindicando o reconhecimento de sua singularidade étnica e a reconquista de parte de seu território tradicional.

19
Tekohá Yvu Verá

A retomada do Tekohá Yvu Verá, situado em Dourados/MS, é um processo contínuo de ocupação territorial pelos povos Guarani e Kaiowá para frear a expansão de um condomínio de luxo sobre suas terras ancestrais. A luta inclui a construção de moradias, resistência contra repressão policial e, mais recentemente, a construção de uma escolinha na área do Tekoha Yvu Vera II em fevereiro de 2026

20
Ñande Ru Marangatu

A retomada da Terra Indígena (TI) Ñande Ru Marangatu, em Antônio João (MS), foi oficializada em setembro de 2024 após acordo no STF, garantindo a posse Guarani e Kaiowá sobre a Fazenda Barra, a última área pendente. O processo, marcado por décadas de conflitos violentos e mortes, prevê indenização aos proprietários pela União.

21
Kurupa'yty

A retomada Kurupa'yty é uma área de ocupação tradicional realizada por indígenas Guarani e Kaiowá no município de Douradina, Mato Grosso do Sul, situada dentro da Terra Indígena Lagoa Panambi (ou Panambi-Lagoa Rica). Esta ação faz parte de um processo de retorno a territórios que foram identificados e delimitados pela Funai em 2011, mas que ainda estão em posse de terceiros.

22
Pikyxyin

A Retomada Pikyxyin é uma das sete retomadas realizadas pelo povo Guarani e Kaiowá na Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica. Esse movimento faz parte de uma série de ações organizadas para a recuperação de territórios tradicionais. Pikyxyin foi uma das três retomadas realizadas em sequência na região, ao lado de Yvy Ajherê e Kurupa'yty, evidenciando a estratégia contínua de resistência e reafirmação territorial frente às dificuldades impostas pela ocupação não indígena.

23
Yvy Adjere

Essa área, delimitada pela Funai em 2011, é palco de um longo processo de luta, resistência e reafirmação territorial, onde os indígenas buscam reocupar espaços históricos para a manutenção de sua cultura e modos de vida. Trata-se de uma área que tem sofrido pressão por conta da produção agropecuária e que aguarda regularização fundiária, sendo um ambiente de alta tensão e ataques. Relatos indicam perseguições, atropelamentos de lideranças e situações de violência, incluindo o cerco e cerceamento de acesso à comunidade. Cabe destacar a grande presença de crianças, idosos e famílias nessa TI.

24
Nhu Vera Aratikuty

A Retomada Aratikuty abrange 3.600 hectares e reúne cerca de 18 mil indígenas, sendo uma das maiores densidades do país. A demora na demarcação de terras em Mato Grosso do Sul intensifica as retomadas por famílias Kaiowá e Guarani na região de Dourados. O território enfrenta problemas como desmatamento, queimadas, avanço do agronegócio, uso de agrotóxicos e escassez de água. Diante disso, foram realizadas ações de solidariedade, com distribuição de sementes e alimentos, fortalecendo alianças e denunciando violações. A retomada teve início com a construção do rodoanel, marcando a luta pela defesa do território e dos direitos indígenas.

25
Passo Piraju/Ñu Porã

A comunidade Guarani e Kaiowá retomou a área da Fazenda Ipuitã, sobreposta ao seu território tradicional, para impedir a pulverização aérea de agrotóxicos sobre suas casas e plantações. Os indígenas relatam que o "ataque químico" estava adoecendo crianças e idosos. A retomada foi recebida com violência por jagunços e tem sido alvo de constantes tentativas de sequestro de lideranças e monitoramento ilegal.

26
Terena

Trata-se de uma retomada territorial direta, na qual os Terena passaram a reocupar áreas que historicamente lhes pertencem, diante da demora do Estado em concluir o processo oficial de demarcação. Esse processo não ocorreu em um único momento, mas de forma contínua ao longo dos anos, com maior intensificação em 2013. Nesse período, os indígenas organizaram a ocupação de áreas que estavam sob posse de fazendas, instalando acampamentos e reafirmando sua presença no território tradicional. A retomada foi marcada por forte mobilização comunitária e também por conflitos, envolvendo forças policiais e proprietários rurais.

27
Tajasu Ygua

Uma das sete retomadas realizadas pelo povo Guarani e Kaiowá no município de Douradina evidencia a resistência histórica dessas comunidades. Segundo as lideranças, no passado, o povo foi confinado em pequenas reservas, o que comprometeu sua autonomia e modos de vida tradicionais. Atualmente, a luta se concentra na recuperação de suas tekoha, territórios essenciais para sua reprodução física, cultural e espiritual, que hoje estão, em grande parte, ocupados por propriedades rurais e atividades do agronegócio.

28
Guyra Kambi'y

Uma das sete retomadas protagonizadas pelo povo Guarani e Kaiowá no município de Douradina representa a continuidade de uma luta histórica por território. As lideranças relatam que, no passado, essas comunidades foram confinadas em pequenas reservas, o que limitou suas práticas culturais e formas de subsistência. Atualmente, o objetivo é retomar suas tekoha, territórios tradicionais indispensáveis para a reprodução física, cultural e espiritual, hoje amplamente ocupados por propriedades rurais e atividades econômicas.

29
Ita'y Ka'aguyrusu

Uma das sete retomadas realizadas pelo povo Guarani e Kaiowá no município de Douradina evidencia a luta pela recuperação de seus territórios tradicionais. Segundo as lideranças, no passado, essas comunidades foram confinadas em pequenas reservas, o que comprometeu seu modo de vida. Atualmente, buscam retomar suas tekoha, áreas fundamentais para sua reprodução física, cultural e espiritual, mas que hoje estão, em sua maioria, ocupadas por propriedades rurais e atividades do agronegócio.

30
Ypoi/Triunfo

Audiência e inspeção técnica buscam soluções para os locais inseridos na "Terra Indígena Ypoi/Triunfo", em processo de demarcação pela União. A Comissão Regional de Soluções Fundiárias da Justiça Federal da 3ª Região realizou, no dia 16 de junho, visitas técnicas às Fazendas São Luiz e Cafelândia, localizadas no município de Paranhos/MS. As áreas estão inseridas na "Terra Indígena Ypoi/Triunfo" e são disputadas pelas etnias Guarani-Kaiowá e Guarani-Nandeva. Atualmente, 900 indígenas Guarani-Kaiowás ocupam a Fazenda São Luiz, alvo de reintegração de posse desde 2010, movida pelos proprietários. Já a comunidade Guarani-Nandeva aguarda o desfecho judicial da demarcação de terras na Fazenda Cafelândia. A visita técnica teve como objetivo o

31
Serrinha

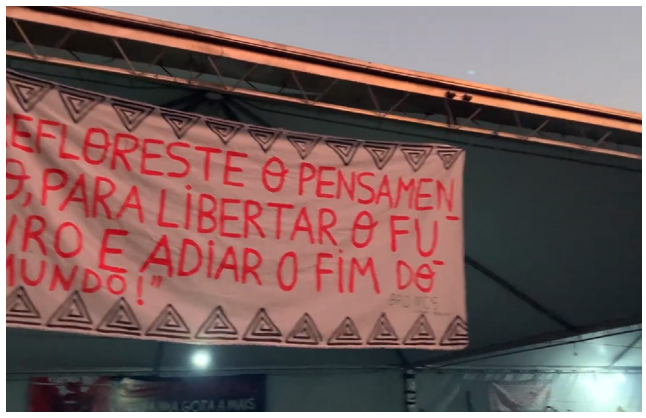
A retomada Serrinha, do povo Kaingang, na Terra Indígena Apucaraninha (PR), foi alvo de ataque por seguranças contratados por fazendeiro, que invadiram uma escola comunitária e efetuaram disparos para intimidar moradores. A ação ocorre em contexto de disputa pela recomposição territorial, após redução da área oficialmente reconhecida. A comunidade mantém a retomada como estratégia de resistência, denunciando a demora na demarcação e reafirmando o direito originário ao território.

32
Herarekã Xetá

A retomada Xetá em defesa da TI Herarekã Xetá ocorre em um contexto de longa disputa territorial, com processo de demarcação iniciado pela Funai em 1999, mas ainda inconcluso. A mobilização recente envolve 42 famílias instaladas na área, reafirmando a ocupação tradicional frente à ação judicial movida pela Agropecuária Santa Maria. A aplicação do marco temporal pela Justiça Federal do Paraná tensiona ainda mais o conflito. Em janeiro de 2026, o povo Xetá divulgou carta às autoridades públicas, denunciando a morosidade do processo e demandando, além da demarcação, atendimento adequado por parte da Sesai.

33
Floresta de Piraquara

Para fortalecer a luta pela área, iniciada em 2009, e marcar o Dia Internacional dos Povos Indígenas, celebrado em 9 de agosto, lideranças de cinco povos: Kaingang, Guarani M'bya, Guarani Nhandewa, Tukano e Krahô, iniciaram a retomada do território. A ação busca garantir direitos históricos, preservar culturas tradicionais e denunciar ameaças constantes às terras indígenas. O local ocupado situa-se na Floresta Estadual Metropolitana, reconhecida como unidade de conservação desde 1988, o que torna o conflito ainda mais complexo

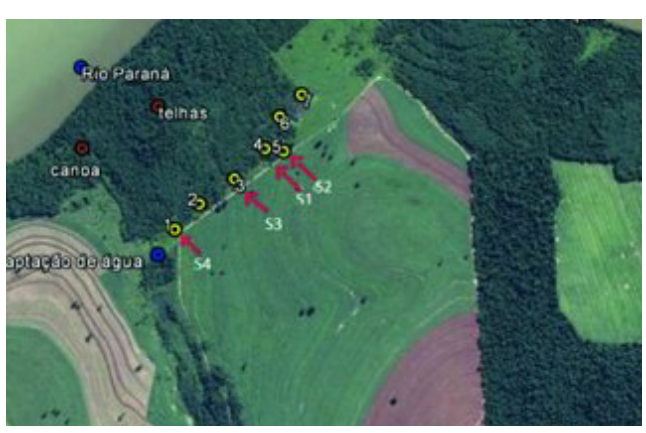


34
Tekoa Ka-aguy Mirim

O processo da retomada é a continuidade da resistência contra a colonização que foi imposta neste continente.

35
Tekoa Nhemboete

O Tekoa Nhemboete, no município de Terra Roxa foi formado a aproximadamente 5 anos em local onde se encontram as ruínas da Cidade Real do Guairá, patrimônio tombado pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC) da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná por um grupo de indígenas Guarani vindos da cidade de Guaíra. A reocupação deste território é um processo que demonstra a relação simbólica e de pertencimento que os indígenas estabelecem com os remanescentes da Cidade Real. Estão sendo realizados com os Guarani, levantamentos arqueológicos que servem como orientação para instalações de benfeitorias para qualidade de vida dos indígenas, além da proteção dos remanescentes arqueológicos.



36
Tekoha Dois Irmãos

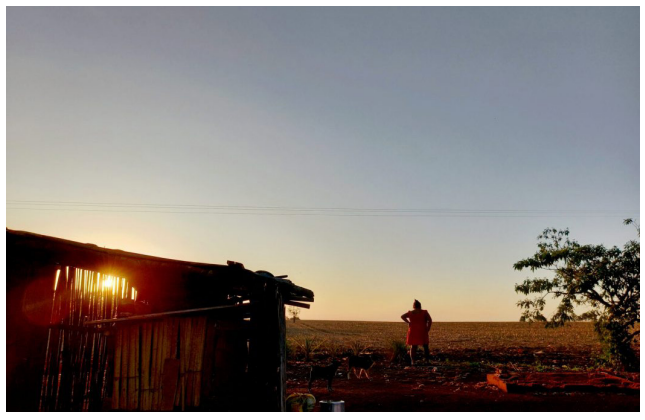
A retomada marca o retorno de famílias a um território tradicional perdido com a construção da Usina de Itaipu, que expulsou comunidades indígenas entre 1940 e 1982, período entre a criação do Parque Nacional do Iguaçu e o alagamento para formação do lago de Itaipu. São 10 famílias que ocupam perto de 400 hectares de um refúgio biológico da Itaipu, que totaliza cerca 1,4 mil hectares. A retomada deste território é um ato simbólico diante da dívida histórica que a Itaipu Binacional tem com os povos Ava-Guarani. Também simboliza a resistência à atual conjuntura nacional de precarização de políticas indigenistas.

37
Guasu Guavirá

A retomada indígena Guasu Guavira, na TI Tekoha Guasu, em Guaíra e Terra Roxa (PR), diz respeito à reocupação de áreas tradicionais pelos povos indígenas, especialmente os Avá-Guarani, que foram sendo ocupadas por não indígenas ao longo do século XX. Esse movimento está ligado à demora no processo de demarcação das terras, aos impactos históricos causados por obras como a Usina de Itaipu e à pressão do agronegócio. Desde a década de 1990, as retomadas vêm se intensificando e seguem até hoje, marcadas pela resistência das comunidades e por frequentes situações de conflito e violência.

38
Tekohá Y'Hovy

Impactados pela invasão de seu território desde a década de 1930 e gravemente afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, nos anos 1970, os Avá-Guarani têm realizado retomadas de terras desde o fim dos anos 1990. As duas áreas ocupadas pelos Avá-Guarani, contempladas pelo acordo de compra de três mil hectares para comunidades, estão em processo de regularização. A Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira teve seu Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) publicado em 2018. Contudo, uma portaria da presidência da Funai de 2020 o suspendeu, mas esse ato administrativo foi revogado em 2023 de modo que o RCID segue válido. Já a Terra Indígena Tekoha Guasu Okoy Jakutinga está em



39
Ara Poty

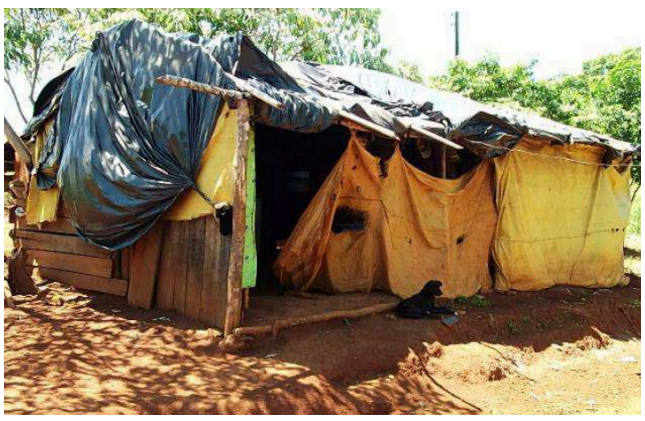
A retomada fica na área sobre a qual está sobreposta uma propriedade conhecida como Fazenda Brilhante. Segundo uma liderança Avá-Guarani, a comunidade Ara Poty já sofreu ao menos dois ataques a tiros desde que a decisão do TRF-4 da suspensão das reintegrações de posse foi proferida. A liderança conta que os ataques costumam ser rápidos, o que dificulta o registro das ações violentas em vídeo pelos indígenas, que estão sem poder se locomover.

40
Jug Óg Pãn Txi

A concessão de um contrato florestal em 2023-2024 que prevê a extração de madeira no loca compromete a natureza e os povos que residem no território tradicional JUG ÓG PÃN TXI – que, na língua Laklãnõ, significa “Rastro dos ancestrais”. Além disso, parte do povo Laklãnõ, da Terra Indígena Ibirama, situada no município de José Boiteux, no Alto Vale do Itajaí, foi forçada a se deslocar até a retomada, devido ao descaso do governo com os impactos causados pela instalação da Barragem Norte.

41
Retomada do Araça’í

Em 1998, os Guarani que viviam na terra indígena Nonoai, no norte do Rio Grande do Sul, encaminharam documentação à Funai informando sobre a intenção de retornarem à terra da qual haviam sido expulsos no decorrer do século XX, devido ao processo de colonização implementado pelo governo catarinense por meio de empresas colonizadoras. Impaciente com as condições em que vivia e com a excessiva demora, por parte da Funai, em regularizar a sua terra tradicional, a comunidade optou por realizar a retomada, sendo a primeira em julho de 2000.



42
Toldo Chimbangue

Toldo Chimbangue (município de Chapecó, SC) recuperaram legalmente metade das terras que reivindicavam. O processo articulou diferentes organizações governamentais e não-governamentais e exigiu a elaboração de Laudo Antropológico.

43
Ka’aguy Mirim

No bairro Lami, próxima à Tekoa Pindó Poty, dentro da grande territorialidade Mbya Guarani, mas numa área que foi cercada e hoje serve à exploração madeireira de oportunistas.

44
Kagma

Num terreno abandonado há décadas e que pertence ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Portanto, uma área pública da União, sem destinação social.

45
Xokleng Konglui

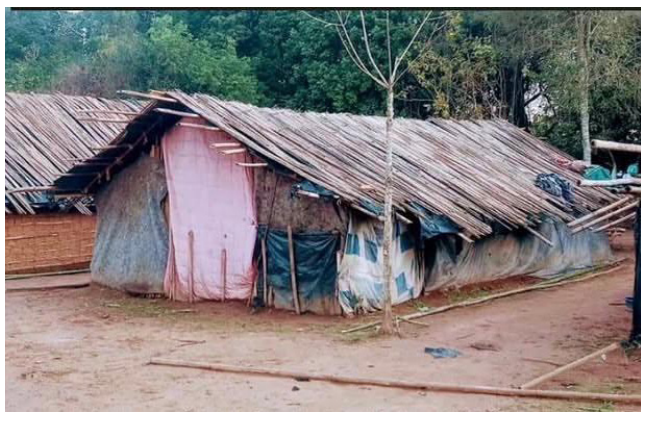
A retomada Xokleng Konglui, localizada na Floresta Nacional (FLONA) de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, é um ato de resistência do povo Xokleng para reocupar seu território ancestral, frequentemente enfrentando ameaças de reintegração de posse e resistência à especulação imobiliária. A comunidade, que sofreu com expulsões históricas e massacres por "bugreiros", busca reconhecimento oficial de suas terras e a preservação de sua cultura, vivendo muitas vezes em condições de vulnerabilidade no local.

46
Pindó Poty

Famílias do povo Guarani Mbya retomaram, em 30 de abril de 2021, ocuparam esta área tradicional do tekoha (lugar onde se é) Pindó Poty, que havia sido invadida por brancos, no bairro Lami de Porto Alegre. De acordo com o Cacique Arnildo Verá, da Aldeia Pindó Mirim Itapuã do Rio Grande do Sul, um estudo antropológico constata que a área de 100 hectares é terra indígena. A demarcação, no entanto, nunca saiu do papel. O Cacique Arnildo conta que, cansados de esperar e vendo o território ser invadido por não indígenas, "fizemos nosso papel de auto-demarcar".

47
Mata do Júlio

Na área conhecida como Mata do Júlio, em setembro de 2021, iniciou-se um processo de retomada do povo Guarani Mbya. Desde 2019 o local tem sido alvo de especulação imobiliária por parte de construtoras que querem transformá-la em um grande condomínio privado. Segundo os Mbyá Guarani, a retomada da área é para a sua preservação, visto que a terra "sempre foi nossa", o cacique do grupo também afirma que eles não possuem nenhum tipo de vinculação com partidos políticos e que suas finalidades são de resguardar, proteger e manter os seres em um ambiente de harmonia, diante de tanta exploração e devastação.



48

Tekoá Nhe’engatu

A área é vinculada ao antigo centro de pesquisa agropecuária (Fepagro). Atualmente o território não é demarcado e há disputa judicial com pedido de reintegração de posse além de conflito com o PL 280/2025 que propõe doar 88,8 ha da área para a prefeitura de Viamão com o objetivo de instalar um centro logístico da iniciativa privada, ameaçando a permanência indígena. Em fevereiro de 2026, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública contra o Estado do Rio Grande do Sul para garantir a construção imediata de uma escola

49

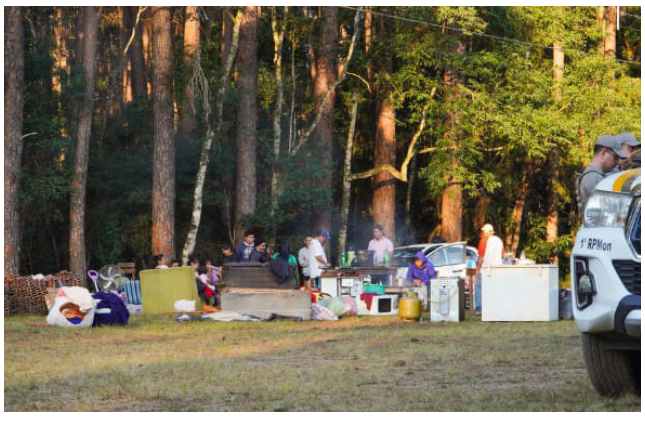
Kaingang Re-Si

A Retomada Re-Si, do povo Kaingang, ocorre em uma área de mata nativa abandonada há mais de 15 anos, sem cumprimento de função social, sendo reocupada como forma de proteção contra o avanço do desmatamento. Inserida em um contexto de forte pressão imobiliária e do agronegócio, a mobilização busca impedir a urbanização da região. As famílias organizam o território a partir do Kanhgág Jykre, priorizando agricultura de subsistência, produção artesanal e preservação das fontes de água. O cultivo de plantas medicinais também integra a retomada, como prática ancestral vinculada ao cuidado, à autonomia e à continuidade cultural.

50

Kaingang Ven Ga

A área da extinta Fepagro, em Santa Maria (RS), pertencente ao governo estadual.Cerca de 12 famílias vivem no local, após agravamento das condições de moradia causado pelas enchentes de 2024 e realizam reivindicações formais por reconhecimento da posse tradicional do povo Kaingang na cidade, que datam desde pelo menos 1999. A ocupação teve início após um período marcado por inundações no estado, em 2024, que agravaram as condições de moradia de grupos indígenas na região. Parte das famílias afetadas passou a reivindicar a área, argumentando se tratar de território ancestral e buscando estabelecer ali moradia e meios de subsistência.



51
Gãh Ré

A Retomada Gãh Té une os povos Kaingang e Xokleng, que compartilham a mesma raiz linguística (Jê). A área é de propriedade da família Maisonnave. A retomada barrou projetos imobiliários que previam a construção de milhares de apartamentos no topo do morro. Em dezembro de 2022, a juíza Clarides Rahmeier concedeu liminar de reintegração do terreno em favor da Maisonnave Companhia de Participações. A desembargadora Marge Inge Tessler, negou provimento para recurso do Ministério Público Federal (MPF) e manteve a decisão. O imóvel está hipotecado desde 1980, quando o Grupo Maisonnave passou por um processo de liquidação extrajudicial após condenação, e a área foi dada como garantia de dívidas junto ao Banco Central.

52
Tekoa Ka’aguy Porã

Processo de retomada do espaço como espaço ancestral para a efetuação do modo de vida Mbya-Guarani, povo indígena que vê o território para além das perspectivas espaço/temporais da sociedade capitalista liberal, sendo um espaço onde a influência dos ancestrais se atualiza e as divindades se fazem presentes. Para além, os Mbya-Guarani preservam a prática ancestral de intensa mobilidade territorial, fator utilizado com frequência para destituí-los de direitos territoriais pelos Estados nacionais. Estratégia de resistência ao avanço da subjetivação capitalística – com seu modo-aldeias, circunscrito e sedentário – que a sociedade envolvente lança para capturá-los a um modus de vida que não o de seu povo.

53
Tekoa Yy Rupa

A Tekoa Yy Rupa (lugar de olho d’água) é uma comunidade Guarani Mbyá localizada em Terra de Areia, Rio Grande do Sul, que resiste em um território não demarcado. Em 2019, a comunidade sofreu ataques violentos, com invasões de homens armados exigindo sua retirada, mas os indígenas decidiram permanecer, reafirmando sua ligação ancestral e espiritual com o local.

54
Gãh Ré

A Retomada Gãh Ré é um território indígena Kaingang localizado no Morro Santana, na zona leste de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Iniciada em outubro de 2022, representa um movimento de resistência e retomada de terras ancestrais, liderado pela cacica Iracema Nascimento, conhecida como Gah Té.

55
Nhe`engatu

A Retomada Tekoa Nhe'engatu, iniciada em fevereiro de 2024 por famílias Mbya Guarani em Viamão (RS), localiza-se em um terreno da antiga Fepagro. A comunidade luta pela permanência no local, visando a demarcação, preservação ambiental e resistência cultural. O território enfrenta ameaças de redução por projetos governamentais.

56
Sêgu

Uma das sete retomadas realizadas pelo povo Guarani e Kaiowá no município de Douradina evidencia a resistência histórica dessas comunidades. Segundo as lideranças, no passado, o povo foi confinado em pequenas reservas, o que comprometeu sua autonomia e modos de vida tradicionais. Atualmente, a luta se concentra na recuperação de suas tekoha, territórios essenciais para sua reprodução física, cultural e espiritual, que hoje estão, em grande parte, ocupados por propriedades rurais e atividades do agronegócio.

57
Fág Nor

Na retomada Fág Nor (RS), os Kaingang foram atacados após retornarem à área de onde foram expulsos em 2014. No PR e MS, barracos foram queimados e indígenas baleados. As retomadas buscam garantir sobrevivência e direitos territoriais, mas enfrentam violência de fazendeiros, agravada pela omissão estatal e entraves legais.

58
Nhanderekoa

A Nhanderekoa foi retomada por famílias das tekoa Paranapuã e Tangará, em Itanhaém. Lá, os indígenas realizam plantio com maior liberdade, apesar das dificuldades do terreno, pois a aldeia é localizada em uma terra envolta em montanhas de lixo enterrado. Sua reocupação acontece desde o início do ano de 2022 e vem [re]existindo com aproximadamente 12 famílias, 50 pessoas entre idosos, jovens e crianças.

59
Yvy Porã

Yvy Porã, local onde havia ocorrido recentemente uma retomada de terras, situa-se fora da área homologada na TI Jaraguá. Trata-se de uma área que deveria estar incluída dentro do território demarcado com base no estudo da FUNAI realizado em 2013, mas que posteriormente foi desdemarcada — um fato considerado bastante inédito. Além disso, há uma sobreposição dessa área com o Parque Estadual do Jaraguá.

60
Kalipety

Em 2016, com a portaria declaratória do governo federal que reconheceu a TI Tenondé Porã, os guarani mbya se dispersaram por uma área de 16 mil hectares. Se antes eram apenas duas, hoje são 14 aldeias. Antes disso, a retomada já estava em curso. Em 2013, a Tekoa Kalipety foi erguida nesse processo. Atualmente, a comunidade abriga 24 famílias e é referência no cultivo ancestral de alimentos sagrados da cultura guarani mbya. Hoje, são diversos tipos de jety (batata doce) e milho, além da erva-mate, mandioca, frutas cítricas entre outras.

61
TI Tekoá Mirim

A autodemarcação da Terra Indígena Tekoá Mirim, no município de Praia Grande, no litoral de São Paulo, ocorreu em uma área localizada dentro da Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Esse contexto levou o Poder Executivo Municipal a considerar os Mbyá que ali se instalaram como invasores. Além disso, órgãos ambientais estaduais, especialmente a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (SEMA-SP), responsável pela administração do parque, passaram a entender a permanência indígena como contrária à legislação que regula a ocupação humana em unidades de conservação, iniciando assim uma articulação político-administrativa com o objetivo de impedir a permanência desse grupo no território.

62

Retomada Terra Sagrada

14 etnias se reúnem para retomar a terra primeiramente pertencente aos Guarus, que foram extintos. A aldeia contará com uma área comum e espaços próprios para cada etnia, para eles o importante é estar todo mundo junto, apesar das diferentes religiões, compartilhando seus saberes. Essa retomada busca homenagear os parentes (como indígenas chamam uns aos outros) e realmente vivenciar usos e costumes.

63

Puri Krim Orutu

A retomada Krim Orutu (que significa ""sangue valente"" em Puri) é um movimento de resistência do povo indígena Puri no Leste de Minas Gerais, focada na reocupação de territórios ancestrais no município de Itueta, Resplendor e arredores do Rio Doce. Iniciada em 2024 sob liderança da Cacica Puoná Xipu Puri, a comunidade busca o reconhecimento oficial, reparação pelos danos do rompimento da barragem de Fundão e o resgate da cultura e língua, enfrentando desafios como ameaças de despejo e falta de infraestrutura.
No ano de 2024, cerca de 50 famílias ocuparam a Usina Hidrelétrica de Aimorés na tentativa da retomada das terras antes ocupadas pelos ancestrais.

64
Katurãma

O caso da retomada Katurãma mostra que a própria existência do território contribui para a afirmação da indigeneidade. “Não existe índio nativo sem terra”, afirma uma liderança, explicando que precisam da terra para manter o modo de vida no “costume tradicional”. Também segundo o depoimento de um professor da aldeia, “sem o território nada acontece, não tem cultura, não tem etnia.” A cacica da aldeia explica que o território foi um “mecanismo” utilizado para serem novamente reconhecidos após terem sua identidade questionada quando estavam morando na periferia de Belo Horizonte.

65
Arapowã Kakyá

A retomada da Aldeia Arapowã Kakyá, situada em Brumadinho-MG, foi celebrada pelo povo Xucuru-Kariri, marcando quatro anos de resistência em fevereiro de 2026. A comunidade, composta por cerca de 16 famílias, ocupa uma área de 156 hectares anteriormente de posse da mineradora Vale, busca o reconhecimento oficial do território e a preservação ambiental.

66
Naô Xohã

A aldeia Naô Xohã (“Espírito Guerreiro” em Patxohã) foi estabelecida em outubro de 2017 pelo povo Pataxó Hã-hã-hãe em São Joaquim de Bicas (MG), como uma retomada de território por indígenas que viviam na periferia da região metropolitana de Belo Horizonte. A área, localizada às margens do Rio Paraopeba, sofreu graves impactos pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho em 2019, resultando em contaminação por metais pesados e perda da capacidade de subsistência, como plantar e pescar.

67
Gerú Tucunã

A retomada do território Gerú Tucunã, realizada pelo povo Pataxó, integra a recuperação de áreas tradicionais e a resistência histórica. Está ligada a episódios de violência estatal, como o Fogo de 51, que destruiu a aldeia Barra Velha (BA) e dispersou o povo, e à criação do Parque Nacional do Monte Pascoal em 1961, que reduziu seu território. A presença Pataxó em Minas Gerais também se relaciona à política da ditadura militar (1964–1985), que incluiu a construção de presídios indígenas.

68
AldeiaEscola Floresta/Yãy Hã Miy

Em setembro de 2021, uma comunidade de cerca de 400 pessoas realizou uma retomada na região de Itamunheque com o objetivo de construir a Aldeia Escola Floresta, um projeto voltado ao reflorestamento, agroecologia e fortalecimento espiritual. Desde o início da pandemia, o grupo deixou a Aldeia Verde em busca de um território com melhores condições de vida, passando por áreas de risco e situações de engano até se estabelecer temporariamente em outro local. Suas lideranças têm divulgado a luta por território, autonomia e preservação ambiental em diversos espaços, destacando a importância de modos de vida que respeitem a biodiversidade e as águas.

69
Kamakã Mongoió

No pequeno município de Minas Gerais cujo nome circulou o mundo depois do rompimento da barragem da Vale S.A que matou 270 pessoas em 2019 -, esta área cobiçada pela mineradora, e também por uma construtora, foi ocupada em de outubro por indígenas Kamakã Mongoió. O Cacique Merong Kamakã Mongoió, líder do movimento, relata que, guiado pelo Grande Espírito, sentiu que precisava retornar às terras ancestrais da região para protegê-las da destruição e ameaças constantes.

70
TI Krenak margem do Rio Doce

Processo de retomada territorial e reterritorialização do povo Krenak no Vale do Rio Doce, intensificado após o rompimento da barragem de Fundão em 2015, que contaminou o rio — elemento central para a vida, cultura e subsistência do povo. As ações envolvem a reocupação simbólica e prática do território, fortalecimento cultural, recuperação ambiental e reivindicação de direitos, diante dos impactos da mineração. Diferente de outros casos, a retomada está profundamente ligada à reconstrução do território afetado e à relação espiritual com o rio.

71
Terra Mãe

A retomada Terra Mãe, em Betim (MG), é um movimento coletivo que reúne principalmente o povo Warao, junto a outras etnias e também a famílias não indígenas em situação de vulnerabilidade, como pessoas sem-teto e sem-terra. A ocupação surge como uma forma de buscar moradia digna e, ao mesmo tempo, afirmar direitos territoriais. Mais do que o acesso à terra, o movimento fortalece a organização comunitária, a convivência entre diferentes grupos e a construção de estratégias de resistência diante das dificuldades sociais enfrentadas no cotidiano.

72
Retomada da fazenda São Judas

Em 2007 a Funai começou os estudos para a demarcação do território indigina Xakriabá, mas por conta da demora da demarcação, em 2011 cerca de 300 indígenas Xakriabá decidiram ocupar a Fazenda São Judas. Além disso, após investidas da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) em 2012, o processo de demarcação estagnou, sem contar que, segundo o coordenador da CIMI, esse órgão incitou nesse período que os fazendeiros reagissem de forma violenta contra os indígenas.

73
Kariri Wakonã

O grupo Xukuru Kariri, no bairro Taquari, começou com 15 membros e hoje possui seis casas. A aldeia conta com energia elétrica e abastecimento de água por caminhão-pipa, mas enfrenta dificuldades e luta pela permanência no território. Buscam autorização para construir moradias e desenvolver projetos de reflorestamento. Há um processo de reintegração de posse movido pela Companhia Brasileira de Alumínio, que alega propriedade da área, atualmente em disputa judicial. Enquanto isso, os indígenas sobrevivem com doações e apoio de pessoas e organizações, enfrentando desafios como alimentação, frio e segurança, mantendo a resistência em defesa de seus direitos e território.

74
Kamakã Grayra

Dezenas de famílias indígenas da Região Metropolitana de Belo Horizonte foram forçadas a retomar terras que lhes pertencem por direito, diante de preconceito, violência e exclusão de políticas públicas no contexto urbano. Negados como indígenas, enfrentaram discriminação constante. Na Aldeia Kamakã Grayra, instalada na antiga fazenda Santa Tereza, passaram a viver conforme sua cultura, em harmonia com a terra e ressignificando o espaço. Contudo, sofrem ameaça de reintegração de posse considerada injusta. Em resposta, o povo Kamakã fortalece sua resistência coletiva, defendendo seus direitos, território e modo de vida com determinação.

75
Fazenda São Judas Tadeu

Na cidade de Araçuaí, localizada no Vale do Jequitinhonha, aproximadamente 100 indígenas dos povos Pankararu e Pataxó realizaram a retomada de uma área de cerca de 560 hectares da Fazenda São Judas Tadeu. A ação tem como principal objetivo proteger o território tradicional e impedir o avanço da mineração de lítio na região, atividade que pode gerar impactos ambientais significativos e ameaçar os modos de vida, a cultura e a subsistência das comunidades indígenas envolvidas..

76
Aldeia Kaí

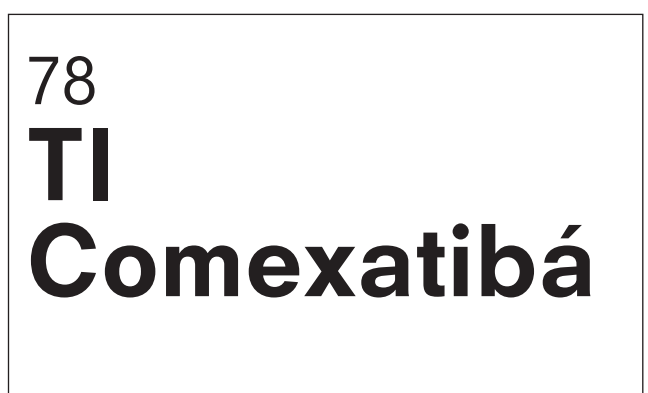
Na área de Comexatibá, no sul da Bahia, a retomada Pataxó incide sobre uma fazenda considerada sobreposta ao território já reconhecido como de ocupação tradicional. Em novembro de 2025, a declaração de posse permanente pelo Ministério da Justiça reforçou juridicamente a reivindicação indígena, intensificando a mobilização no local. O processo também envolveu a divulgação de uma carta pública pelo coletivo de lideranças Pataxó, articulando apoio político e social. A presença da Polícia Federal e da Polícia Civil indica a existência de tensões e disputas com ocupantes não indígenas durante a consolidação da retomada.

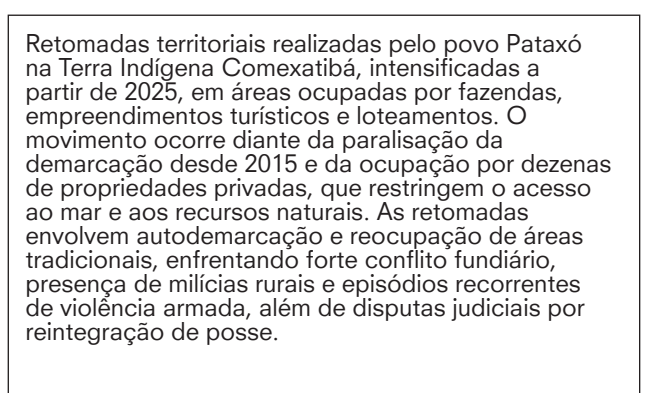
77
Tupinambá de Olivença

As retomadas na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, são ações de resistência e autodemarcação iniciadas pelo povo Tupinambá para recuperar seus territórios ancestrais. Desde 2009, o movimento se mobiliza para pressionar pela finalização da demarcação, com ocupações de fazendas em áreas identificadas pela Funai, enfrentando conflitos fundiários e morosidade legal. O território, que viveu um longo processo de demarcação e conflitos, teve sua portaria declaratória assinada em 2025.

78
TI Comexatibá

Retomadas territoriais realizadas pelo povo Pataxó na Terra Indígena Comexatibá, intensificadas a partir de 2025, em áreas ocupadas por fazendas, empreendimentos turísticos e loteamentos. O movimento ocorre diante da paralisação da demarcação desde 2015 e da ocupação por dezenas de propriedades privadas, que restringem o acesso ao mar e aos recursos naturais. As retomadas envolvem autodemarcação e reocupação de áreas tradicionais, enfrentando forte conflito fundiário, presença de milícias rurais e episódios recorrentes de violência armada, além de disputas judiciais por reintegração de posse.





79
Fazenda Inhuma

A retomada da Fazenda Inhuma em janeiro de 2024, em Potiraguá (BA), inseriu-se na histórica resistência Pataxó Hã-Hã-Hãe pela desintrusão da TI Caramuru-Paraguaçu. O movimento, que visava garantir a posse de terras tradicionais ocupadas por fazendeiros, foi marcado pela extrema violência do grupo paramilitar "Invasão Zero". O conflito resultou no trágico assassinato da pajé Maria de Fátima Muniz, expondo a vulnerabilidade jurídica dos indígenas diante da omissão estatal. Socialmente, a retomada reafirmou a luta contra o cerceamento territorial, transformando o luto em um clamor urgente pela proteção de seus modos de vida ancestrais.

80
Aldeia Mirandela

A retomada da Aldeia Mirandela em 11 de novembro de 1995 foi o ápice de uma histórica mobilização do povo Kiriri, em Banzaê (BA). Inserida em um processo de quase duas décadas de resistência no semiárido, a ocupação estratégica da antiga "capital" dos posseiros forçou o Estado a efetivar a desintrusão de cerca de 1.200 famílias não indígenas. Juridicamente vitoriosa, a ação consolidou a demarcação física da TI Kiriri na virada do milênio, transformando o conflito social em um dos maiores êxitos de retomada territorial do Brasil, garantindo a autonomia e a preservação dos modos de vida ancestrais do grupo.

81
Caramuru-Catarina Paraguassu

A área da reserva foi originalmente delimitada em 1938, mas, ao longo das décadas seguintes, passou a ser ocupada de forma irregular por fazendeiros e grileiros. A partir da década de 1980, as comunidades Pataxó Hãhãhãe iniciaram um processo organizado de retomada de seu território tradicional. Esse movimento ganhou força ao longo dos anos, culminando, em 2012, com uma decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou nulos os títulos de propriedade privada, facilitando significativamente a recuperação das terras pelos povos indígenas.

82
Fazenda Ilha

O povo Kaimbé, localizado na região de Euclides da Cunha (BA), passou por um intenso processo de retomada de suas terras, incluindo a Fazenda Ilha.

83
Retomada de Porto da Folha

O povo indígena Xokó celebra 46 anos da Retomada, marco da luta em Sergipe iniciado em 1979, quando reconquistou sua terra ancestral após décadas de apagamento. A celebração reúne rituais como toré, cantos, danças, rodas de conversa, partilhas e exibição de vídeos, fortalecendo memória, espiritualidade e identidade. Lideranças, mestres e anciãos conduzem orações e agradecimentos, enquanto jovens e crianças assumem o legado de resistência. Com profunda conexão ao Rio São Francisco, elemento central de sua cosmologia, os Xokó mantêm viva sua cultura. A luta por território, saúde, educação indígena e valorização cultural permanece ativa no cotidiano da comunidade local atual.

84
Fazenda Canto

Povos diante de experiências de perseguição, deslocamentos compulsórios, da ausência de territórios demarcados, violência e sofrimento, trata-se da identidade indígena e direitos territoriais repetidamente negados. A área de 314 ha foi declarada em 2003 de interesse social para fins de reforma agrária. Sobre a terra corre um processo judicial há vinte anos, envolvendo o INCRA, a FUNAI e o ITERAL, entre outros órgãos.

"

85
Pankaxuri Goiti

A retomada ocorreu diante de graves problemas de segurança, dificuldades de deslocamento e clima constante de medo, agravados pela demora na homologação das terras. Quatorze famílias participaram diretamente, com forte presença da juventude engajada na luta. O principal objetivo é garantir a prática religiosa no próprio território, fortalecendo vínculos comunitários e reafirmando a identidade coletiva. A continuidade da luta pela terra, aliada à preservação cultural e religiosa, é essencial para a afirmação do grupo. Sua identidade é complexa, marcada pela etnogênese Pankaxurinã, sem perder a autoafirmação Xukuru-Kariri e suas heranças ancestrais.

86
Fazenda Cristo Rei

A retomada da Fazenda Cristo Rei foi uma resposta direta à paralisia do Estado na homologação de seu território tradicional. Após anos de espera por providências jurídicas, o povo ocupou a área para reafirmar sua posse originária e resistir à pressão dos latifúndios locais. Esse movimento foi marcado por perseguições políticas e violência, evidenciando que a luta pela terra para os Xukuru-Kariri é uma estratégia de sobrevivência cultural e física indispensável diante da histórica negligência governamental na região.

87
Fazenda Modelo

A retomada da Fazenda Modelo em 1993 insere-se na longa luta do povo Kariri-Xocó contra o confinamento territorial às margens do Rio São Francisco. Mesmo com a tradição do Toré preservando sua unidade social, a escassez de terras para plantio forçou ocupações massivas e históricas, como a de 2015, e o recente embargo às obras da BR-101 para exigir compensações do DNIT. Embora a terra tenha sido homologada em 2023, o conflito persiste devido à recusa de cerca de 200 posseiros em desocupar a área, mantendo a retomada como uma estratégia viva de pressão pela desintrusão definitiva dos invasores.

88
Fazenda Santa Rosa

De acordo com registros do MPF e da DPU, a retomada da Fazenda Santa Rosa, iniciada nos anos 1990 em Joaquim Gomes (AL), é parte de uma resistência contínua do povo Wassu Cocal contra o confinamento territorial. Embora possuam área reconhecida, a comunidade mantém cerca de 1.200 hectares de retomadas ativas para reivindicar o território tradicional, enfrentando conflitos diários com posseiros e o avanço da monocultura. Recentemente, a justiça interveio para obrigar o Estado a garantir moradias dignas, pois a falta de demarcação segura empurrou famílias para áreas de risco de deslizamento, evidenciando que a luta pela terra é, simultaneamente, uma questão de sobrevivência humanitária e justiça jurídica.

89
Aldeia Lajeiro do Couro

Após décadas de invisibilidade como “sertanejos pobres” submetidos a regimes de trabalho análogos à escravidão, 77 famílias Kalankó romperam com o domínio dos latifúndios para ocupar seu território ancestral. Essa ação direta foi uma resposta jurídica à negligência do Estado, forçando a Funai a iniciar os estudos de identificação. Historicamente, a retomada simboliza a afirmação étnica contra a expulsão rural, transformando a área de caça e plantio em um espaço de resistência social e autonomia indígena.

90
Marataro Kaeté

No primeiro dia de 2023, os Karaxuwanassu, povo pluriétnico que reúne diversas etnias indígenas como Xukuru, Karapotó, Fulni-ô e Warao, chegaram até o Polo Empresarial Ginetta, terreno localizado na Estrada do Monjope com extensão de aproximadamente 120 hectares, e montaram um acampamento para reivindicar a criação de uma terra indígena no local.

91
Fazenda do Tonho da Lalinha

A reintegração ocorreu com presença de policiais armados, sem conflitos. As reivindicações incluem a demarcação do território Truká e a paralisação da transposição do São Francisco, devido a impactos ambientais e culturais. A retomada fica a 8 km de Cabrobó, na fazenda Tonho da Lalinha, com cerca de 300 participantes. Também realizam ações de conscientização com moradores e escolas. No local, não há água encanada e o abastecimento é precário.

92
Retomada Costeira Potiguara

Retomadas territoriais realizadas pelo povo Potiguara no litoral norte da Paraíba, em áreas costeiras e rurais ocupadas por empreendimentos turísticos, usinas de cana-de-açúcar e propriedades privadas. O processo envolve reocupação de territórios tradicionais diante de disputas fundiárias e pressões econômicas, buscando garantir o acesso a recursos naturais como manguezais, rios e o mar. As retomadas articulam defesa territorial, reconstrução cultural e retomada de práticas produtivas, ocorrendo em um contexto de conflitos com setores empresariais e disputas judiciais.

93
Aldeia Vitória e Gramami

O processo de retomada resultou na formação de aldeias como Vitória e Gramami, mesmo diante de forte repressão e resistência policial. Essa trajetória é marcada pela etnogênese, ou seja, pela reafirmação e reconstrução da identidade indígena ao longo da luta. As comunidades seguem mobilizadas pela demarcação definitiva de seu território tradicional, buscando garantir seus direitos e preservar seus modos de vida. No entanto, esse processo ainda enfrenta ameaças, especialmente devido ao marco temporal, que pode limitar o reconhecimento dessas terras.

94

Retomada Eleotérios do Catu

O processo de demarcação é aguardado pela comunidade desde 2010 e vinha se arrastando na Justiça desde 2017. A Justiça Federal, em primeira instância, acatou o pedido do MPF, entendendo que houve omissão e inércia do poder público, ao não dar andamento ao processo. Pela sentença, a União e a Funai deveriam dar início aos trabalhos de identificação e delimitação da terra indígena dos Eleotérios do Catu constituindo um GT em até 180 dias, e concluindo os trabalhos em até 24 meses após a formação do GT.

95

Parnamirim

Em janeiro de 2026, a área foi alvo de um ataque coordenado por cerca de 20 a 30 homens encapuzados e armados. A ausência da demarcação oficial é apontada como a principal causa da escalada de violência, deixando as famílias vulneráveis a ações de milícias rurais e grileiros. A área sofre pressão direta da expansão do Complexo do Pecém e de novos empreendimentos tecnológicos (como o Data Center do TikTok), que avançam sobre terras reivindicadas sem a devida consulta aos indígenas.

96

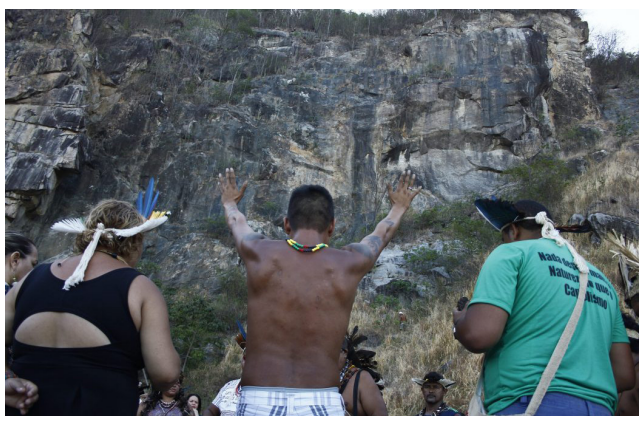
Caminho do Trilho

O território original Tapeba (estimado em 36 mil hectares) foi drasticamente reduzido para pouco mais de 5 mil hectares. Para não perderem o que restou para construtoras, os Tapeba realizaram diversas retomadas ao longo das últimas décadas. Uma das mais emblemáticas noticiadas pelo CIMI foi a Retomada Caminho do Trilho (2017), onde enfrentaram forte pressão de despejo movida por empreiteiras (como a STG Construções Imobiliárias) que queriam lotear a área de mata vital para a comunidade.

97

Pedreira Encantada

Um dos marcos centrais da luta do povo Pitaguary é a Retomada da Pedreira Encantada, também conhecida como Pedreira Canaã ou Brita-Boa. Iniciada em 2011, essa mobilização teve como principal objetivo impedir a exploração mineradora em uma área considerada sagrada pelas comunidades. Além de seu valor espiritual, o local integra o território tradicional do povo, sendo essencial para a preservação de sua cultura, identidade e modos de vida frente às pressões econômicas externas.



98

TI Tremembé de Almofala

A Terra Indígena Tremembé de Almofala sofre invasões pesadas desde a ditadura militar, especialmente pela empresa Agricoco, que se instalou na região derrubando carnaubais para plantar coco em escala industrial, além da pressão moderna de parques eólicos. histórico dos Tremembé é marcado por retomadas firmes após terem sido escorraçados no passado. Em fevereiro de 2025, o CIMI destacou a intensa batalha judicial no TRF-5. A empresa tentava usar a tese do Marco Temporal para anular o processo demarcatório dos Tremembé. A “retomada” atual desse povo é manter-se cravado no território a todo custo, recuperando áreas degradadas pela empresa e defendendo o direito originário de viver no litoral que ocupam há séculos.

99
Toco Preto e Vão Seco

Comunidades indígenas Guegue do Sangue e Akroá-Gamela realizam retomadas nos territórios Toco Preto e Vão Seco, em Uruçuí (PI), enfrentando processo de reintegração de posse movido pela prefeitura. As retomadas reivindicam direitos originários garantidos pela Constituição de 1988 e denunciam impactos do agronegócio no Cerrado. A mobilização é apoiada pelo Cimi e articula resistência territorial, preservação cultural e permanência das famílias em áreas tradicionalmente ocupadas.

100
Estreito

Processo de retomada territorial realizado pelo povo Kariú Kariri na região de Estreito, no Maranhão. Na retomada, os troncos velhos (anciãos e matriarcas anciãs), sustentam a base da retomada. As matriarcas guardam na memória de seus corpos-territórios-ancestrais a língua, os cantos, os sagrados encantados, a luta, o sofrimento, a violência o desterro, a memória dos parentes esparramados, os lugares sementes utilizados pelo povo desde os antigos. Já os galhos novos, crianças e jovens, têm a força, altivez e formação necessária para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, dependente do manejo do conhecimento acadêmico, das mídias e dos diálogos junto às instituições governamentais.

101
TI Araribóia

Em setembro deste ano (2022), dois jovens guardiões do povo Guajajara, Paulo Paulino Guajajara e Janildo Oliveira Guajajara, foram assassinados a tiros. Os guardiões eram protetores da Terra Indígena Araribóia, no Maranhão, e a suspeita é de que ambos os crimes tenham sido praticados por madeireiros que há anos vivem em conflito com os indígenas, em decorrência da exploração ilegal de madeira no território.

102
Tremembé de Raposa

No território Caúra, em Raposa, os indígenas sofrem com a invasão, a poluição e o rastro de destruição da empresa imobiliária Canopus. A empresa despeja o esgoto do condomínio Village Pôr do Sol no igarapé e no manguezal do território, afluentes do rio Paciência e que servem de sustento e alimentação para os indígenas e para as comunidades Itapeua e Cumbique. A liderança Tunycwyj Tremembé destaca a morosidade do processo da Funai e o sentimento constante de direitos ameaçados.

103
Comunidade Indígena Tremembé

O povo ainda não obteve a demarcação do território e por conta disso tem enfrentado processos discriminatórios, invisibilização e negação de direitos. Buscam seu reconhecimento étnico como forma de assegurar o território em que habitavam, em situação de constantes ameaças de expulsão e diante de diversos conflitos de reintegração de posse solicitada por terceiros que se dizem donos da terra.

104
Morro do São João

Processo de retomada e autoidentificação. Resistem há séculos aos efeitos destrutivos da colonização, como a invasão, os massacres, a desterritorialização do território ancestral, o silenciamento, a perda da língua e a marginalização.

105
Reserva Indígena Krenyê

Os Krenyê fizeram o primeiro processo de retomada e hoje estão já em seu território após longos 15 anos. A luta desse povos tem iluminado outros povos a romperem esse silenciamento. O objetivo é ter de fazer deste lugar um local de vida. Uma parte da área de cerrado foi desmatada para a produção de carvão. Então o desafio é transformar este cerrado em berço da vida novamente.

106
Akroá-Gamella

Os Gamella eram um povo indígena do Maranhão, com comunidades em Viana e Codó, sem relação direta com os Timbira. Sua língua era praticamente isolada, com poucas influências externas. Destacavam-se pelo uso do "gamella", adorno labial de madeira, além de práticas como pesca e uso de arcos, flechas e clavas. Acolhiam escravizados fugidos e resistiram à colonização até quase serem exterminados no século XIX. Os remanescentes se miscigenaram, perdendo traços culturais. Hoje, cerca de 1.200 pessoas em seis comunidades retomam sua identidade e lutam pela recuperação de seu território tradicional.

107
Alto Turiaçu

A partir de 2013, eles criaram uma guarda florestal autônoma. A tática de retomada deles consiste em mapear as estradas dos madeireiros, expulsar os invasores (muitas vezes queimando os caminhões e tratores ilegais) e, o mais importante: fundar novas aldeias exatamente nos pontos de entrada dos invasores. Essas "aldeias de retomada" funcionam como escudos humanos e postos de fiscalização permanentes nas bordas do território, garantindo que a floresta volte a crescer.

108
Taego Ãwa

A retomada da Terra Indígena Taego Ãwa, refere-e ao longo processo de luta dos Ava-Canoeiro pela demarcação de seu território tradicional e o retorno à área, marcado por contatos forçados nos anos 1970. Em 2024, a justiça federal reverteu uma decisão que reduzia 30% da terra, reafirmando sua posse permanente.

109
Aldeia Takaywrá

A retomada da Aldeia Takaywrá, encerrou três écadas de uma peregrinação degradante imposta pelo próprio Estado. Após serem expulsos por frentes de colonização e submetidos à miséria itinerante na bacia do Rio Formoso, os Krahô-Kanela romperam a inércia jurídica da Funai mediante ocupações físicas estratégicas entre 2001 e 2004. Historicamente, essa ação direta sobre fazendas sobrepostas foi o catalisador para a demarcação do território. Atualmente, a resistência transmutou-se em uma luta contra o "ecocídio", combatendo a captação predatória de água por latifúndios vizinhos que ameaça a sobrevivência hídrica e ambiental da comunidade.

110
Área da Gameleira

A retomada da área da Gameleira, em 1985, foi um marco decisivo na resistência do povo Apinajé, em Tocantinópolis (TO). Geograficamente, a ação visava recuperar terras férteis e sagradas invadidas por fazendeiros e posseiros, situadas no interior da TI Apinajé. Juridicamente, o movimento foi uma resposta direta à omissão da Funai e ao descaso do Estado durante a construção da Transamazônica e da ferrovia Carajás, que fragmentaram o território. Socialmente, a retomada consolidou a unidade política dos Apinajé, que, por meio de ação direta, expulsaram invasores e forçaram o reconhecimento definitivo de seus direitos territoriais originários em um contexto de intensa pressão do agronegócio regional.

111
Arica

O povo Karajá soma atualmente 216 indivíduos localizados no vale do Rio Araguaia, na região Noroeste do estado de Goiás, município de Aruanã. Apesar dos 704 hectares da terra Aruanã já terem passado por todo o processo de homologação e estarem registrados, desde do ano de 2001, em nome dos Karajá, a área continuava ocupada de maneira ilegal pela Fazenda Arica. A retomada teve como objetivo a retirada de invasores de suas terras.

112

Retomada Tapuia

A primeira delimitação do território ocorreu em 1948, fortemente influenciada pela política indigenista vigente na época, que dividiu a área entre três famílias. Com o passar dos anos, o território foi sendo invadido por não indígenas, resultando na expulsão e dispersão das famílias originárias. Esse processo causou a perda de vínculos com a terra e dificuldades na manutenção de seus modos de vida. Em 1979, as comunidades conseguiram estabelecer contato com a FUNAI, reivindicando assistência e apoio para a recuperação de seus direitos territoriais.

113

Marãiwat-sédé

Processo de retomada territorial realizado pelo povo Xavante na Terra Indígena Marãiwatsédé, especialmente após a desintrusão de não indígenas concluída em 2012. Diferente de outros casos, trata-se da reocupação e expansão interna do território já homologado, anteriormente degradado por fazendas de pecuária. As retomadas envolvem a criação de novas aldeias, recuperação ambiental e retomada de práticas tradicionais, visando reocupar áreas estratégicas e reconstruir o modo de vida Xavante dentro do próprio território.

114

Fazenda Suiá-Missu

O povo Xavante, do Centro-Oeste, teve seus primeiros contatos com a sociedade brasileira nos anos 1940. Em 1966, foi expulso de seu território tradicional em Marãiwatsédé, no norte do Mato Grosso, iniciando décadas de conflitos. A partir dos anos 1980, com apoio da Igreja e de organizações internacionais, começou a luta pelo retorno. Em 1992, durante a ECO-92, a empresa responsável comprometeu-se a devolver a área. Apenas em 2012, decisão do STF determinou a retirada de não indígenas, efetivada nos anos seguintes. Desde então, tentativas de invasão continuam, mas são contidas pela mobilização e resistência Xavante na defesa de seu território.
”

115

Manoá-Pium

A Retomada Manoá-Pium é uma ação de resistência dos povos Wapichana e Macuxi na região da Serra da Lua, Roraima, contra invasões e o agronegócio que espoliam suas terras. Após anos de luta e uma demarcação insatisfatória, a retomada busca retomar o controle territorial e espiritual frente à morosidade estatal.

116
Rio Candeias

Há poucas informações disponíveis sobre o caso, o que dificulta uma compreensão mais detalhada do processo. Sabe-se, no entanto, que em 2007 foi feito um pedido para a conclusão da demarcação da Terra Indígena do Rio Candeias, além da solicitação de retirada de ocupantes e invasores da já demarcada Terra Indígena Karitiana. Essas ações refletem a luta contínua dos povos indígenas pela garantia de seus direitos territoriais e pela proteção de suas terras frente a ocupações irregulares.

117
TI Uru-Eu-Wau-Wau

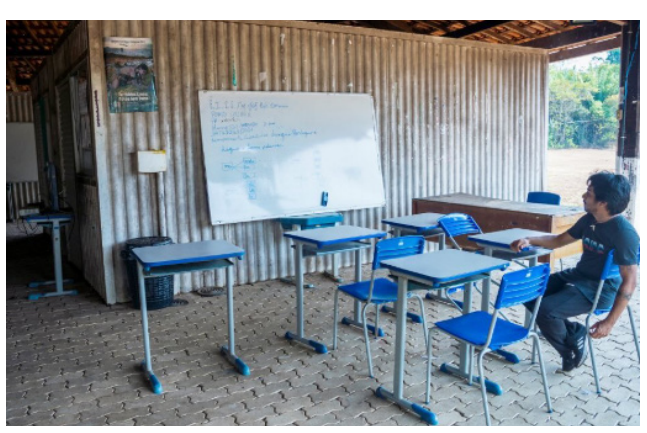
"Lutamos pelo nosso território desde o tempo do contato para mantê-lo livre de invasões", afirma a liderança, ressaltando que a terra abriga as culturas, os cemitérios e as vidas de seu povo, além de nascentes vitais para o estado de Rondônia. Para as lideranças indígenas, a luta pela continuidade da fiscalização na TI Uru-Eu-Wau-Wau é uma defesa dos direitos fundamentais e do acesso à justiça para os povos que guardam a floresta. Elas exigem que o Estado brasileiro cumpra seu dever constitucional de proteger o território contra a exploração ilegal e assegure a paz para as futuras gerações.

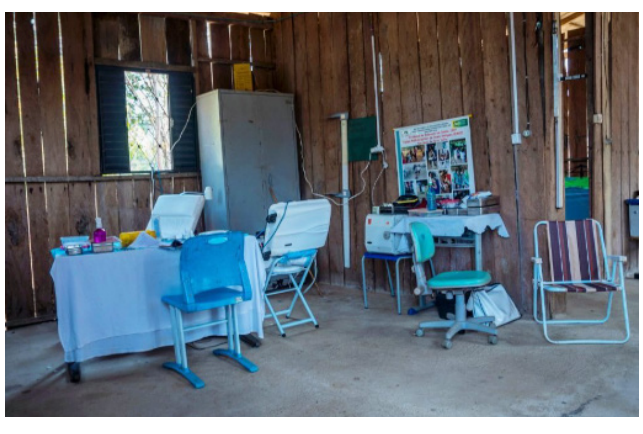
118
Aldeia Aperoi

O movimento de retomada deles começou fortemente em 2005 (na região do Seringal Manoel Alves / Vale do Guaporé), quando decidiram assumir publicamente sua identidade indígena novamente e exigir seu território. A tensão é altíssima e contínua: em outubro de 2025, o Ministério Público Federal precisou intervir após a maloca da comunidade ser incendiada e a casa da cacique ser alvo de tiros para intimidar a luta pela terra.

119
Aldeia Juari

De acordo com o Cimi, a retomada da Aldeia Juari, em Porto Velho (RO), na Terra Indígena Karitiana em agosto de 2008, foi uma resposta à histórica invasão de madeireiros e grileiros que ameaçavam o território e a integridade física do grupo. Geograficamente inserida em uma zona de forte pressão da fronteira extrativista, a aldeia sofria com o descaso jurídico e a lentidão estatal na proteção das fronteiras demarcadas. Socialmente, a ação representou o fortalecimento da autonomia Karitiana, que, cansados da omissão dos órgãos competentes, decidiram expulsar os invasores por conta própria, reafirmando sua posse tradicional e preservando seus recursos naturais e culturais.





120
TI Nawa

Em 2020, os Nawa decidiram fazer a autodemarcação, utilizando seus próprios guardiões e a estrutura da floresta. Já sabendo os limites do seu território,começaram a criar trilhas que separam a sua terra do Parque Nacional da Serra do Divisor, unidade de conservação na fronteira com o Peru. povo extinto. Somente em 1999 seus descendentes foram identificados novamente e, em 2003, seu território passou pelo processo de reconhecimento e delimitação. Hoje, os Nawa são 96 famílias, com 522 pessoas habitando o mesmo espaço.

121
Aldeia Campinas Katukina

122
Aldeia São Paulino

O povo Jaminawa (ou Yaminawá) na região do Alto Rio Purus, com forte presença no município de Sena Madureira (AC), vive um processo contínuo de resistência e retomada territorial, muitas vezes marcado por conflitos com invasores e morosidade na demarcação de terras. Lideranças Jaminawa buscam a recuperação de áreas ancestrais, frequentemente vivendo situações de vulnerabilidade entre a mata e a periferia das cidades.

123
Aldeia Quieto

O povo Apolima-Arara retomou, em 2013, a aldeia Quieto, parte da Terra Indígena Arara do Alto Rio Juruá, no Acre. Localizada no município de Marechal Thaumaturgo, a área de 21 mil hectares foi juridicamente reconhecida e demarcada em 2011, mas a morosidade do governo federal em retirar ocupantes não indígenas impediu o usufruto pleno. Historicamente confinados a menos da metade de seu território tradicional, os 475 indígenas cruzaram o rio Amônia para garantir sua sobrevivência social e cultural, agindo diante da omissão estatal e da urgência pela posse de suas terras declaradas.

124
TI Kaxinawá Seringal Inde pendência

A Terra Indígena (TI) Kaxinawá do Seringal Independência é um território Huni Kuin localizado no município de Jordão, Acre, enfrentando severas ameaças de invasão por grileiros, madeireiros e narcotráfico, com registros de desmatamento e conflitos recentes em 2026. Classificada como dominial indígena, é focada na valorização cultural e agricultura tradicional pelos Huni Kuin.

125
Aldeia Nova Esperança

O povo Yawanawá, na Aldeia Nova Esperança, protagonizou um marco histórico e social ao consolidar a gestão da Terra Indígena Rio Gregório, em Tarauacá, Acre. Geograficamente isolada e rica em biodiversidade, a região foi palco de uma retomada cultural e jurídica após décadas de exploração por seringalistas. Sob a liderança de Biraci Brazil, o grupo expulsou missionários e invasores, estabelecendo um modelo de autonomia sustentável. Esse processo garantiu a preservação de tradições ancestrais e o fortalecimento de direitos territoriais, transformando a aldeia em um símbolo global de resistência e revitalização espiritual indígena

126
TI Porto Praia de Baixo

Os povos indígenas Kokama e Ticuna da Terra Indígena (TI) reivindicada Porto Praia de Baixo iniciaram na última terça-feira (20) o processo de autodemarcação de seu território. Com uma população de cerca de quatrocentas pessoas, majoritariamente dos povos Kokama e Ticuna, a TI Porto Praia de Baixo está localizada à margem direita do rio Solimões, no município de Tefé (AM), e se encontra na listagem de terras "a identificar" da Fundação Nacional do Índio (Funai). Seus moradores aguardavam que os setores responsáveis dessem início nos procedimentos demarcatórios, mas isso nunca ocorreu.

127
TI Taquara

Sem a demarcação oficial do Estado, os Mura iniciaram um forte processo de autodemarcação para proteger a área cobiçada pela mineradora. Em janeiro de 2023, por exemplo, o CIMI noticiou a retomada física de uma área invadida na TI Taquara logo após jovens Mura sofrerem um atentado a tiros por posseiros. A estratégia central é ocupar ativamente os locais de coleta (castanha, açaí) e os lagos para impedir o avanço das máquinas e do gado, fincando as placas de seu território.

128
Parque das Tribos

Parque das Tribos (o primeiro bairro indígena reconhecido de Manaus) é noticiado como uma grande retomada territorial. Além da terra, é evidenciado o ato de pessoas no contexto urbano se autodeclararem indígenas e exigirem direitos (como saúde e educação diferenciadas) na cidade, quebrando a lógica colonial de que o indígena só existe e tem direitos se estiver "isolado na mata".

129
Morcego

O modelo de demarcação em ilha fez com que Morcego perdesse o Lago da Praia e, consequentemente, o acesso a bens naturais essenciais para seu modo de vida. Como agravante, a comunidade sofre com o avanço da monocultura de soja em seu entorno, que vem causando transtornos como o forte barulho das máquinas agrícolas, poeira nas casas e contaminação por agrotóxicos. A maior parte das demarcações desses territórios teve início antes da Constituição de 1988, e não considerou a posse tradicional dos povos indígenas.

130
Sawre Muybu

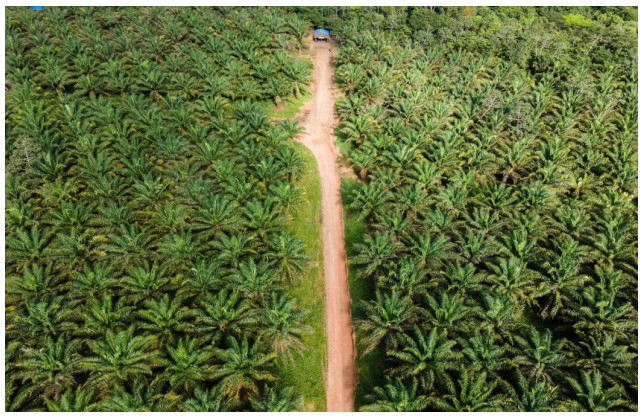
A ação do povo Munduruku na Terra Indígena Sawre Muybu, no Médio Tapajós (PA), ocorre no contexto de autodemarcação e intensificação da fiscalização territorial diante da ausência efetiva do Estado. Durante a mobilização, indígenas expulsaram madeireiros ilegais e denunciaram a continuidade da exploração por garimpeiros, com impactos ambientais severos sobre a floresta e os rios. A TI Sawre Muybu aguarda demarcação formal há anos, apesar de estudos já realizados. A iniciativa reforça o protagonismo Munduruku na proteção do território e explicita a persistência de pressões econômicas ilegais, mesmo diante de reiteradas denúncias às autoridades.

131
Tukano Sawa

O território é alvo de disputa entre a Agropalma, que tinha a posse mas teve a matrícula cancelada, e os indígenas, que estão em um movimento de retomada da área. Uma ação civil pública conduzida pelo Ministério Público do Pará (MPPA) identificou que as matrículas do imóvel foram lavradas em um cartório fantasma, o que invalida os documentos da Agropalma. A área agora é do Instituto de Terras do Estado do Pará. Em novembro de 2024, a Justiça Estadual do Pará autorizou o cumprimento de uma ordem de reintegração de posse, resultando em uma ação policial para retirar os Turiwara da área. O Ministério Público Federal (MPF) tem atuado para suspender as ordens de despejo. No entanto, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) autorizou novas reintegrações de posse no início de 2026.

132
Aldeia Turé-Mariquita

Cansados de contaminações por agrotóxicos e do confinamento territorial, os Tembé iniciaram nos últimos anos uma série de retomadas diretas das fazendas de dendê, ocupando as sedes das empresas, paralisando colheitas e acampando dentro das plantações para exigir a devolução de seus territórios tradicionais. As empresas frequentemente respondem com seguranças privados armados, gerando confrontos armados constantes. As terras ancestrais dos Tembé (e de comunidades quilombolas vizinhas) no nordeste paraense foram, ao longo de décadas, sobrepostas por gigantescas fazendas de monocultura de dendê de empresas como a Brasil BioFuels (BBF) e a Agropalma.



133
Aldeia Rap-Kô

A retomada na aldeia Rap-Kô ocorreu em um contexto de grave vulnerabilidade jurídica e social. Localizada em Altamira, a área sofreu invasões massivas de grileiros e madeireiros, intensificadas por ameaças de pistoleiros. Historicamente pressionados pelo avanço da fronteira agrícola e pelo impacto de Belo Monte, os Xikrin agiram em autodefesa para proteger seu território homologado. O cenário geográfico de isolamento e a omissão estatal na fiscalização forçaram a comunidade a retomar o controle físico da aldeia para garantir sua integridade física e cultural.

134
Eletronorte

Sob a liderança histórica da Cacica Kátia Silene (uma das poucas mulheres cacicas da região), eles realizaram diversas retomadas de terras da própria Eletronorte (empresa estatal de energia) e ocupações de estradas de ferro da Vale. A reivindicação é a devolução de terras compensatórias não alagadas e o pagamento de indenizações pelos danos irreversíveis de Tucuruí.

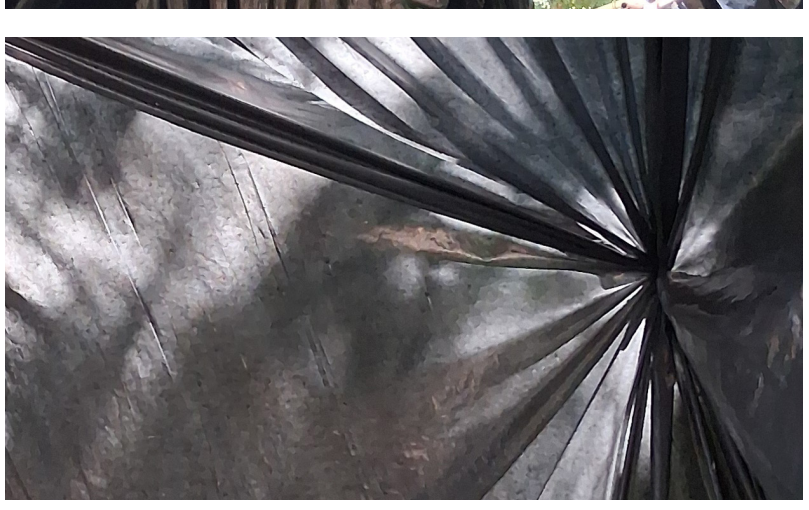
135
Museu Kuahí

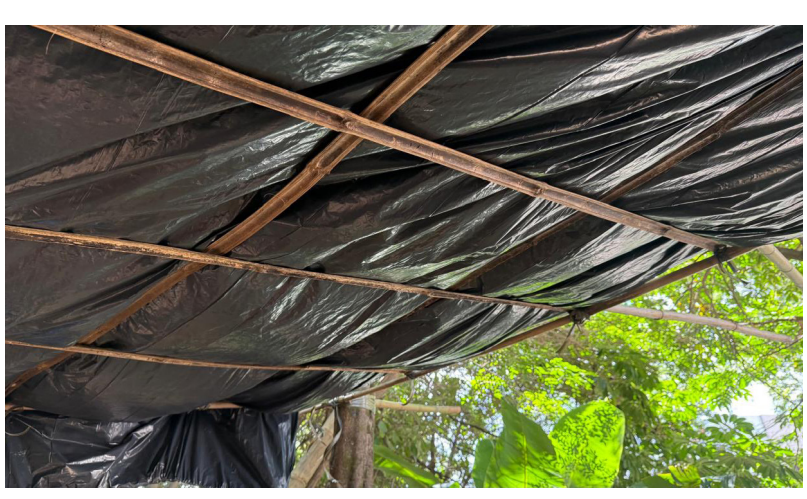
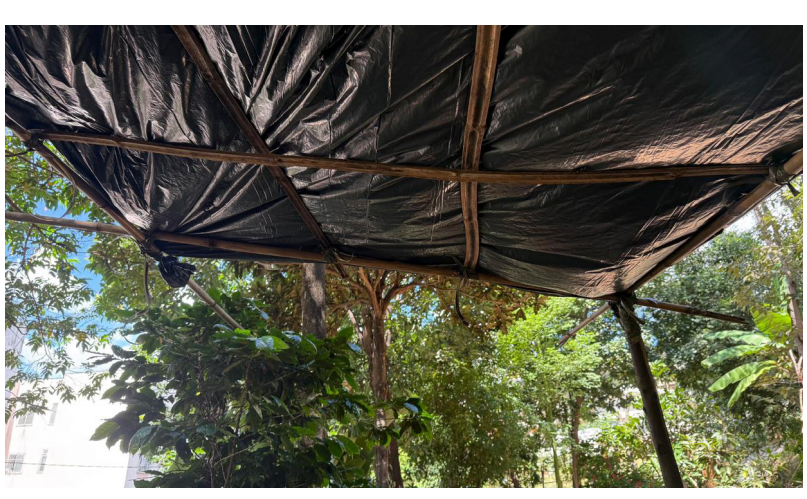
O Museu Kuahí reúne um grande acervo das etnias Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kali'na e Palikur. O espaço feito pelas mãos de artistas indígenas, reabre as portas com novidades e modernização, mantendo o respeito à tradição dos povos originários, reafirmando sua essência como um museu de representatividade. "Estou muito feliz com essa conquista, retomada. Foram anos fechado, mas agora entregamos esse espaço que guarda nossas memórias, nossa ancestralidade. É mais um símbolo de resistência dos povos indígenas", destacou Sonia Jeanjacque, secretária de Estado dos Povos Indígenas do Amapá, e indígena da etnia Galibi Kali'na.

Abrigos

1 / 4

3 / 4



Ensaios

RETOMAR NÃO É INVADIR

Foto: Renaud Philippe/projeto Retomada da Terra

Retomadas indígenas são a reocupação de territórios originários. Não se trata de invasão, mas do exercício de um direito de reparação, permitindo o retorno às terras de onde foram retirados.

Grupo – Vitória Barboza, Lídia Maia Moreria, Laura Galizoni, Mariana Groberio

PERMANECER É DIREITO

DESPEJO NÃO É JUSTIÇA!

Se já existem formas de moradia, mesmo que improvisadas, como lonas, cabanas ou barracos, não é mais uma ocupação imediata. Nesses casos, a retirada de pessoas não pode ser feita à força.

A Constituição Federal garante que a moradia é direito inviolável (Art. 5º, XI) e que ninguém pode ser privado de sua posse sem o devido processo legal (Art. 5º, LIV). O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) ainda reforça ser indispensável a decisão judicial mesmo em situações urgentes (liminar).

Por isso, remoções só podem ocorrer com ordem judicial.

A PRIORIDADE É FICAR

A regularização das comunidades deve vir antes de qualquer ordem de despejo. Remover famílias gera violência e desabrigo.

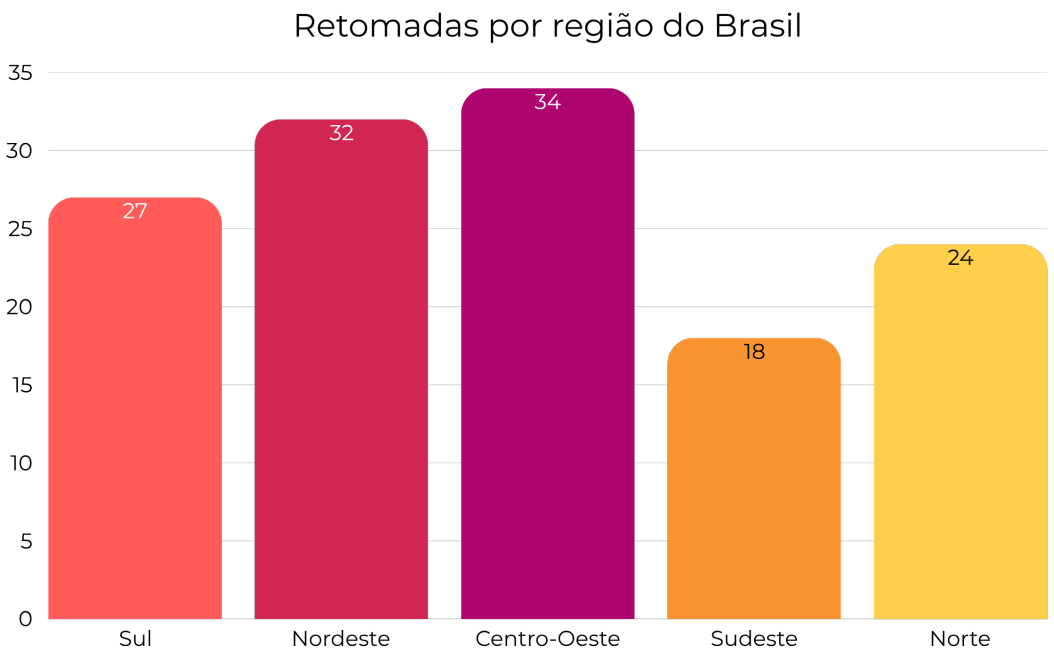
A justiça deve proteger quem constrói a vida na terra, e não quem a mantém vazia. O apoio da sociedade é fundamental para garantir o direito à história.

SEM DECISÃO JUDICIAL, NÃO É DESPEJO. É VIOLAÇÃO DE DIREITOS.

"Nossa terra é nosso corpo. Não se separa a vida da terra."
-Tupã-Y

Análise das violências contra retomadas indígenas no Brasil

Grupo – Christian Moreira, Marina Melo, Rafael Miranda, Samara Aragão



Este levantamento tem como objetivo sistematizar e dar visibilidade às violências que incidem sobre retomadas indígenas no Brasil, permitindo uma leitura mais organizada e comparável desses cenários no território.

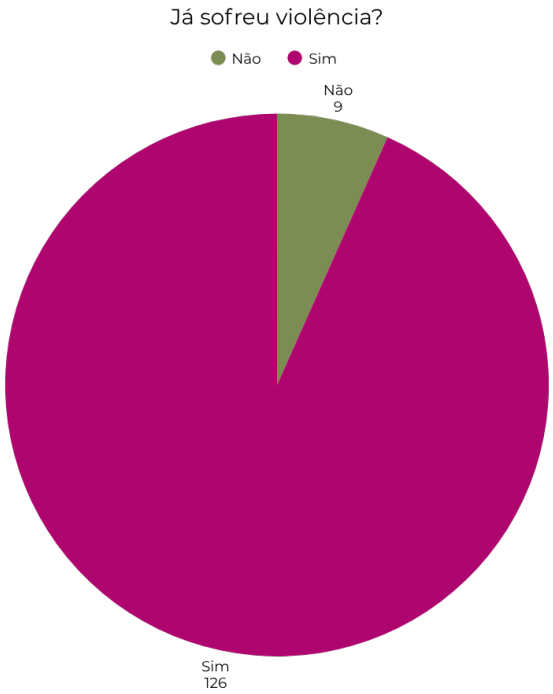
Os dados resultam de um recorte construído a partir de informações públicas coletadas em portais de notícias entre 03 de março e 29 de abril de 2026. Parte significativa desse levantamento foi realizada coletivamente pela turma, a partir de uma planilha desenvolvida pelo grupo e posteriormente incorporada como metodologia de pesquisa.

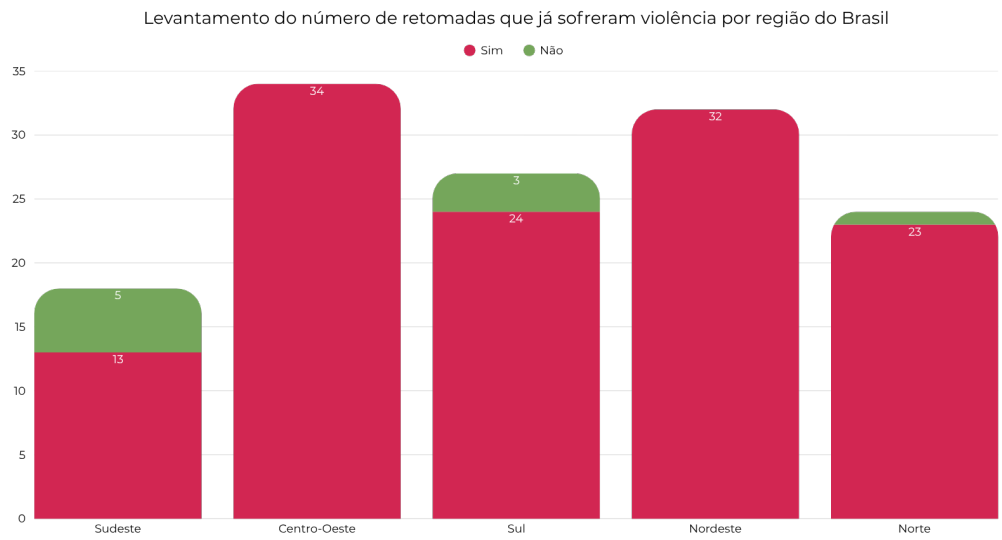
Coube ao nosso grupo o tratamento dos dados, sua sistematização e a elaboração de análises quantitativas e qualitativas, incluindo a produção de gráficos.

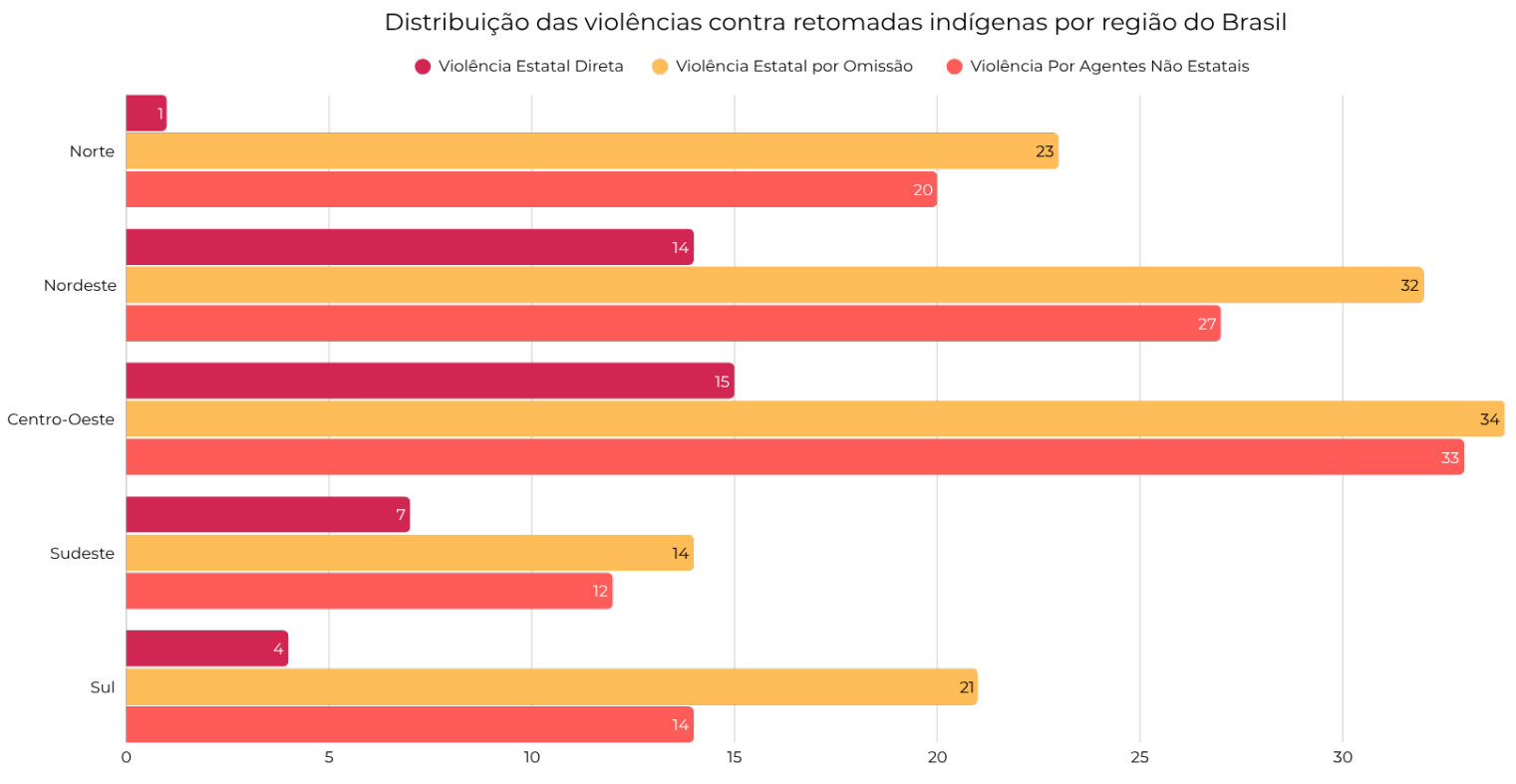
Outrora, é importante salientar que os dados das retomadas levantados foram obtidos a partir de canais midiáticos, o que, por sua vez, tende a limitar a abrangência dessas informações.

Além disso, destaca-se que todo o levantamento foi realizado de forma coletiva e em um período reduzido de tempo, fator que também contribui para essas limitações metodológicas, como subnotificação e desigualdade na cobertura regional. Ainda assim, a organização desses dados permite identificar padrões, agentes e dinâmicas territoriais, contribuindo para o debate e a ampliação do acesso a essas informações.

Será considerado que a retomada sofreu violência quando tiver sido vítima em algum dos seguintes casos: da Violência Estatal Direta, da Violência Estatal por Omissão ou da Violência Por Agentes Não Estatais.







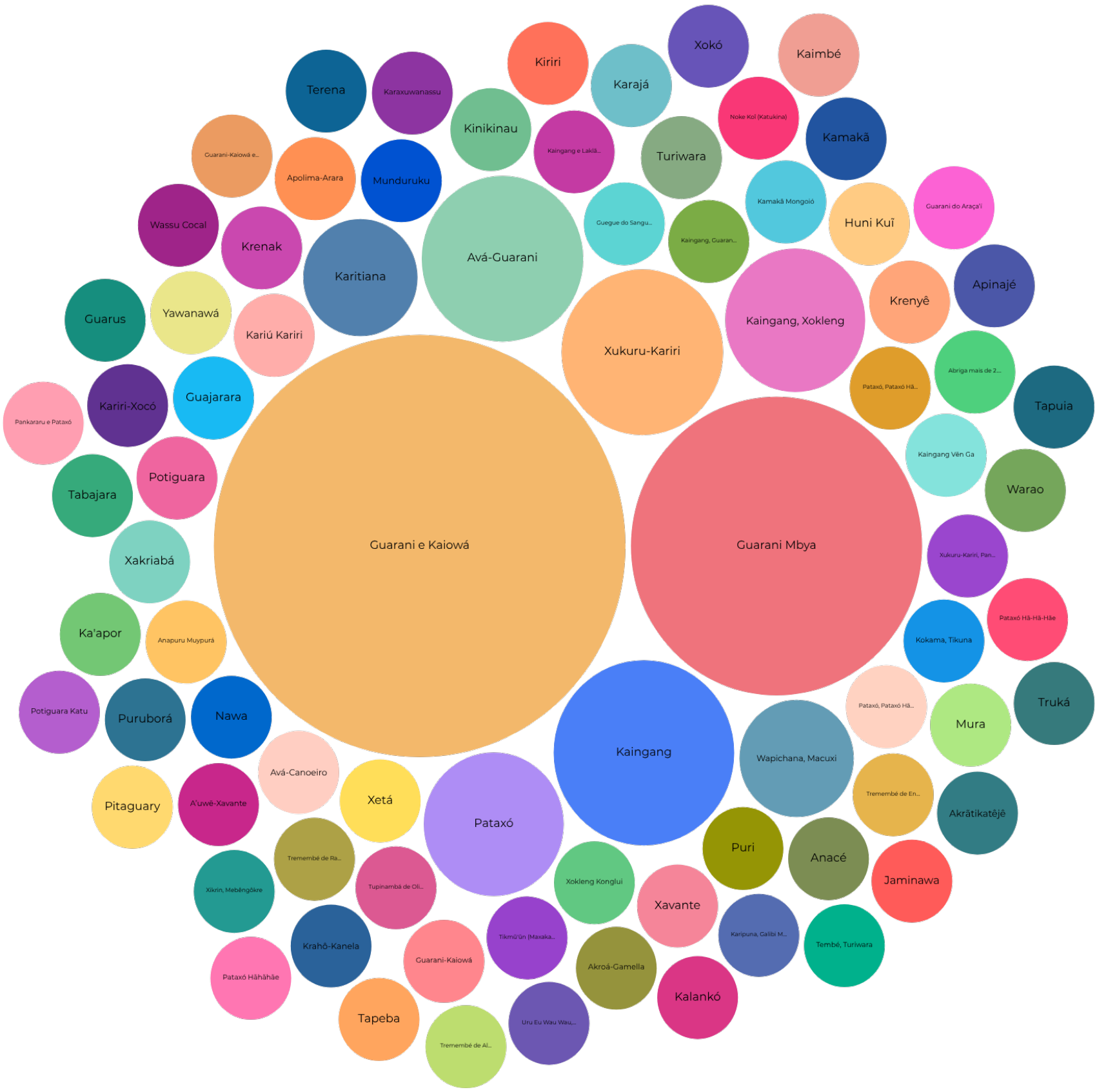
–Violência Estatal Direta: Consideramos ações conduzidas por agentes do Estado que envolvem uso de força ou coerção, incluindo remoção forçada, impedimento de ir e vir, ataques armados, destruição da retomada e outras intervenções físicas sobre o território ou seus ocupantes.

–Violência Estatal por Omissão: Consideramos situações em que o Estado deixa de agir ou atua de forma insuficiente, incluindo atrasos, não cumprimento de garantias legais, omissão diante de conflitos e ausência de proteção às retomadas.

–Violência por Agentes Não Estatais: Consideramos ações praticadas por civis ou agentes privados, incluindo destruição da retomada, destruição de cultivos, ataques armados organizados e ações violentas associadas a disputas territoriais.

Povos Indígenas em Retomadas

O gráfico evidencia a diversidade de povos indígenas em processos de retomada territorial e a formação de alianças entre diferentes etnias. Destacam-se Guarani, Kaiowá, Guarani Mbya, Kaingang, Xukuru-Kariri e Pataxó. O objetivo não é indicar quais povos mais aderem às retomadas, mas representar sua presença no recorte das fontes analisadas.

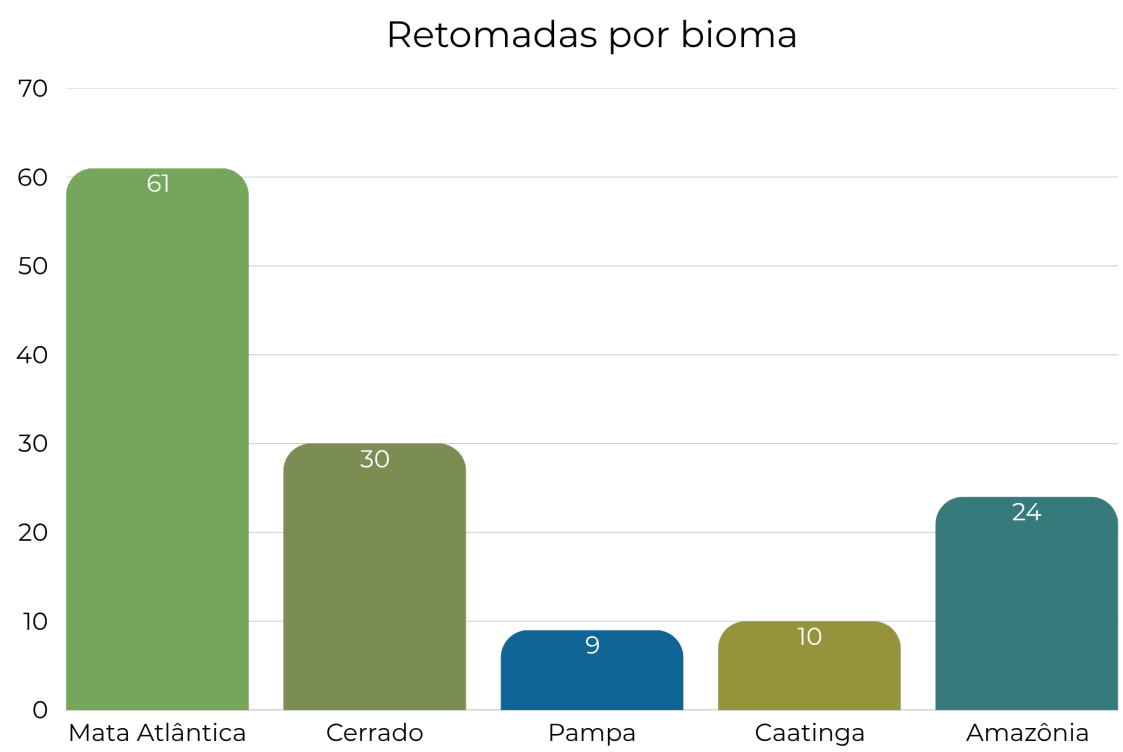


O gráfico revela uma expressiva concentração de retomadas indígenas no bioma Mata Atlântica, com 61 registros, número superior aos demais biomas analisados. Esse cenário pode estar ligado à intensa ocupação histórica dessas áreas, como também à urbanização, especulação imobiliária e o turismo.

Em seguida, tem-se o Cerrado, com 30 retomadas, que pode refletir nos conflitos territoriais, relacionados sobretudo ao avanço do agronegócio e da monocultura.

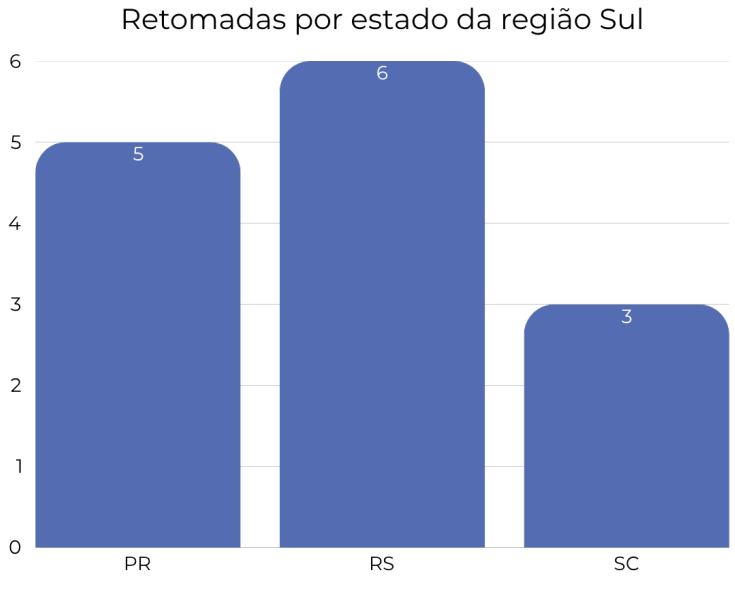
A Amazônia, com 24 registros, pode evidenciar disputas, relacionadas à exploração dos recursos naturais e invasões de terras indígenas.

Já os menores indicativos, registrados no Pampa e na Caatinga, não necessariamente indicam a ausência de retomadas indígenas, mas podem estar associados a processos de menor visibilidade.



Retomadas por estado da região Sul

Na região Sul, a violência ocasionada pela ausência do Estado como garantidor do direito das retomadas é clara. A falta de saúde, de alimentação, de educação, de acesso à água potável, além da reclamação sobre a demora na demarcação, da negligência e da implantação de grandes empreendimentos, são alguns dos apontamentos feitos por lideranças sulinas. Inclusive, sobre a não prestação de apoio quanto às consequências de desastres naturais.



É importante mencionar também a significativa presença da violência praticada por civis, especialmente fazendeiros e terceiros contratados pelos proprietários das terras.

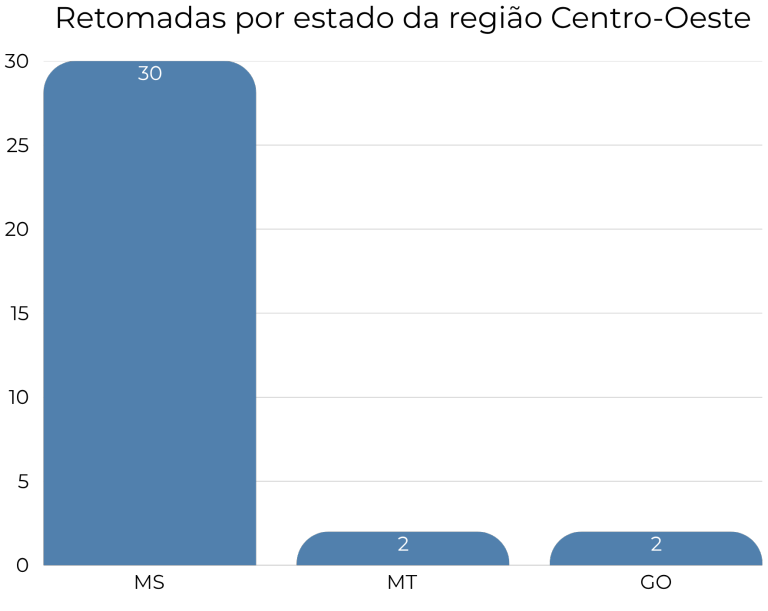
Exemplo disso é a Retomada Herarekã Xetá, que sofreu um massacre na década de 1940 e quase teve sua língua materna extinta. É importante mencionar também que na Retomada Ara Poty fazendeiros dispararam contra as famílias Avá-Guarani e queimaram todos os seus abrigos e os seus alimentos.

Retomadas por estado da região Centro-Oeste:

Na região Centro-Oeste, todas as retomadas levantadas sofreram algum tipo de violência. A violência cometida por instituições do Estado por meio da omissão é muito presente. A demora de anos, até décadas, na demarcação das terras é apenas uma delas. A garantia dos direitos é sempre postergada, a homologação paralisada, o mínimo acesso à saúde não é garantido. A violência das forças com o monopólio legítimo do uso da força é massivamente presente. Infelizmente, acontecem muitas vezes de forma direta, com ataques às retomadas, indo de expulsão sem mandado judicial ao ataque armado.

Entretanto, essa violência não acontece apenas diretamente, mas também através do apoio a fazendeiros e políticos ruralistas, pauta especialmente relevante no estado do Mato Grosso do Sul (MS), tendo em vista que a área rural do MS é composta em 83% por grandes propriedades, de acordo com o ISA (2021). Ainda segundo o Instituto Socioambiental, "o estado concentra 39,4% dos assassinatos de indígenas registrados no Brasil (2003-2019) e 63,7% dos suicídios cometidos por indígenas, entre 2000 e 2019."

Exemplo desta situação é o caso da Retomada Yvyrapygue, em que as forças repressivas estatais se aliaram com políticos locais para impedir a entrada e a saída da retomada. Outro caso é o da Retomada Ava'ete, uma família foi morta após sua casa ser incendiada durante a madrugada. Ainda, há o uso de uma ferramenta característica para os fazendeiros: o caveirão. Ele é um trator blindado e modificado com chapas de metal, utilizado para ataques e na destruição das casas, além de base para os atiradores contra os Guarani e Kaiowá.

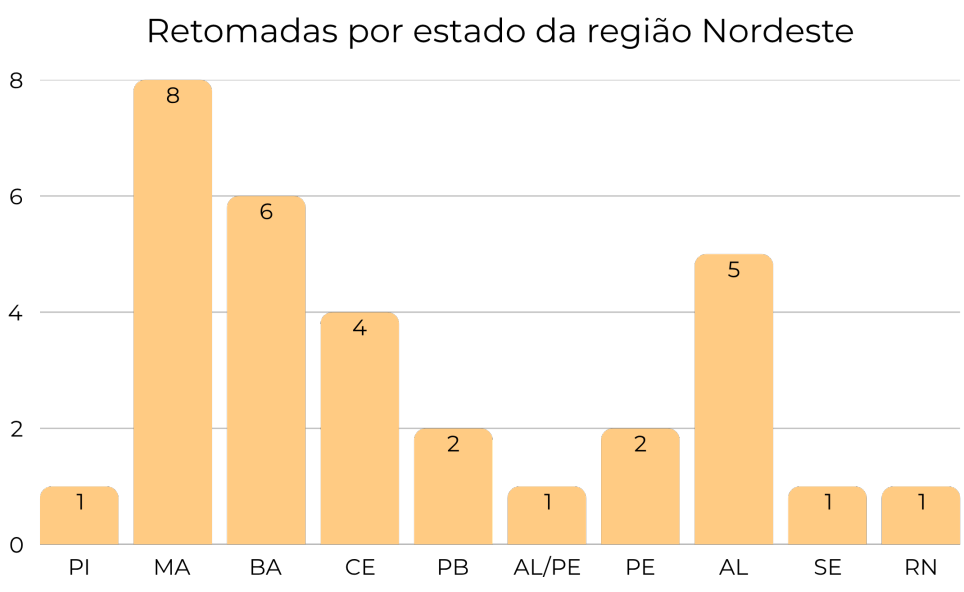


Retomadas por estado da região Nordeste:

As retomadas indígenas no Nordeste, assim como em outras regiões do país, são marcadas por diferentes formas de violência e pelo recorrente descaso do poder público.

A negação do pertencimento dos povos indígenas a seus territórios tradicionais permanece uma prática persistente, que fragiliza seus direitos e intensifica os conflitos.

Nesse contexto, grande parte dos episódios de violência, incluindo ameaças, invasões e ataques, é perpetrada por civis, como grileiros, pistoleiros e fazendeiros, que contestam a legitimidade dessas populações e desconsideram sua identidade e sua relação histórica, cultural e simbólica com a terra.



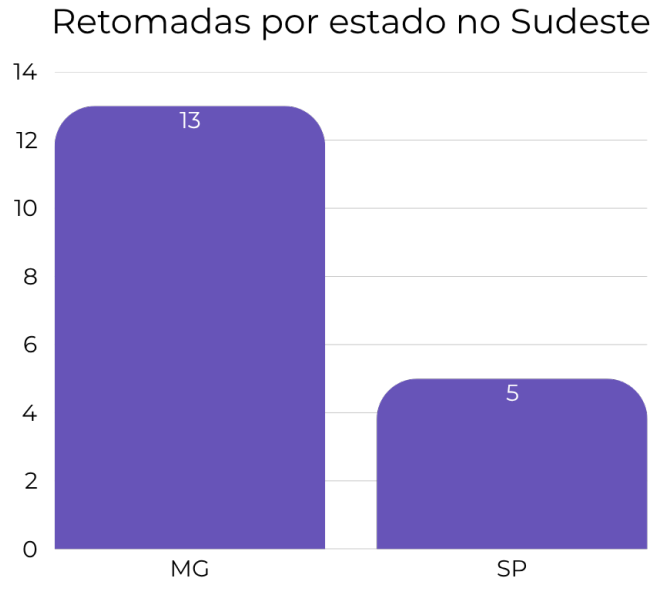
A intensa expansão do turismo nas regiões litorâneas do Nordeste configura-se como um importante fator de pressão territorial sobre comunidades indígenas. As retomadas inseridas nesse contexto frequentemente enfrentam processos de privatização das áreas costeiras, impulsionados pela especulação imobiliária e pela valorização econômica dessas regiões. Como consequência, tornam-se recorrentes os conflitos entre povos indígenas e setores civis interessados na exploração privada desses espaços.
Um exemplo expressivo desse cenário é a Retomada Tupinambá de Olivença, localizada entre Ilhéus e Una, no estado da Bahia, onde a pressão pela apropriação privada das terras litorâneas intensifica as disputas territoriais e agrava a vulnerabilidade das comunidades indígenas locais.

Retomadas por estado da região Sudeste:

* nota-se uma carência de dados primários no levantamento inicial realizado pela turma, contando somente com retomadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

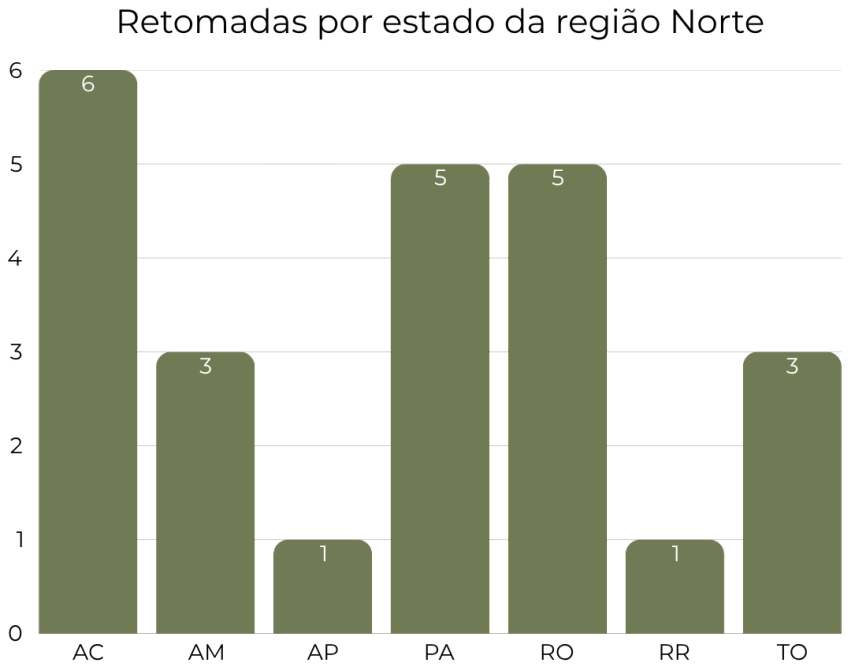
Observação geral dos dados levantados sobre as retomadas na região Sudeste:

As retomadas indígenas levantadas na região Sudeste do Brasil apresentam uma configuração marcada pela sobreposição de conflitos territoriais, impactos socioambientais e fragilidade institucional. Em muitos casos, os territórios estão inseridos em áreas afetadas por grandes desastres, como o Desastre de Mariana e o Desastre de Brumadinho, associados à atuação de empresas como a Vale S.A., que produziram impactos profundos sobre modos de vida indígenas. Paralelamente, observa-se um padrão recorrente de violência estatal por omissão, evidenciado na demora em processos de reconhecimento territorial, na ausência de políticas públicas efetivas e na insuficiência de proteção diante de conflitos. Soma-se a isso a presença constante de ameaças e pressões por parte de fazendeiros e agentes privados, vinculadas à disputa pela terra, o que configura um cenário de violência territorial contínua e multifacetada, no qual interesses econômicos se sobrepõem à garantia de direitos indígenas.



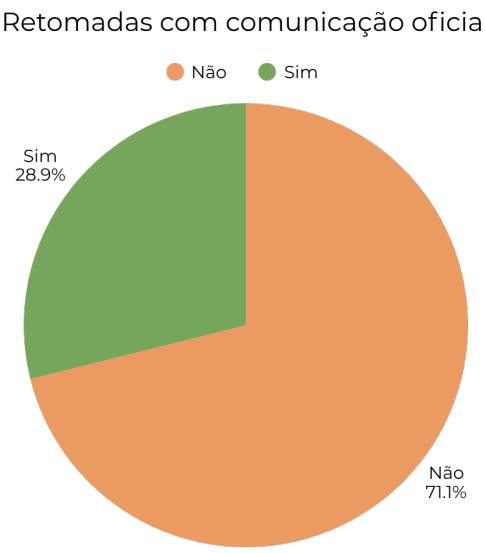
Retomadas por estados da região Norte

Em análise aos processos de retomadas indígenas na região Norte do país, mapeados pela turma, é possível perceber que há predominância de disputas territoriais que geram conflitos, marcados pela pressão do agronegócio, da mineração, da exploração madeireira e de obras de infraestrutura. Dessa forma, a violência civil está presente na maioria dos casos levantados e analisados.
Outro fator relevante é a demora na atuação dos órgãos oficiais, o que contribui para o agravamento dos conflitos e para o aumento das tensões entre os povos indígenas e o Estado. Já a ocorrência de intervenção militar ou policial direta é baixa, uma vez que a análise indica que, em muitos casos, os povos indígenas dependem dessa presença estatal para combater ações de agentes externos e atividades ilegais em seus territórios.



Retomadas com comunicação oficial

Observa-se que, em muitos casos, as retomadas indígenas não dispõem de canais oficiais próprios de comunicação. Ainda assim, a divulgação dos acontecimentos ocorre, na maioria das vezes, de forma descentralizada, por meio dos perfis pessoais de integrantes das comunidades e de suas lideranças. Além disso, essas informações também circulam por canais de parceiros institucionais, movimentos sociais e organizações de apoio.



Manual Construtivo – Retomadas

Grupo – Isabela Monteverde, Isadora Brito, Marina Pinheiro

O Abrigo

Antes de ser uma estrutura, o abrigo numa retomada é uma declaração de presença. Ele marca no chão o que os documentos negam: que aquele território pertence a um povo. Construir é resistir.

O abrigo de retomada não obedece à lógica da habitação convencional, não há projeto aprovado, financiamento, prazo de entrega. Ele emerge da urgência, cresce com a comunidade e se transforma conforme a luta avança. É provisório por necessidade, permanente por determinação.

Compreender essa distinção é o primeiro passo para qualquer arquiteto que queira contribuir com retomadas, sem impor lógicas externas sobre saberes e urgências que já existem.

TRÊS CONDIÇÕES QUE DEFINEM ESSE ABRIGO:

- Rapidez: A montagem acontece em horas ou dias, sob risco de reintegração de posse. Cada estrutura precisa ser erguida com o que há disponível.

- Coletividade: O espaço é compartilhado — dormir, cozinhar, reunir, rezar acontecem lado a lado. A privacidade cede lugar à força do coletivo.

- Adaptabilidade: O abrigo muda de forma conforme a retomada avança: do improvisado ao consolidado, do precário ao enraizado.

FASES DA RETOMADA:

1. Chegada - Primeiras horas/dias:
- Abrigo: Geralmente lonas e plásticos sobre galhos, cordas ou estacas improvisadas
- Risco: Máximo, ameaça de reintegração, presença pistoleiros
- Cozinha: Normalmente fogo aberto, utensílios trazidos, refeição coletiva imediata
- Lógica: Ocupar e marcar presença antes de qualquer planejamento

2. Consolidação - Semanas/meses:
- Abrigo: Estrutura em madeira roliça ou bambu, cobertura de lona ou folha
- Circulação: Caminhos definidos, divisão de áreas por função
- Cozinha: Fogão improvisado fixo, cobertura, organização por famílias
- Lógica: Organizar o espaço para suportar a permanência prolongada

3. Permanência - Meses/Anos
- Abrigo: Taipa de mão, adobe ou alvenaria; cobertura de telha ou sapê
- Produção: Horta, roça, pomar; enraizamento e soberania alimentar
- Coletivo: Maloca, casa de rezas, escolas, centro simbólico e político
- Lógica: O espaço afirma: não vamos sair. Construir é permanecer.

Tipologias de Abrigo:

A.Lona sobre bambu:

Estrutura leve, abrigo da chegada

O primeiro abrigo de uma retomada nasce em horas, com o que há à mão. Bambu, madeira roliça e lona plástica formam a combinação mais difundida — materiais frequentemente doados por apoiadores ou coletados no próprio território. É a arquitetura da urgência: sem projeto aprovado, sem mão de obra especializada, sem tempo.

VARIAÇÕES DE TÉCNICA

1.Duas águas:

-Estrutura: bambu ou madeira roliça de aproximadamente 5 a 8 cm de diâmetro, espaçados de 2 a 3 metros
-Cobertura: lona com caimento de aproximadamente 30° para escoamento de água
-Amarração: corda de sisal ou arame; nó de boca de lobo nas junções
-Beiral: mínimo de 60 cm além da parede lateral
-Forma mais estável e fácil de vedar. Vão útil típico: 4–6 m de largura × comprimento variável.

2.Uma água:

-Estrutura: Mourões desiguais: lado frontal mais alto que o posterior
-Ventilação: Abertura frontal elevada permite circulação de ar constante
-Inclinação: Plano único; mínimo 15°–20° para escoamento
-Uso: Ideal para cozinha coletiva ou varanda de reunião
-Montagem mais rápida — menos amarrações de cumeeira. Ruim para ventos fortes.

3.Tenda cônica:

-Estrutura: Único polo central (4–5 m) com varas radiais fincadas no chão
-Cobertura: Lona circular ou em gomos triangulares costurados
-Origem: Inspirada no tapiri Guarani — abrigo provisório de caça/viagem
-Limite: Área útil menor; mais adequada para 2–4 pessoas
-Montagem individual possível em menos de 1 hora.

CARACTERÍSTICAS

-Montagem: 2–8 h com 3–6 pessoas · sem ferramenta especializada
-Durabilidade: Lona: 3–12 meses · Bambu tratado: até 5 anos
-Custo médio: Muito baixo — frequentemente doado por redes de apoio

• Fase ideal: Chegada — primeiras horas e dias da retomada

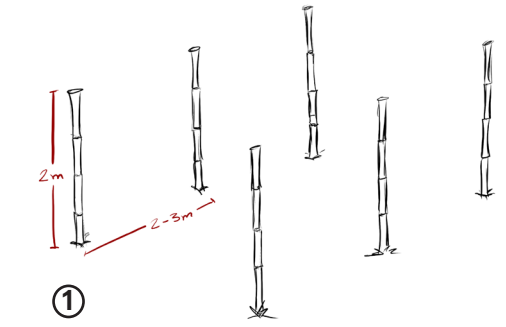
SEQUÊNCIA DE MONTAGEM (DUAS ÁGUAS)

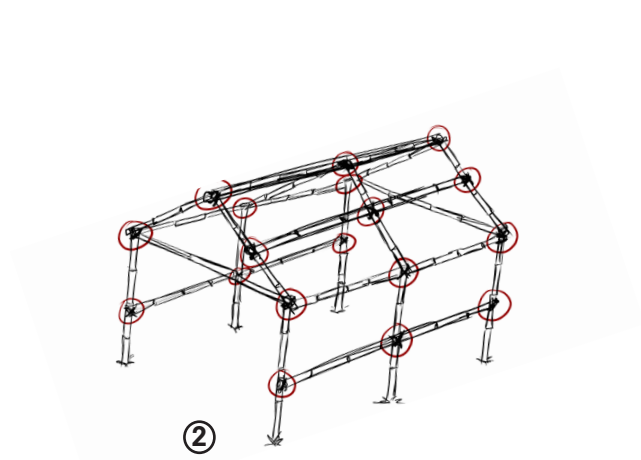
1.Fincar mourões verticais
-Bambu ou madeira roliça Ø 5–8 cm, apontados na base.
-Enterrar mínimo 40 cm; para solo mole, 60 cm.
-Espaçamento de 2 a 3 m entre mourões.
-Verificar prumo com fio de prumo ou garrafa d'água.

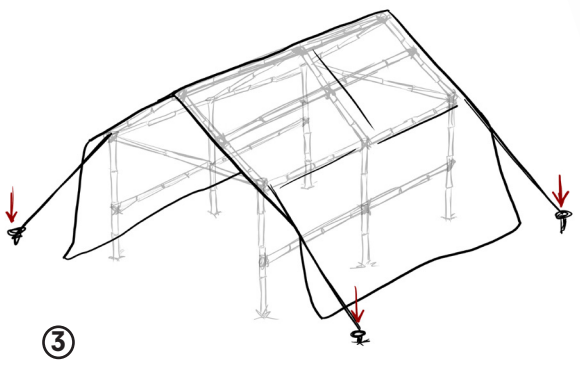
2.Amarrar cumeeira e terças
-Vara de cumeeira no topo com nó de boca de lobo ou amarração cruzada em sisal.
-Terças intermediárias a cada 50–60 cm de distância vertical para distribuir carga da lona.

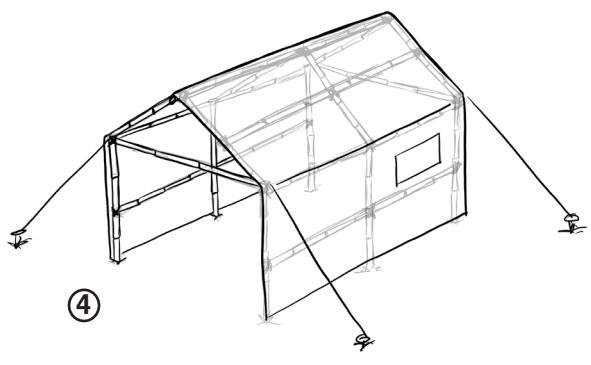
3.Esticar e prender a lona
-Lona plástica 150 micras (mais resistente).
-Fixar pelos ilhoses com corda passando por baixo das terças.
-Caimento mínimo de 30° garante escoamento sem empoçamento.
-Beiral deve sair ≥ 60 cm além das paredes laterais.

4.Vedar as laterais e ancorar no chão
-Paredes de lona nas faces laterais, deixando abertura de ventilação no topo (≥ 20 cm).
-Cordas de ancoragem fixadas em estacas no solo a 45° para resistir a vento.
-Abrigo pronto em 2–8 horas.









B. Palha e Sapê

Cobertura vegetal e saber transmitido

A cobertura vegetal não é tecnologia primitiva — é tecnologia refinada pela experiência de milênios. O modo xinguano de dobrar o sapê sobre a estrutura de bambu, por exemplo, cria uma cobertura totalmente impermeável sem nenhum material industrial. "A maneira de colocar o sapê dos xinguanos é diferente dos guarani — eles dobram o sapê na estrutura e o tornam impermeável à chuva. É uma técnica milenar." (Prof. Dinah Guimaraens, UFF)

1.Sapê:
-Espécie: Imperata brasiliensis — capim nativo do cerrado e mata atlântica
-Coleta: Colher seco (não verde); feixe de 10–15 cm de diâmetro
-Camadas: Espessura total 15–20 cm; sobreposição ≥ 15 cm entre feixes
-Durabilidade: 2–5 anos; renovação parcial possível sem refazer tudo

2.Buriti:
-Espécie: Mauritia flexuosa — folhas de até 3 m de comprimento
-Técnica: Folhas dobradas em "V" sobre terças; sem amarração adicional
-Camadas: Espessura total 20 cm; resistência superior ao sapê
-Durabilidade: 5–15 anos; técnica Yanomami do shabono usa folhas de bananeira + buriti

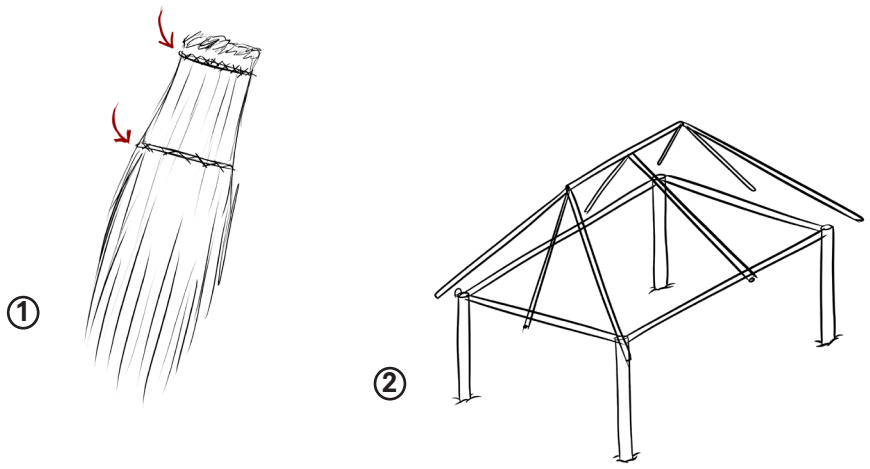
3.Babaçu:
-Espécie: Attalea speciosa — palmeira nativa do Nordeste e Pré-Amazônia
-Técnica: Folhas trançadas em esteiras antes de fixar na estrutura
-Camadas: Esteiras sobrepostas; muito usada pelas quebradeiras de coco
-Durabilidade: 10–20 anos quando bem executado

CARACTERÍSTICAS

-Montagem: 1–3 dias · saber transmitido oralmente
-Inclinação: Mínimo 30°; ideal 45°–60° para escoamento rápido
-Conforto: Excelente isolamento térmico — 5–8°C abaixo da temperatura externa
-Atenção: Risco de fogo — manter distância de fogueiras; nunca usar vela próxima

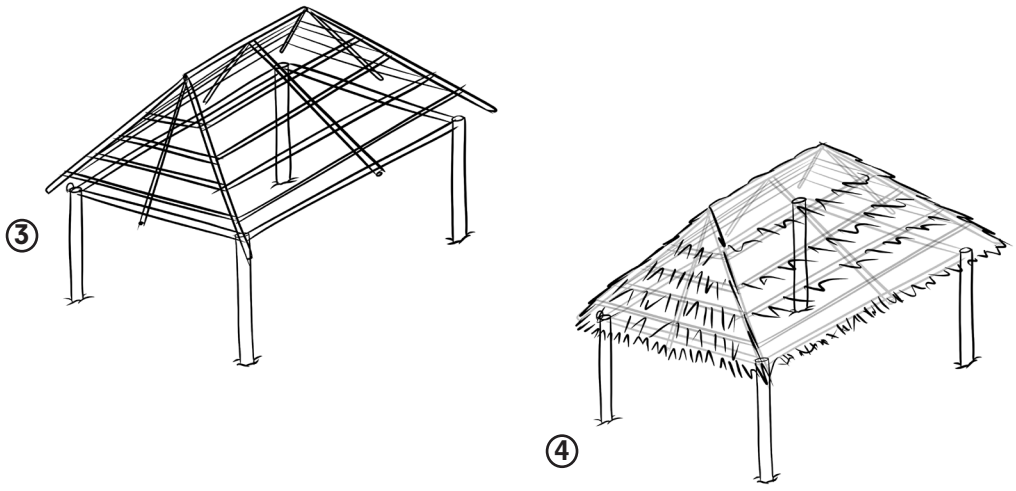
SEQUÊNCIA DE MONTAGEM

1.Preparar e amarrar os feixes
-Palha seca (não verde — verde apodrece rápido).
-Feixes de Ø 10–15 cm, 60–80 cm de comprimento, amarrados com envira ou cipó em 2 pontos.
-Armazenar à sombra até usar.



2.Montar caibros e terças
-Caibros de bambu ou madeira com inclinação ideal de 45° (mínimo 30°).
-Terças horizontais fixadas a cada 30–40 cm — esse espaçamento sustenta o peso dos feixes sem afundar.

3.Amarrar feixes do beiral à cumeeira
-Sempre de baixo para cima — como escamas de peixe.
-Técnica xinguana: cada feixe é dobrado sobre a terça, criando camada dupla impermeável.
-Sobreposição mínima: 15 cm entre fileiras.



4.Fechar a cumeeira e arrema beiral
-Feixes dobrados sobre o topo, amarrados dos dois lados com envira.
-Beiral projetado ≥ 60 cm para proteger as paredes.
-Espessura total da cobertura deve ser 15–20 cm.

C. Pau-a-pique

Taipa de mão — a terra como parede

Pau-a-pique, taipa de mão, taipa de sopapo, barro armado — muitos nomes para a mesma sabedoria. Uma estrutura de madeira e bambu entrelaçados, preenchida com barro dos dois lados simultaneamente. A composição ideal da massa: 40% argila + 60% areia + fibra vegetal (palha picada, capim, esterco). Paredes coloniais de pau-a-pique permanecem de pé após 300 anos.

1.Trama simples:
-Esteios: Madeira Ø 8–12 cm · espaçamento 1,0–1,5 m · enterrado 40–60 cm
-Varas Verticais: Bambu Ø 2–3 cm · espaçamento 25 cm entre faces
-Varas Horizontais: Varinha fina · espaçamento máximo 15 cm
-Barro: 40% argila + 60% areia + palha picada; aplicar dos dois lados
-Versão mais comum nas retomadas — rápida e com material fácil de obter.

CARACTERÍSTICAS:

-Fundação: Pedra ou tijolo a ≥ 30 cm do solo — evita contato do barro com umidade
-Secagem: 3–5 dias à sombra · nunca ao sol direto (racha)
-Reboco: Argila fina peneirada (não cimento — impede respiração da parede)
-Beirais: Mínimo 80 cm de projeção para proteger paredes da chuva

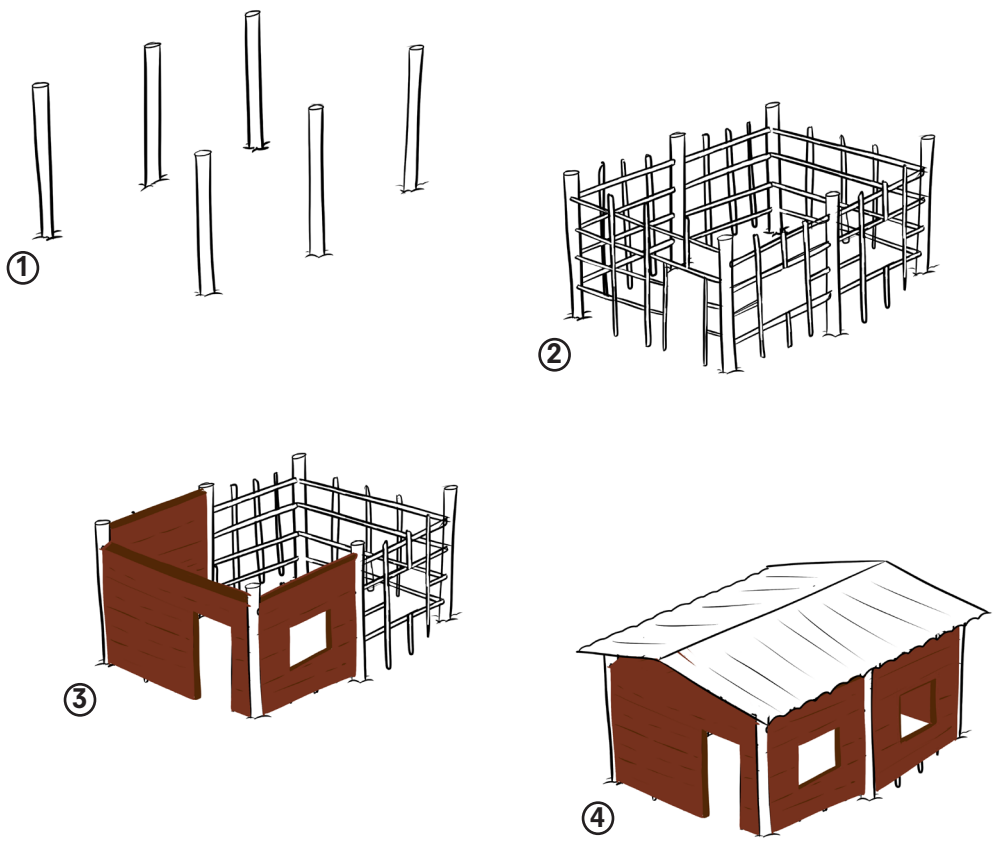
SEQUÊNCIA DE MONTAGEM:

1.Finca esteios e levanta fundação
-Esteios de madeira Ø 8–12 cm, enterrados 40–60 cm.
-Fundação em pedra ou tijolo a pelo menos 30 cm acima do solo — impede que o barro absorva umidade do chão e apodreça.

2.Entretece a trama de varas
-Varas verticais (Ø 2–4 cm) a cada 25 cm; varas horizontais finas a cada ≤15 cm, entrelaçadas alternadamente.
-Amarrar com cipó ou arame.
-A trama deve ser fixada nos dois lados do esteio.

3.Pressiona o barro na trama
-Mistura: 40% argila + 60% areia + palha picada (ou capim, esterco).
-Aplicar dos dois lados simultaneamente — assim o barro trava na trama sem deslocar as varas.
-Trabalho coletivo essencial.

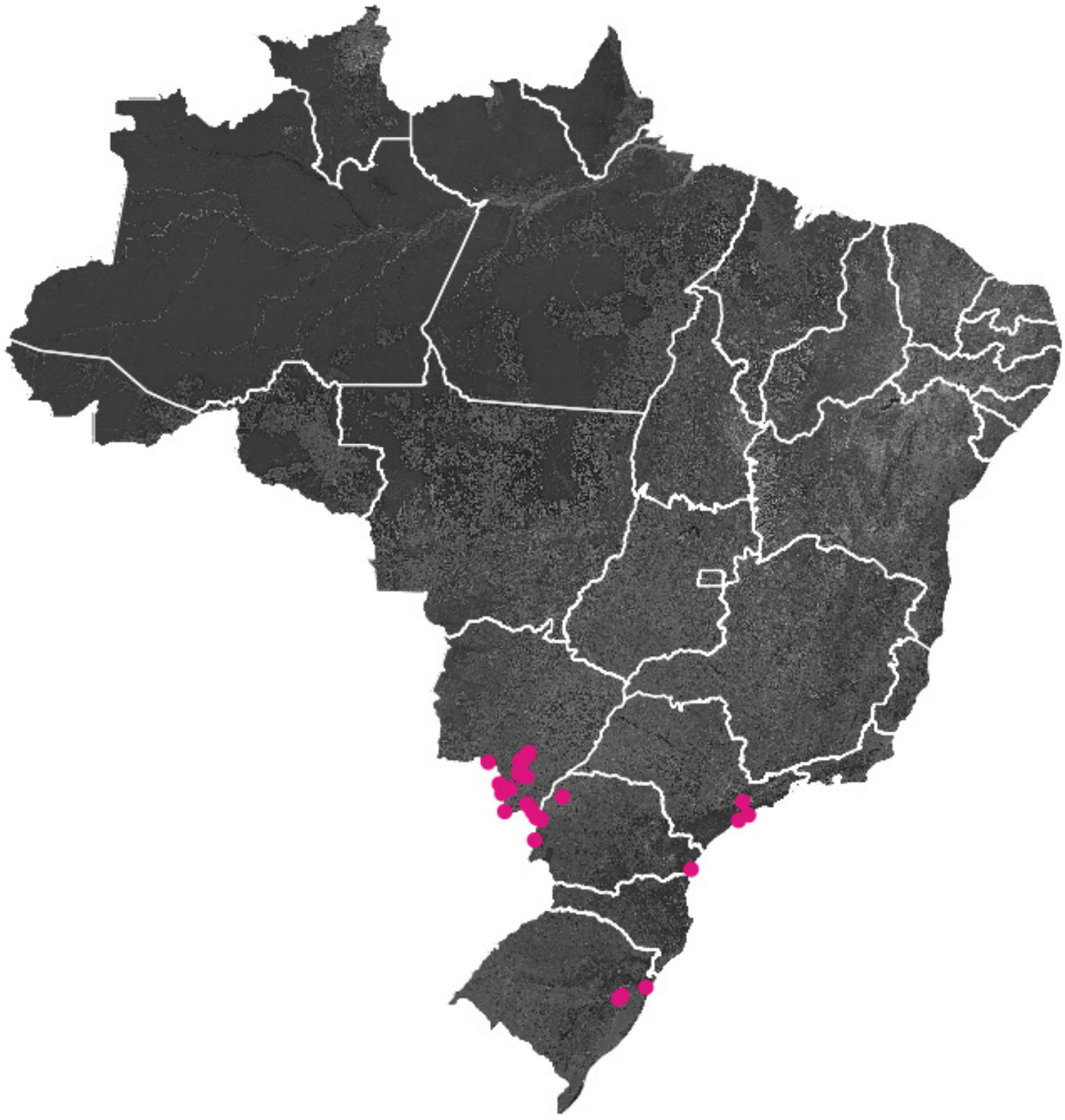
4.Seca à sombra e reboca
-Secagem 3–5 dias à sombra — nunca ao sol direto (racha demais).
-Fissuras finas são normais.
-Reboco final de argila fina peneirada — nunca cimento, que bloqueia a respiração da parede.



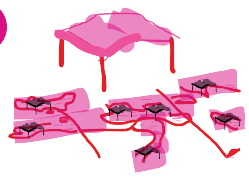
Tipologias nas Retomadas Guarani

Grupo – Mariana Modesto, Alice Salles, Joana Tamietti

Ao analisar as retomadas dos povos Guaraní, percebe-se que a arquitetura dessas comunidades está profundamente ligada às condições territoriais, econômicas e aos contextos de resistência em que estão inseridas. As moradias, mais do que simples abrigos, revelam estratégias de adaptação, permanência e reconstrução do território.
Entre as tipologias observadas, há uma predominância de coberturas em duas águas, solução que se destaca pela simplicidade construtiva, pela facilidade de execução e pela eficiência no escoamento da água da chuva. Esse tipo aparece em grande parte das situações levantadas, como em Ava'ete e Nhu Vera Aratikuty, Tekoha Dois Irmãos, Nhe'engatu e Kurupa'yty.
Também foram identificadas coberturas em uma água, geralmente associadas a construções mais provisórias ou adaptadas a espaços reduzidos; coberturas em quatro águas, que indicam estruturas um pouco mais elaboradas; e ainda formas indefinidas ou em segmento cilíndrico, que sugerem improvisação ou adequação às necessidades específicas de cada local.Em relação aos materiais utilizados, a madeira aparece de forma recorrente como principal elemento estrutural, sendo combinada com materiais como lona, palha, bambu, pau a pique, telha cerâmica, telha de amianto e, em alguns casos, tijolos.
A presença frequente da lona evidencia o caráter emergencial de muitas dessas construções, já que se trata de um material de rápida montagem, amplamente utilizado em contextos de retomada e conflito territorial. Por outro lado, materiais como pau a pique, bambu e palha remetem a técnicas construtivas tradicionais e vernaculares, vinculadas ao conhecimento ancestral Guarani e ao aproveitamento dos recursos disponíveis no entorno.
Já o uso de telhas industrializadas e tijolos aponta para processos de adaptação e hibridização construtiva, em que soluções tradicionais e materiais industrializados coexistem.
Dessa forma, as diferenças tipológicas e materiais observadas evidenciam que a habitação nas retomadas Guarani ultrapassa a função de abrigo físico. Essas moradias expressam, ao mesmo tempo, a precariedade imposta pela disputa por terra e a permanência de saberes e práticas culturais, configurando uma arquitetura marcada pela sobrevivência, pela identidade e pela resistência territorial.



Pyelito Kue 1



Guapo'y Mirin Tujury 2

Ka'aguy Mirim 3

Fazenda Ipuitã 4

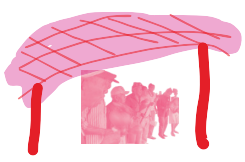
Ñu Verá 5

Kunumi Poty Verá 6

Yvy Katu 7

Yvyrapygue 8

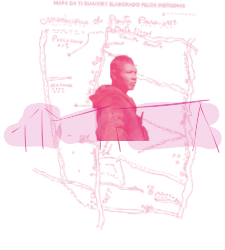
Kurusu Ambá 9



pyka'i 10

urusu mbá 11

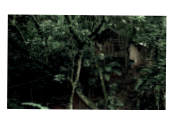
koha aiviry 12



Fazenda Brasília do Sul 13

Nhandereko a 14

Yvy Porã 15

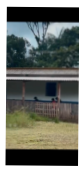


Kalipety 16

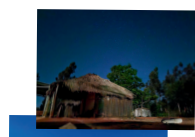
Tekoa Ka-aguy Mirim 17

Tekoa Nhemboete 18

TI Tekoá Mirim 19



Guaaroka 20



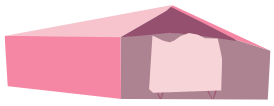
Pindó Poty 21

Mata do Júlio 22

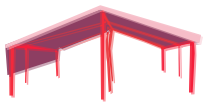
Tekoá Nhe'engatu 23

Ava'ete e
hu Vera Aratikuty 24

Ava'ete e
hu Vera Aratikuty 24.1

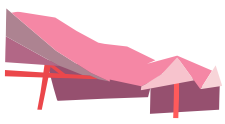


Tekoha Dois
Irmãos 25

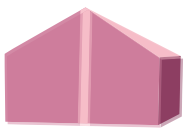


Tekoa Ka'aguy
Porã 26

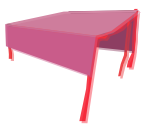
Yvy Ajere 27.1



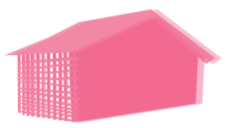
Yvy Ajere 27.2



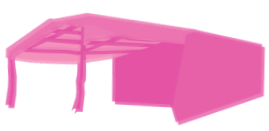
Tekohá Yvu
Verá 28



Nhe`engatu 29.1

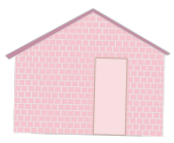


Nhe`engatu 29.2

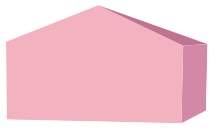


Guasu Guavirá 30.1

Guasu Guavirá 30.2



Kurupa'yty 31.1

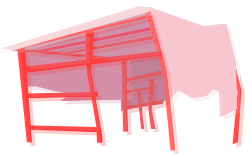


Kurupa'yty 31.2

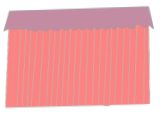
Kurupa'yty 31.3

Retomada
do Araça'i 32

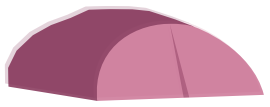
Tejasu 33



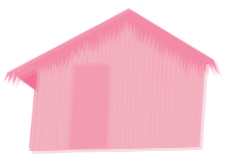
Tekohá Y'Hovy 34



Ara Poty 35

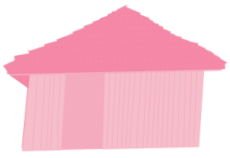


Ypoi/Triunfo 36



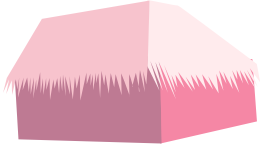
Tekohá Ita'y
Ka'aguyrusu 31.1

Tekohá Ita'y
Ka'aguyrusu 31.2

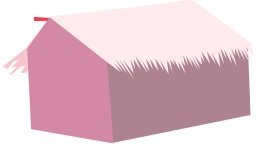


Tekohá Ita'y
Ka'aguyrusu 31.3

Guyra Kambi'y 32.1



Guyra Kambi'y 32.2



Diálogo

Grupo – Ana Clara Alves, Ana Liz Medina, Otávio Augusto Martins

ANA CLARA: Confesso que eu saí do segundo período com um pouco de medo e receio do que viria a ser um PFLEX, tinha a impressão de não ter conhecimentos técnicos e digitais o suficiente para fazer bons projetos e ter uma boa participação independente da disciplina que eu fosse escolher.

OTÁVIO: Como estudante do terceiro período não tenho quaisquer outras experiências com os PFLEX, sendo este o primeiro, que caiu na minha mão como um grande "descubra". Não sabia ao certo o que seriam as retomadas; Seriam elas uma retomada cultural? Uma retomada às culturas e arquiteturas antigas? Qualquer um que chegou a este ponto percebe que não se trata de nenhuma das opções acima ou quaisquer outras que você possa imaginar sem ter o mínimo de conhecimento sobre as retomadas indígenas.

ANA LIZ: O PFLEX Retomadas foi, desde o início, uma experiência desafiadora e cheia de questionamentos. Entrei na disciplina sem saber exatamente o que significava a palavra "retomadas" e sem imaginar como esse tema se relacionaria com a arquitetura e o urbanismo. No começo, tudo parecia muito distante daquilo que costumamos associar ao curso: projetos, plantas, desenhos, softwares, construções. Na primeira aula, quando foi explicado o que seriam as retomadas indígenas e toda a luta envolvida nesse processo, senti um certo alívio ao perceber que se tratava de um tema importante, necessário e muito atual. Ao mesmo tempo, também senti que seria uma disciplina complexa, justamente por lidar com realidades tão profundas e sensíveis.

OTÁVIO: Na primeira aula, o assunto e o interesse surgiram naturalmente, mas também o receio de não estar no lugar certo e servir do jeito apropriado. Claro que da minha parte existiu um certo temor, já que eu tenho pouquíssimo conhecimento acerca da realidade e vivência indígena, além de que a minha vida é totalmente à parte, sem 1% dos problemas que esses povos enfrentam. Mas para além disso, como arquiteto me imagino na função de servir aos outros e dar e possibilitar a boa vivência das pessoas, algo que para as retomadas está longe de acontecer de forma segura, fora que como eu poderia fazer isso se tudo que a arquitetura e o urbanismo modernos faz é contra o que esses povos experienciam?

ANA CLARA: A primeira aula de Retomadas já me trouxe questionamentos, como seria possível fazer projetos de arquitetura para retomadas indígenas sem me apropriar de estereótipos sobre a cultura deles? Sem tentar impor meu conhecimento sobre os povos, desvalorizando seus conhecimentos tradicionais? Muitas dúvidas foram surgindo, mas os professores deixaram claro a possibilidade de frustração pensando que nem tudo teria resposta única e simples. Apesar dos pesares, eu achei que aprenderíamos sobre como agregar os conhecimentos indígenas no nosso cotidiano profissional, aprendendo com suas técnicas e materiais, ou que iríamos, de alguma forma, poder ajudá-los na concepção de algum projeto. Esse pensamento acabou seguindo a disciplina, tornando-se tema central de discussão: será mesmo que arquitetos podem ajudar as retomadas indígenas?

ANA LIZ: Conforme as aulas foram acontecendo, comecei a me interessar cada vez mais pelo assunto. Conhecer um pouco da realidade dos povos indígenas, entender o que são as retomadas e perceber a violência histórica que esses povos enfrentam foi algo marcante. Muitas vezes, dentro da faculdade, ficamos presos a conteúdos técnicos e esquecemos que a arquitetura também está muito ligada a território, identidade, permanência e sobrevivência. Nesse sentido, a disciplina trouxe reflexões extremamente importantes e que nunca tinha parado para pensar realmente. Porém, ao mesmo tempo em que despertava esse interesse, também despertava dúvidas. A principal delas era: onde entra a arquitetura nisso tudo?

GRUPO: A arquitetura das retomadas indígenas pode ser compreendida como um sistema em constante transformação, no qual permanência e movimento não são elementos contraditórios, mas dimensões complementares. Diferentemente das concepções da arquitetura associadas à estabilidade e monumentalidade, a arquitetura das retomadas emerge de contextos de disputa territorial, reconstrução cultural e adaptação contínua às condições sociais, ambientais e políticas. Retomadas são locais de reocupação de espaços rurais e urbanos, de cultura e de aspectos histórico-ancestrais tradicionalmente indígenas, sendo marcados por conflitos e contextos de precariedade. São espaços imprevisíveis, geralmente violentos e hostis, onde não se tem garantia de assistência, acesso à água e segurança, são locais em que a luta é constante. Nesse cenário, as estruturas arquitetônicas surgem como estratégia de ocupação diante da necessidade de se firmar o mais rápido possível no território, algo que ocorre muitas vezes com a construção de estruturas provisórias.

GRUPO: Algumas retomadas tem como objetivo a fixação permanente dos povos em determinado território, sendo assim, as construções inicialmente mais simples vão sendo substituídas por construções mais duráveis. A arquitetura vai se modificando e, de certa forma, se tornando mais complexa, com estruturas culturais, de lazer e educação, e com o uso de outros elementos construtivos. Porém, a cultura de diversos povos de se manterem em constante movimento, faz com que seja necessário a existência de estruturas de retomadas mais flexíveis, de constante transformação e movimentação. Assim, a arquitetura das retomadas pode ser interpretada como um sistema adaptativo, no qual diferentes graus de permanência coexistem: estruturas efêmeras convivem com edificações mais estáveis, criando uma paisagem construída dinâmica, capaz de responder tanto às urgências da ocupação quanto às necessidades de longo prazo da comunidade.

ANA CLARA: Essas problemáticas permaneceram em nossos pensamentos ao ponto de termos que conversar com os professores sobre que direção o PFLEX tomaria, já que nos sentíamos perdidos em meio a tantas informações. Eu pessoalmente confesso que senti que outras pessoas poderiam estar dentro da disciplina, e não necessariamente apenas arquitetos, que os conhecimentos relacionados ao curso não eram tão relevantes ao se tratar de retomadas.

OTÁVIO: Também chegou a acontecer certo debate com os professores sobre o que seria realmente um PFLEX já que pensávamos que iríamos avançar na "prática arquitetônica convencional", com os programas como o Sketchup, Autocad, Qgis, entre outros. E, honestamente, não acho que ainda seria o caso do que nos foi apresentado, por mais que o conceito de projeto tenha sido posto à prova, acredito que a disciplina seria muito mais proveitosa com a participação e opinião de outros cursos, que podem ter muito mais a acrescentar do que a própria arquitetura, que leva ao questionamento inicial da matéria: A arquitetura pode ajudar as retomadas? Se sim, de que forma?

ANA LIZ: Ao longo do semestre, estudamos diferentes povos, conhecemos relatos, assistimos materiais, lemos textos, catalogamos retomadas e realizamos mapeamentos. Todo esse processo teve valor e trouxe conhecimento, mas em vários momentos parecia que estávamos acumulando informações sem compreender, de fato, qual seria nossa função dentro daquela discussão. Ficava a sensação de que apenas observávamos a luta de longe, registrando dores, conflitos e resistências, mas sem conseguir transformar isso em algo concreto. Em alguns momentos, me perguntei se não estávamos apenas reproduzindo uma visão externa sobre essas comunidades, sem realmente nos aproximarmos de suas necessidades reais.

ANA LIZ: Também existia um desconforto constante sobre como pensar ajuda sem cair em uma postura de superioridade, em um papel de salvador. Como futuros arquitetos, de que forma poderíamos contribuir sem agir como se tivéssemos respostas prontas? Como participar sem ocupar um lugar de "salvador", como se nossos conhecimentos fossem maiores ou mais válidos que os conhecimentos tradicionais desses povos? Essas perguntas pesavam toda a disciplina e, sinceramente, nunca tiveram respostas fáceis. Talvez esse tenha sido justamente um dos maiores aprendizados do PFLEX: entender que nem todo problema se resolve com técnica, desenho ou projeto.

ANA CLARA: Ainda assim, todo o processo da disciplina trouxe bastante conhecimento, seja pelos documentários assistidos, pelas pesquisas feitas, pelos textos lidos ou pelas experiências vividas. Aprendemos sobre o cotidiano das retomadas indígenas, sobre a importância e perigo do mapeamento, sobre os materiais utilizados, sobre as experiências dos professores em retomadas. No geral, as conversas foram edificantes e o processo foi importante, mas acho que poderiam ter mostrado como atuar nesse campo para além da sala de aula, senti que faltou nos inserir no processo de retomadas não como apenas um conhecimento a mais adquirido, mas como pessoas que podem participar ativamente dele. Sinto que essa frustração vem da expectativa de ajudar, do sentimento de impotência depois de ver tantos relatos violentos de uma realidade tão diferente da nossa.

ANA LIZ: Durante boa parte do bimestre, senti falta de algo mais palpável. O trabalho de catalogação e pesquisa era importante, mas cansativo em certos momentos, porque parecia distante da prática e daquilo que muitos de nós esperávamos encontrar em uma disciplina de projeto. Eu sentia falta de enxergar a arquitetura acontecendo, de pensar soluções espaciais, materiais, construtivas, humanas, parecia mais uma matéria de ativismo do que uma matéria projetual. Faltava algo que nos aproximasse da realidade de forma menos abstrata.

ANA CLARA: Sinto que o que piorou o sentimento de frustração foi o caso no CEVAE. As primeiras etapas do projeto foram mais virtuais, cansativas e numéricas, eram de pesquisa e recolhimento de dados, claro que eram importantes, mas não se destacavam do restante das matérias tidas durante a faculdade. As primeiras etapas foram de bastante conhecimento, porém, a última etapa brilhava mais aos olhos, era o conhecimento prático, era poder fazer com as mãos aquilo que tínhamos passado aulas analisando.

ANA LIZ: Foi por isso que a etapa prática no CEVAE foi tão interessante. Quando saímos da sala de aula e fomos para o espaço físico construir algo com as próprias mãos, a disciplina ganhou outro significado. Pensar no lugar, observar o terreno, discutir materiais, testar ideias, lidar com limitações reais e trabalhar coletivamente fez com que tudo parecesse mais vivo e de certa maneira real. Naquele momento, eu senti que finalmente estávamos mais próximos da pergunta que nos acompanhou o semestre inteiro: o que a arquitetura pode fazer?

ANA CLARA: Passamos o primeiro dia no CEVAE pensando na estrutura base e na cobertura, selecionamos materiais, interagimos em grupo e com o espaço ao nosso redor, aprendemos como utilizar ferramentas e materiais, etc. Foi um momento de trabalho gratificante, que conseguimos perceber erros e possíveis problemáticas, mas que era um resultado completamente nosso, nossa participação foi além de softwares digitais e pranchas técnicas.

ANA LIZ: Construir no CEVAE foi importante porque mostrou que arquitetura não está apenas no desenho técnico ou no computador. Ela também está no improviso, na adaptação, no entendimento do espaço e das pessoas, na escolha consciente dos materiais e na capacidade de resolver problemas reais. Não vivemos a realidade das retomadas indígenas, e seria injusto dizer isso, mas conseguimos ao menos sentir um pouco do que significa construir diante de limitações, incertezas e desafios constantes. Foi uma experiência simples, mas extremamente rica.

GRUPO: Ao analisar as imagens das estruturas durante o processo de catalogação, foi possível observar que a maioria das retomadas utiliza materiais como: lonas, madeiras, palhas e folhagens, bambus, amarrações temporárias, etc. São materiais construtivos naturais de baixo impacto ambiental, de fácil acesso local e de manuseio mais simples, que visam garantir proteção física e reafirmar a presença dos povos na terra. Essas características revelam uma arquitetura marcada pela mobilidade e pela reversibilidade, na qual as estruturas podem ser montadas, desmontadas, ampliadas ou deslocadas conforme as necessidades da comunidade. Entretanto, esses elementos construtivos exigem maior cuidado e tratamento para que não se deteriorem tão rapidamente, ficando evidente uma arquitetura simplista e temporária.

ANA CLARA: O processo de discussão e realização da estrutura foi desafiador, mas bastante interessante, já que o grupo teve de selecionar os materiais disponíveis, planejar seu uso, trabalhar em equipe e analisar as vantagens e desvantagens de cada etapa a ser executada. O trabalho braçal foi custoso, mas o final foi gratificante. A estrutura construída passou por problemas ao analisarmos sua permanência no ambiente selecionado, havendo de levar em considerações questões geológicas e ambientais, porém, o principal problema foi a permanência da estrutura no ambiente diante da atuação humana, já que todos os abrigos construídos foram desmontados. Foi revoltante ver nosso esforço no chão; o espaço que havia sido cedido foi retirado sem aviso prévio, tivemos de nos deslocar para o local para saber o que tinha acontecido, mascarado de “imprevistos acontecem”. Entendo a problemática construída, as consequências que o que fizemos poderiam causar, mas a sensação de indignação ao ver o trabalho perdido, e ter de finalizar pela metade, se mantém. Ficou evidente como as estruturas das retomadas, mesmo que prototipadas, podem ser frágeis e sujeitas a tamanhas transformações e movimentações em um curto período de tempo. A facilidade com que os abrigos foram desfeitos não corresponde com a dedicação necessária para a construção do espaço.

ANA LIZ: Por isso, foi tão frustrante voltar ao local e descobrir que o que havíamos feito tinha sido retirado. Ver o esforço coletivo desfeito gerou um sentimento difícil de explicar. Não era apenas sobre a estrutura em si, mas sobre tudo o que ela representava: tempo, dedicação, expectativa, aprendizado e vontade de fazer algo significativo. É claro que podem ter existido questões que não previmos, falhas de comunicação ou problemas reais envolvendo a permanência daquilo que construímos. Ainda assim, o sentimento imediato foi de indignação e tristeza.

ANA LIZ: Depois disso, precisamos correr para reorganizar a etapa final da disciplina, isso aumentou ainda mais essa sensação de frustração. Parecia que algo que finalmente havia nos conectado à prática tinha sido interrompido antes de se completar. Ficou a impressão de que voltamos ao mesmo lugar inicial: cheios de perguntas, com poucas respostas e com a sensação de impotência diante de questões muito maiores do que nós.

ANA CLARA: Parece fútil reclamar de certa insatisfação com um projeto acadêmico, quando adquirimos conhecimento e tivemos oportunidade de participar em um espaço alheio a qualquer conflito, quando vimos a dura realidade dos mais de 130 povos catalogados. Parece fútil poder concluir o bimestre dessa forma quando a luta dos indígenas não foi concluída e não será por décadas a vir. É fácil opinar como pessoas alheias, como estudantes que viram essa matéria e bimestre que vem verão outras, onde o conhecimento cairá no cotidiano, no amontoado de matérias acumuladas. Parece fútil falar tudo isso quando o futuro mais comum é o de uma arquitetura comercial e padronizada.

ANA LIZ: Mesmo assim, não considero que tenha sido uma experiência perdida. O aprendizado existiu e foi importante. Aprendi sobre povos e lutas que antes conhecia muito pouco. Aprendi que território não é apenas terra: é memória, cultura, pertencimento e vida. Aprendi que arquitetura não pode se limitar ao mercado, ao prédio bonito ou ao projeto comercial. Ela precisa, também, olhar para conflitos sociais, para desigualdades e para pessoas historicamente apagadas.

GRUPO: Cabe ressaltar a relação dos indígenas com a terra, destacando sua importância cultural, ancestral e afetiva. Tal realidade é retratada por Ailton Krenak em seu livro "Ideias para adiar o fim do mundo", quando o autor diz "[...] a Terra, que em algumas culturas continua sendo reconhecida como nossa mãe e provedora em amplos sentidos, não só na dimensão da subsistência e na manutenção das nossas vidas, mas também na dimensão transcendente que dá sentido à nossa existência.". Ademais, Ailton Krenak também evidencia a importância do deslocamento dos povos indígenas, muitas vezes diretamente relacionado com um vínculo da terra aos Encantados, algo que se concretiza no documentário "Tupinambá, o retorno da terra" e nas pesquisas das retomadas.

ANA LIZ: Ao mesmo tempo, também aprendi sobre os limites da própria arquitetura. Nem tudo pode ser resolvido por ela. Existem questões políticas, históricas, sociais e humanas muito maiores do que qualquer projeto. Talvez o erro esteja justamente em achar que a arquitetura sempre precisa resolver algo.

ANA CLARA: Em relação à pergunta inicial da disciplina, deixo a provocação de Ailton Krenak em seu livro "A vida é selvagem": "Para arquitetos: "O que vocês estão fazendo diante de tudo isso? Vocês têm uma responsabilidade muito visível. Vocês dão a base científica para levantar essas torres, esses arranhas-céus e essas estruturas pesadíssimas de concreto e ferro. Estou pegando no pé deles para pensarem em outros modelos de assentamento que não esses de concreto, ferro, cimento, que matam os rios e antecipam a estética do cemitério. Não estou falando que devemos destruir as cidades, mas devemos transformar as cidades em um jardim."".

OTÁVIO: Para mim, a arquitetura só pode ajudar com o fato de que ela existe e é toda a forma de construir, seja ela considerada boa ou ruim, fraca ou forte, mas não necessariamente a figura do arquiteto é necessária, até porque num momento crítico da retomada, pouco se pensará no externo e sim nas necessidades a serem supridas no momento, e mesmo que nós do Pflex criemos um protótipo mais barato, mais resistente, mais eficiente, mais flexível, provavelmente não será real e condizente com a realidade. E para o caso das retomadas que já estão estabelecidas, não acredito que um arquiteto externo deva intervir, se não com o único intuito de ajudar, mas mais como ativista do que como arquiteto, já que todo apoio é válido, uma vez que os povos já tem seus próprios meios e modos de construir e viver e não devem aceitar a interferência hostil da arquitetura e urbanismo modernos, muito mais pautados na lógica e necessidade capitalista, do que na mais natural das coisas, o meio ambiente.

ANA LIZ: A pergunta que acompanhou a disciplina, se a arquitetura pode ajudar as retomadas indígenas, continua sem resposta simples para mim. Hoje, acredito que da forma como a arquitetura costuma funcionar, muitas vezes não. Ela ainda está muito presa ao urbano, ao comercial, ao padrão e ao que gera lucro. Ainda carrega, em muitos casos, uma lógica distante das realidades populares e tradicionais. Porém, também acredito que existe outra arquitetura possível: uma arquitetura mais humilde, mais sensível, mais aberta ao diálogo e menos preocupada em protagonizar tudo. Ainda assim, espero que um dia possamos romper esses paradigmas e construir uma arquitetura verdadeiramente útil, sensível e benéfica para todos.

OTÁVIO: De certo que um deles há de aprender com o outro, mas certamente o que tirará maior proveito é a arquitetura e não o contrário, bem como foi o resultado do PFlex, onde os estudantes tiraram certo proveito da realidade dos indígenas para absorver a aplicar isso nos seus projetos, não que seja algo necessariamente ruim, mas de certo não ajudamos nenhuma retomada de forma direta, exceto pela catalogação delas em mapa e revista, que ajudará a difundir o conhecimento e as suas realidades, trazendo ajuda, mas mais uma vez se afirma a não necessidade do arquiteto-arquitetura. Sendo assim, fundamenta-se aqui o meu posicionamento, de que temos muito mais a aprender do que a ensinar, e que, de certo modo, com todas as experiências do PFlex, desde à catalogação até à parte prática no CEVAE e a sua conseguinte derrocada serviram para experienciar um pouco da realidade das retomadas e entender melhor como podemos aprender com suas necessidades. Além disso, este ter sido o primeiro dos Pflex pode até ser útil para trabalhar a questão do que realmente é um projeto e até onde essa definição se estende, sendo ótimo para uma continuidade do curso e até questionar o que é preciso ou não para um Projeto Flexível.

Inventário de soluções construtivas realizadas no CEVAE

Grupo – Ana Luiza Malaquias Dutra, Mariana Versiani Vilas Boas de Paula, Mariana Melo

RETOMADAS

O ESPAÇO COM(O) CONSTRUÇÃO

Esta zine apresenta um levantamento de soluções construtivas desenvolvidas por estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFMG em atividade produzida no Centro de Vivência Agroecológica, no Morro das Pedras (BH). Com o objetivo de inventariar estas estratégias construtivas, o trabalho parte do conceito de retomadas indígenas — ações coletivas de reocupação de seus território que foram ursupados, como forma de resistência cultural e política — Descrevendo uma prática acadêmica da disciplina PRJ082 - Retomadas, de 2026/01, na qual alunos construiriam abrigos temporários em três etapas (cobertura, fechamentos e piso/mobiliário), os projetos deveriam atender a critérios como proteção climática, controle térmico, camuflagem e uso limitado de materiais.

Ana Luiza Malaquias Dutra
Mariana Melo
Mariana Versiani

ESCOLHA E PREPARAÇÃO DO SOLO

1) De modo geral, os quatro grupos atuaram de forma semelhante quanto a escolha e preparação do solo.

Os espaços planificados foram os mais adotados, enquanto barrancos e ladeiras foram preteridos.

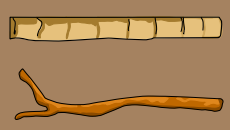
Dentre os quatro grupos, dois deles optaram por uma mesma área próxima, na frente de um pequeno talude, enquanto os outros dois foram se distribuindo por áreas planas nas margens de um barranco.

2) A preparação do solo envolveu uma breve capina da vegetação rasteira, como também uma terraplanagem simplificada feita com enxadas e com os pés.

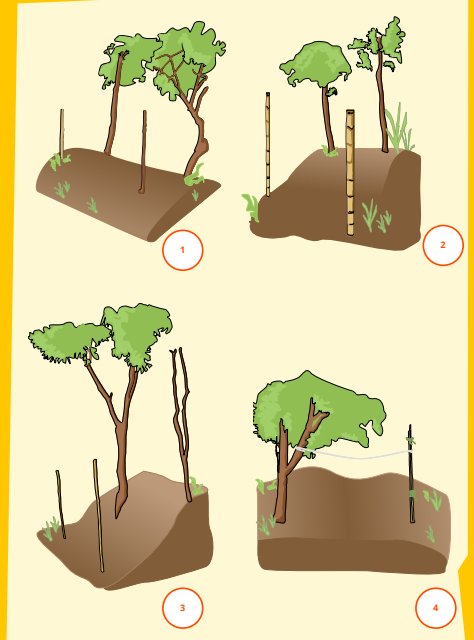
3) Por fim, em ao menos três dos casos, pequenos buracos foram cavados para a posterior colocação de pilares.

LEVANTANDO A ESTRUTURA

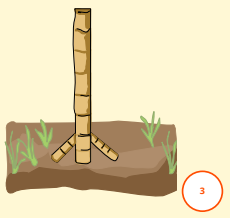
1) A seleção estratégica dos materiais em um contexto de recursos escassos foi essencial para a atividade construtiva. No espaço CEVAE haviam apenas alguns bambus, galhos e gravetos disponíveis para a disposição dos elementos estruturais do abrigo.



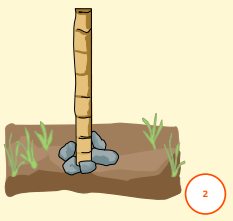
2) A etapa seguinte se deu de forma homogênea entre os grupos, de maneira semelhante, os estudantes fizeram a colocação de troncos ou varas de bambu nos buracos cavados, preenchendo-os com terra em seguida. Dessa forma, estruturando o que seriam os pilares dos abrigos.



3) Algumas das estratégias para uma melhor estabilização dos pilares de bambu envolveram a colocação de pedras nos seus arredores, como também o travamento dos pilares com ripas de bambu.



Travamento de pilar grupo 3



Travamento de pilar grupo 2

COBERTURA:

MÉTODO "X" (grupos 2 e 3)

4 vigas, formando um quadrado, sobre os pilares e, depois, outras duas formando um "X"

O "X" não foi suficiente, havendo necessidade de reforço com outras vigas

MÉTODO "#" (grupo 1)

Sistema de vigas intercaladas, formando uma espécie de grade

+ eficiente, + complexo, + material

Reforço por cima da lona

MÉTODO BARRACA (grupo 4)

Usa apenas um barbante amarrado entre dois pilares para estruturar a cobertura

Método + simplificado

Auxílio de pedras

POSICIONAMENTO DA LONA

APENAS COMO COBERTURA (grupos 1 e 2)

Auxílio do fitilho

A própria lona é amarrada nas vigas para fixá-la

COBERTURA + VEDAÇÃO (grupo 3)

A lona segue até o chão de um dos lados e funciona como vedação

Lona amarrada com fitilho na ponta das vigas

Cobertura e vedação ao mesmo tempo

BARRACA (grupo 4)

AMARRAÇÕES

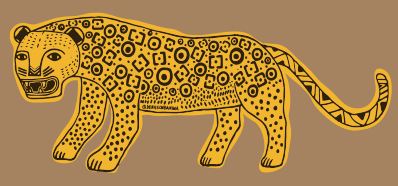
Não foram usados métodos específicos, não havendo grande variação entre os grupos

Maior diferença foi em relação à quantidade de voltas dadas

LIÇÕES

Não existe um único modelo de retomada, já que cada território impõe suas próprias condições. Acima de tudo, cada povo constrói a partir de sua história, de seus materiais, de suas relações e de suas urgências. Não existe solução universal.

Durante a disciplina, testamos soluções que funcionaram e outras que falharam, entendendo que é necessário criar estratégias a partir daquilo que é acessível e possível de ser feito localmente.



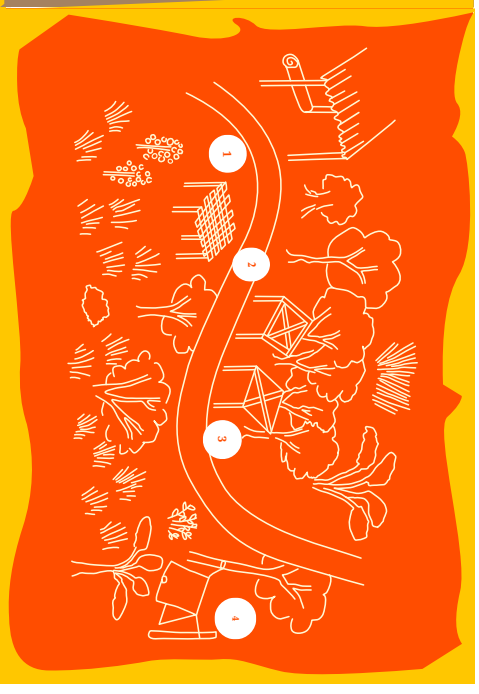
Os materiais responderam.

- Vigas a partir da amarração de ripas: dois bambus amarrados, cada um em um pilar e em uma árvore paralela
- Duas ripas amarradas nos pilares e árvores concorrentes, produzindo forma de um "X"= Simulação de terças
- Lona colocada sob os protótipos de vigas e terças, onde as pontas foram amarradas

O entorno, não.

Os protótipos foram desmontados. Essa interferênica externa evidenciou que o problema não era apenas técnico construtivo, mas sim político: a presença construída foi interpretada como indesejada.
Esse episódio mostrou que construir não é um ato neutro. Entre erros e acertos, ficou claro que projetar exige adaptação constante, leitura crítica e abertura para o imprevisto. Para que a prática avance e melhore os processos, mesmo que gradualmente, é necessário registrar o que foi feito. De forma alguma esta zine oferece instruções ou tem o interesse de impor normas. O conceito de Arquitetura não se limita ao construir material. Ela também está no planejar. No escutar. No sustentar.
Seu alcance não está em dizer como fazer, mas em caminhar junto a processos que já existem, reconhecendo que cada retomada desenha seu próprio modo de permanecer.

Se algo permanece, que seja a capacidade da arquitetura de sustentar o que não é visível.



Soluções com lona

Grupo – Tarsila Munici, Julia Santos de Lemos, Alessandra Alzamora

Após a experiência prática realizada pela turma no CEVAE, foram observadas algumas dificuldades no que se trata das técnicas construtivas e no manuseio dos materiais. Tendo isso em mente, o grupo se propôs, de forma ilustrada, a sugerir soluções para os problemas encontrados. Dentre eles, pode-se destacar a fragilidade da lona, sua fixação na estrutura de bambu e dificuldade de estruturas resistentes às intempéries climáticas (água, vento).

Diretrizes

Diante dessas questões, e considerando a lona como o elemento mais sensível do sistema, foram definidas diretrizes projetuais voltadas a melhorar sua durabilidade, otimizar seu uso e facilitar a construção dos abrigos.

Problema	Origem	Possível solução
Acúmulo de água na cobertura	Dificuldade de tensionar a lona	Criar estruturas com alta inclinação na cobertura
A lona rasgar com facilidade	Fragilidade da lona + pontas criadas pelos bambus/madeira	Criar estruturas que não tensionam a lona
Fixação da lona na estrutura	Fragilidade na lona	Uso de materiais alternativos para fixação (borracha, pet, retalhos de tecido...)

1. Evitar pontos de tensão concentrados
Propõe-se que a fixação não seja feita diretamente na lona, mas por meio do seu envolvimento em elementos como o bambu. Ao "abraçar" esses elementos, as forças são distribuídas de forma mais homogênea, enquanto o peso do bambu contribui para o tensionamento e a estabilidade da estrutura.
Imagem demonstrativa de fixação da lona no bambu

2. Evitar o desperdício de material
As soluções buscam respeitar o formato retangular da lona, evitando cortes e permitindo melhor aproveitamento do material, além de simplificar o processo construtivo.

3. Uso de estrutura auxiliar leve (cordas, fitilho ou sisal)
Sugere-se o uso de cordas, fitilho plástico ou sisal como uma malha ou linhas tensionadas entre apoios, sobre as quais a lona é apoiada ou levemente fixada. Isso reduz a necessidade de estrutura rígida e diminui o atrito e os esforços diretos sobre o material.

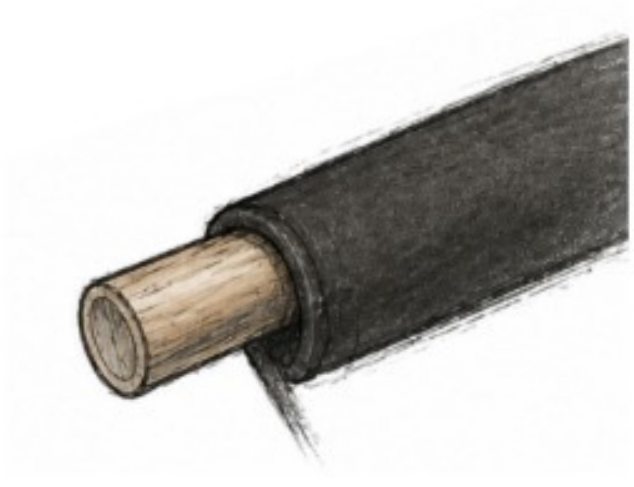


Imagem demonstrativa de fixação da lona no bambu.

Imagem demonstrativa da estrutura auxiliar proposta para a lona.

Propostas

As propostas desenvolvidas buscaram atender a diferentes condições de implantação, contemplando tanto espaços descampados quanto áreas com presença de árvores, aproveitando os recursos disponíveis em cada situação. Também foram consideradas variações na capacidade dos abrigos, com soluções que permitem acomodar diferentes números de pessoas, desde usos mais individuais até configurações coletivas.

Além disso, as propostas foram pensadas para se adaptar a distintas condições climáticas. Soluções com aberturas laterais ou superiores favorecem a ventilação e são mais adequadas para climas quentes, enquanto configurações com maior fechamento oferecem uma proteção maior contra vento e chuva, sendo mais indicadas para ambientes mais frescos ou expostos.

Para cada modelo proposto, foram realizados cálculos e estimativas com o objetivo de orientar sua aplicação. Foram consideradas a área abrigada, as dimensões da lona utilizada, o custo do material (adotando-se o valor de R$ 3,60 por metro, com base em referência da loja online Construtintas no dia 30 de abril de 2026) e considerando apenas o custo da lona, sem contabilizar bambus e demais materiais necessários. Quanto ao número de pessoas, foi estimado uma área média de 3 m² por pessoa, considerando um espaço mínimo para dormir. Essas informações permitem comparar as soluções entre si e avaliar sua viabilidade de acordo com diferentes necessidades e contextos.

Área 6 metros quadrados
Lona 4x3 metros (12 m²)
Valor R$10,80
N° de pessoas: 2

Área 6 metros quadrados
Lona 4x6 metros (24 m²)
Valor R$21,60
N° de pessoas: 2

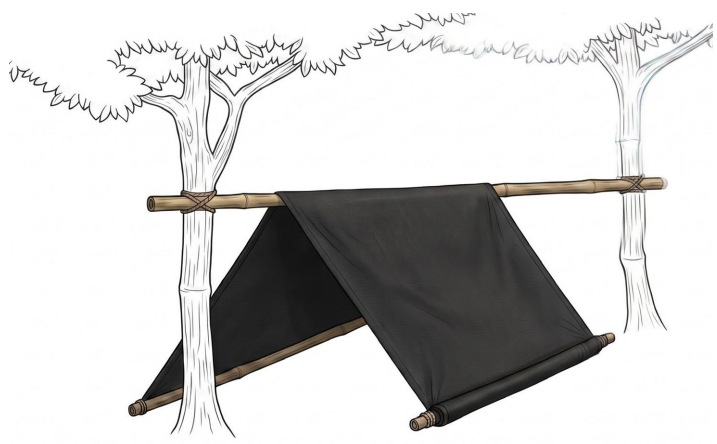
Área 35 metros quadrados
2 Lonas de 4x8 metros (64 m²)
Valor R$57,60
N° de pessoas: 11

Forma 1

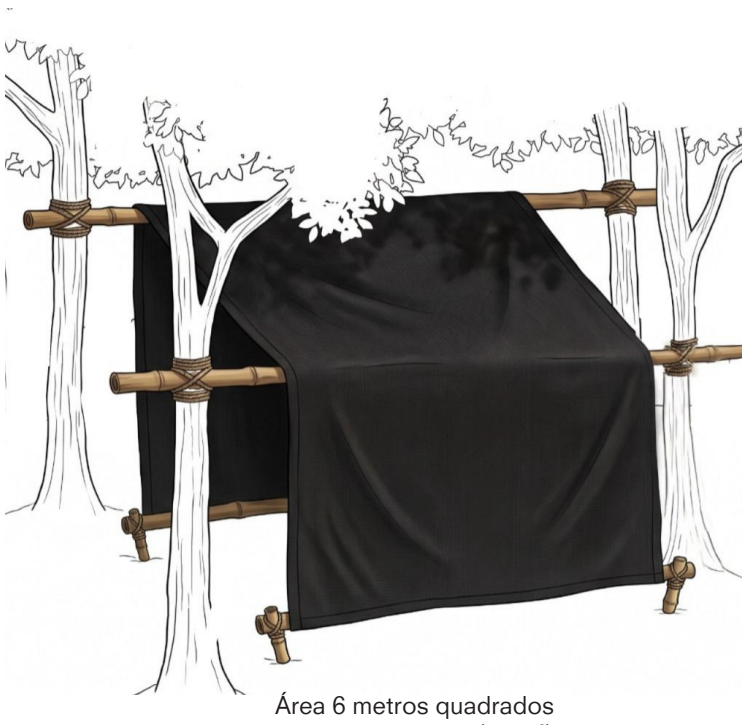
Área 18,75 metros quadrados
Lona 4x8 metros (32 m²)
Valor R$28,80
N° de pessoas: 6

Forma 2

Área 31,5 metros quadrados
2 Lonas 4x8 metros (64 m²)
Valor R$57,60
N° de pessoas: 10



Área 6 metros quadrados
Lonas 4x3 metros (12 m²)
Valor R$10,80
N° de pessoas: 2



Área 6 metros quadrados
Lonas 4x3 metros (12 m²)
Valor R$10,80
N° de pessoas: 2

Área 6 metros quadrados
2 Lonas de 3x5 metros (15 m²)
Valor R$13,50
N° de pessoas: 2

Texto manifesto

Grupo – Bernardo Diogo Nunes Souza, Isabela Aparecida Ferreira, Laura Pereira Chequer

Reformulação das atribuições do profissional de Arquitetura e Urbanismo segundo o CAU sob a perspectiva dos movimentos de Retomadas Indígenas

Como grupo, propomos uma reflexão crítica sobre a "não atuação" da arquitetura formal nas retomadas indígenas. Entendemos que a omissão da nossa profissão não é apenas uma ausência, mas um sintoma de como a arquitetura se tornou dependente da burocracia estatal e da lógica do capital imobiliário. Nosso objetivo é pautar a incapacidade de o arquiteto atuar onde não há escritura, RRT ou lote demarcado pela ótica e lógica mercantil. Identificamos dois pilares que sustentam a omissão da nossa área, sendo eles:

O distanciamento normativo, onde a formação tradicional nos ensina a projetar apenas dentro da "legalidade", ou seja, dentro das linhas de uma legislação que não menciona o papel dos arquitetos no processo de retomadas. Apesar da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social ser um direito garantido por lei federal, não existem normas que regem apropriadamente a atuação dos arquitetos e urbanistas em contextos de vulnerabilidade com demandas específicas e plurais como são as retomadas de terras indígenas. Diante da urgência do direito originário em territórios de retomada, o arquiteto sente-se impedido de agir por falta de amparo institucional.

A colonialidade do saber, onde a academia válida softwares e tecnologia industriais, mas ignora ontologias políticas e saberes ancestrais como formas legítimas de produção do espaço. A divergência de entendimento da questão "lote" vs. "território" entre os povos indígenas e os agentes que monopolizam a produção espaço ilustra como a cultura e os conhecimentos nativos são constantemente subjugados em função do sistema capitalista de manejo do território. Propomos, portanto, que a arquitetura abandone a visão limitada do lote e passe a compreender o território como uma relação espiritual e de resistência, unindo o conhecimento acadêmico com os saberes ancestrais dos povos nativos.

Para não ficarmos apenas no campo do texto acadêmico, nossa proposta é uma intervenção visual focada e contundente, vamos criar uma peça gráfica que faça uma releitura das principais atribuições oficiais do CAU e utilizaremos rasuras e tarjas para substituir burocracias por demandas reais das retomadas, como o apoio técnico ao mapeamento de territórios. Nessa peça gráfica conterá um QR Code que irá direcionar ao nosso manifesto completo e ensaio teórico, servindo como uma base de análise profunda disponível a todos. Esse documento servirá como base teórica para futuros desenvolvimentos práticos e aprofundamento.

Defendemos que, nestes contextos, o arquiteto deve assumir o papel de "tradutor técnico". Não se trata de impor formas, mas de colocar o conhecimento técnico (mapeamentos, infraestrutura de autogestão) a serviço da proteção da terra.

Reconhecemos que, em uma retomada, o ato de construir é, por si só, uma arquitetura de resistência contra o agronegócio e a exploração predatória. Nossa interlocução é voltada, primeiramente, aos próprios arquitetos, muitas vezes desprovidos de seu papel como formadores do espaço sociopolítico, e, em segundo lugar, à sociedade civil, visibilizando a causa das retomadas através da nossa lente profissional. Este projeto é o nosso esforço em “desaprender” as bases coloniais da arquitetura para que ela possa, finalmente, ser útil a quem luta pela terra.

ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO CAU (REFORMULADAS)

Art. 1° Os arquitetos e urbanistas constituem categoria uniprofissional, de formação generalista, sujeitos a registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Unidade da Federação (CAU/UF) do local do seu domicílio, cujas atividades, atribuições e campos de atuação previstos na Lei n° 12.378, de 2010, são disciplinados pela presente resolução de 1 de maio de 2026, em substituição à resolução de 5 de abril de 2012.

Art. 2° As atribuições profissionais atualizadas do arquiteto e urbanista a que se refere o artigo anterior são as seguintes:

~~I – supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;~~
I – auxílio, cooperação e orientação técnica aos movimentos de retomadas territoriais indígenas em solo brasileiro;

II – coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;

~~III – estudo de viabilidade técnica e ambiental;~~
III – estudo de viabilidade técnica e ambiental entendendo que a porção de terra ocupada pelos povos originários são constituintes de um sistema de crenças ancestrais;

~~IV – assistência técnica, assessoria e consultoria;~~
IV – assistência técnica, assessoria e consultoria de modo a viabilizar e agilizar o reconhecimento formal das terras retomadas;

V – direção de obras e de serviço técnico;

VI – vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;

VII – desempenho de cargo e função técnica;

~~VIII – treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;~~
VIII – treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária que ressaltem a importância destes movimentos para as populações que os promovem;

IX – ensino, pesquisa e extensão universitária que falem a respeito das técnicas de construções indígenas brasileiras;

X – desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;

~~XI – elaboração de orçamento;~~
XI – elaboração de projetos arquitetônicos com orçamento e materiais reduzidos, preferencialmente disponíveis no local de retomada;

XII – produção e divulgação técnica especializada;

~~XIII – execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico;~~
XIII – participação efetiva na concepção, produção e condução da obra, buscando entender o profissional arquiteto urbanista como agente formador do espaço e conjuntamente com os movimentos indígenas, capaz de produzir uma nova dinâmica urbana.

Parágrafo único. As atribuições de que trata este artigo aplicam-se aos seguintes campos de atuação:

I – de Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos;

II – de Arquitetura de Interiores, concepção e execução de projetos;

~~III – de Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial;~~
III – de Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços

externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerando o uso preferencial de plantas nativas e com o mínimo impacto aos agentes naturais já presentes no território como fauna, flora e água;

~~IV – do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;~~
IV – do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação e valorização de edificações, conjuntos e cidades, que não se prendam a símbolos representantes de um passado branco colonizador mas que valorize os ícones de resistência indígena e originária da História brasileira;

V – do Planejamento Urbano e Regional planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;

~~VI – de Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto-interpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto~~
VI – de Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto que auxiliem as comunidades indígenas a demandarem reconhecimento sobre seu território ancestral;

VII – da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações;

~~VIII – dos sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas~~
VIII – dos sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas, em materiais diversos e não inseridos na lógica mercantil tradicional como lona, palha, madeira reaproveitada, bambu, etc;

IX – de instalações e equipamentos referentes à Arquitetura e Urbanismo;

~~X – do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços~~
X – do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços indígenas e não indígenas;

XI – do Meio Ambiente, estudo e avaliação dos impactos ambientais, licenciamento ambiental, utilização racional dos recursos disponíveis e desenvolvimento sustentável;

XII – do Meio Ambiente, elaboração de propostas e ações concretas que busquem eliminar ou no mínimo mitigar as ações daqueles que invadem e violentam as terras reivindicadas por comunidades originárias;

XIII – da Política e do Ensino, encabeçar e propagar o entendimento do Brasil historicamente como terra indígena, e portanto buscar sempre estabelecer o diálogo e cooperação entre as diversas comunidades que compõem o tecido social, sendo elas indígenas ou não indígenas.

Bibliografia

A NOVA DEMOCRACIA. MS: tropa de choque reprime indígenas da tekoha Yvu Vera. Disponível em: https://anovademocracia.com.br/ms-tropa-de-choque-reprime-indigenas-da-tekoha-yvu-vera/. Acesso em: 30 abr. 2026.
A VERDADE. Retomada Krim Orutu: povo indígena Puri se reergue em Minas Gerais. 2025. Disponível em: https://averdade.org.br/2025/03/retomada-krim-orutu-povo-indigena-puri-se-reergue-em-minas-gerais/. Acesso em: 30 abr. 2026.
ACUCENA (MG). Aldeia Pataxó Geru Tucuna. Disponível em: https://acucena.mg.gov.br/noticias/aldeia-pataxo-geru-tucuna. Acesso em: 30 abr. 2026.
AFRONTE JORNALISMO. Retomada Kaingang em Santa Maria (RS). Disponível em: https://afrontejornalismo.com.br/retomada-kaingang-em-santa-maria-rio-grande-do-sul/. Acesso em: 30 abr. 2026.
AFRONTE JORNALISMO. Retomada Kaingang Re Si: Graminha ou Capim Pequeno. Disponível em: https://afrontejornalismo.com.br/retomada-kaingang-re-si-graminha-ou-capim-pequeno-sopros-de-vida-e-esperanca/. Acesso em: 30 abr. 2026.
AGÊNCIA AMAPÁ. Reconhecimento à ancestralidade indígena do Amapá, diz governador Clécio Luís na entrega do novo Museu Kuahi em Oiapoque. Disponível em: https://agenciaamapa.com.br/noticia/31267/reconhecimento-a-ancestralidade-indigena-do-amapa-diz-governador-clecio-luis-na-entrega-do-novo-museu-kuahi-em-oiapoque. Acesso em: 30 abr. 2026.
AGÊNCIA BRASIL. Indígenas são baleados em confronto com PM em Mato Grosso do Sul. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-09/indigenas-sao-baleados-em-confronto-com-pm-em-mato-grosso-do-sul. Acesso em: 30 abr. 2026.
AGÊNCIA BRASIL. Supremo celebra acordo e garante TI Ñande Ru Marangatu aos indígenas. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-09/supremo-celebra-acordo-e-garante-ti-nande-ru-marangatu-aos-indigenas. Acesso em: 30 abr. 2026.
ALDEIA ESCOLA FLORESTA. Cotidiano. Disponível em: https://aldeiaescolafloresta.org/portfolio-item/cotidiano/. Acesso em: 30 abr. 2026.
ALDEIA KATURAMA. Perfil oficial no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/aldeiakaturama/. Acesso em: 30 abr. 2026.
ALMG – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Indígenas da etnia Puri reafirmam resistência na ocupação em usina de Aimorés. Disponível em: https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Indigenas-da-etnia-Puri-reafirmam-resistencia-na-ocupacao-em-Usina-de-Aimores/. Acesso em: 30 abr. 2026.
AMAZÔNIA REAL. A guerra do potássio em Autazes. Disponível em: https://www.amazoniareal.com.br. Acesso em: 30 abr. 2026.
AMAZÔNIA REAL. Liderança Guarani Kaiowá. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/lideranca-guarani-kaiowa/. Acesso em: 30 abr. 2026.
AMAZÔNIA REAL. Marco temporal: indígenas Puruborá temem perder território em Rondônia. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/marco-temporal-indigenas-purubora-temem-perder-a-terra-aperoi-em-rondonia/. Acesso em: 30 abr. 2026.
ANAIND. Grupo de indígenas encontra nova ocupação e busca aldeamento no sul de MG. Disponível em: https://anaind.org.br/noticias/grupo-de-indigenas-encontra-nova-ocupacao-e-busca-aldeamento-no-sul-de-mg/. Acesso em: 30 abr. 2026.
APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Ataques na TI Comexatiba. 2026. Disponível em: https://apiboficial.org/2026/02/24/fazendeiros-e-pistoleiros-promovem-novos-ataques-na-ti-comexatiba-e-espalham-fake-news-para-confundir-a-populacao/. Acesso em: 30 abr. 2026.
APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Nota de repúdio sobre a prisão dos povos Guarani e Kaiowá. Disponível em: https://apiboficial.org/2023/04/12/nota-de-repudio-sobre-a-prisao-dos-povos-guarani-e-kaiowa/. Acesso em: 30 abr. 2026.
APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Retomada Maxakali ocupa terra para construir a aldeia-escola floresta. 30 set. 2021. Disponível em: https://apiboficial.org/2021/09/30/retomada-maxakali-ocupa-terra-para-construir-a-aldeia-escola-floresta/. Acesso em: 30 abr. 2026.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). 34ª RBA – artigo em PDF. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/34rba_582_33838109_490538.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). Terra Livre. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3689. Acesso em: 30 abr. 2026.
BIBLIOTECA DIGITAL DE DIREITOS HUMANOS (MDH). Relatório Guarani e Kaiowá. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/8811/1/versao-final-relatorio-guaranis-e-kaiowas-1-compressed.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.
BLOG LONDRINA (Prefeitura Municipal de Londrina). Disponível em: https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=106092. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Cercados pelo dendê: povos tradicionais vivem terror em disputa com biodiesel. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/08/08/cercados-pelo-dende-povos-tradicionais-vivem-terror-em-disputa-com-produtora-de-biodiesel/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Documentário narra retomada da terra ancestral pelos Mbya Guarani em Cachoeirinha (RS). 27 jun. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/06/27/documentario-narra-retomada-da-terra-ancestral-pelos-mbya-guarani-em-cachoeirinha-rs/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Entre muros e grades: criminalização da luta Guarani Kaiowá. 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/04/29/entre-muros-e-grades-a-criminalizacao-da-luta-guarani-kaiowa-pela-nova-retomada-de-yvu-vera/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Festa histórica: povo Xokó celebra 46 anos de retomada do território. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/09/11/festa-historica-povo-xoko-de-sergipe-celebra-46-anos-de-retomada-do-territorio/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Indígenas Ava Guarani retomam parte de antiga terra tradicional no Paraná. 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/02/17/indigenas-ava-guarani-retomam-parte-de-antiga-terra-tradicional-no-parana/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Indígenas denunciam pistoleiros por disparos contra turistas no sul da Bahia; ao menos cinco pessoas são detidas no local. 24 fev. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/02/24/indigenas-denunciam-pistoleiros-por-disparos-contra-turistas-no-sul-da-bahia-ao-menos-cinco-pessoas-sao-detidas-no-local/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Indígenas Kaingang da área urbana de Londrina enfrentam dificuldades e resistem. 10 mar. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/03/10/indigenas-kaingang-da-area-urbana-de-londrina-enfrentam-dificuldades-e-resistem/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Justiça suspende ordem de reintegração de posse contra indígenas Pataxó no extremo sul da Bahia. 13 mar. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/03/13/justica-suspende-ordem-de-reintegracao-de-posse-contra-indigenas-pataxo-no-extremo-sul-da-bahia/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Povo Guarani Mbya retoma território ancestral Tekoa Nhe'engatu em Viamão (RS). 15 fev. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/02/15/povo-guarani-mbya-retoma-territorio-ancestral-tekoa-nhe-engatu-em-viamao-rs/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Povo Tabajara teme novo extermínio com marco temporal. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/podcast/mosaico-cultural/2023/06/10/povo-tabajara-na-paraiba-teme-novo-exterminio-com-possivel-aprovacao-do-marco-temporal/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Povos indígenas do Jequitinhonha (MG) e mineração de lítio. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/09/02/indigenas-do-jequitinhonha-mg-lutam-pela-protecao-de-suas-terras-contra-a-mineracao-de-litio/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Retomada indígena em Comexatiba (BA). 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/02/22/526-anos-depois-indigenas-pataxo-retomam-area-na-praia-do-primeiro-contato-na-bahia-e-pedem-demarcacao-do-territorio/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Retomada indígena em Viamão (RS). 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/02/15/povo-guarani-mbya-retoma-territorio-ancestral-tekoa-nhe-engatu-em-viamao-rs/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Retomada indígena Kaingang em Porto Alegre. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/12/23/retomada-indigena-kaingang-re-si-nasce-em-porto-alegre-em-defesa-do-territorio/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Retomada indígena Kaingang Re Si nasce em Porto Alegre em defesa do território. 23 dez. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/12/23/retomada-indigena-kaingang-re-si-nasce-em-porto-alegre-em-defesa-do-territorio/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Retomada indígena Xetá recoloca em disputa demarcação paralisada há 27 anos no Paraná. 18 mar. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2026/03/18/retomada-indigena-xeta-recoloca-em-disputa-demarcacao-paralisada-ha-27-anos-no-parana/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Saiba mais como os Guarani Kaiowá vêm retomando terra ancestral no Mato Grosso do Sul. 6 mar. 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/03/06/saiba-mais-como-os-guarani-kaiowa-vem-retomando-terra-ancestral-no-mato-grosso-do-sul/. Acesso em: 30 abr. 2026.
BRASIL DE FATO. Três indígenas são mortos ao terem casa queimada em retomada em Dourados (MS). 31 mar. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/03/31/tres-indigenas-sao-mortos-ao-terem-casa-queimada-em-retomada-em-dourados-ms/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Aldeia pode voltar a ser pedreira. Disponível em: https://cimi.org.br/2017/11/aldeia-pode-voltar-a-ser-uma-pedreira-ainda-nesta-semana-mas-os-pitaguary-nao-querem-deixar/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Artigos, notas e relatórios diversos (2007–2025). Disponível em: https://cimi.org.br. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Ataques ao povo Guarani e Kaiowá. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/09/guarani-e-kaiowa-retomam-guyraroka-pulverizacao-de-veneno/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Ataques em retomadas indígenas. Disponível em: https://cimi.org.br/2024/07/nota-tres-ataques/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Conflitos em retomada Arapoty. Disponível em: https://cimi.org.br/2024/08/fazendeiros-barraco-arapoty/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Kariri-Xokó denuncia ameaças em terra indígena. Disponível em: https://cimi.org.br/2024/04/povo-kariri-xoco-denuncia-novas-ameacas-em-terra-indigena-homologada-mas-tomada-por-posseiros/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Lideranças Tembé são alvejadas por seguranças de empresa de óleo de palma. Disponível em: https://cimi.org.br/2023/08/liderancas-tembe-sao-alvejadas-por-segurancas-de-empresa-produtora-de-oleo-de-palma/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Livro retomada povos Ava-Guarani e Kaiowá. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/03/livro-retomada-fotodocumentario-com-os-povos-ava-guarani-e-guarani-e-kaiowa/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Luta Ka'apor pela descolonização. Disponível em: https://cimi.org.br/2021/11/a-luta-pela-descolonizacao-e-libertacao-no-territorio-do-povo-kaapor/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Nota de pesar pelo assassinato de liderança indígena. Disponível em: https://cimi.org.br/2024/01/nota-de-pesar-e-indignacao-pelo-assassinato-da-paje-pataxo-ha-ha-hae-maria-de-fatima-muniz/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Relatório violência contra povos indígenas 2018. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Relatório violência povos indígenas 2023. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/

uploads/2024/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.
CÁRITAS INDIGENISTA MISSIONÁRIA (CIMI). Terras demarcadas são garantia contra impactos ambientais. Disponível em: https://cimi.org.br/2023/02/terras-demarcadas-sao-garantia-para-enfrentar-impactos-ambientais-em-aldeias-do-tocantins/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CEDEFES – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOI FERREIRA DA SILVA. Retomada Xukuru-Kariri em Brumadinho (MG): um ano de muitas conquistas. Disponível em: https://www.cedefes.org.br/retomada-xukuru-kariri-em-brumadinho-mg-um-ano-de-muitas-conquistas/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CEDEFES. Instalada em novo local, aldeia Kariri Wakoná busca posse definitiva em Caldas (MG). Disponível em: https://www.cedefes.org.br. Acesso em: 30 abr. 2026.
CEDEFES. Resistência indígena na RMBH. Disponível em: https://www.cedefes.org.br/luta-e-resistencia-indigena-na-rmbh-cresce-e-fortalece/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CEDEFES. Retomada indígena Kamakã Mongoió em Brumadinho (MG). Disponível em: https://www.cedefes.org.br/a-retomada-indigena-kamaka-mongoio-em-brumadinho-mg-faz-dois-anos-de-resistencia-e-de-luta/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CEDEFES. Retomadas em todo o país: indígenas ocupam suas terras ancestrais. Disponível em: https://www.cedefes.org.br/retomadas-em-todo-o-pais-indigenas-ocupam-suas-terras-ancestrais-ainda-que-sob-ataque/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. [Matéria]. 2015. Disponível em: https://cimi.org.br/2015/06/37352/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. [Matéria]. jan. 2016. Disponível em: https://cimi.org.br/2016/01/38092/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. [Matéria]. jul. 2015. Disponível em: https://cimi.org.br/2015/07/37430/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Autodemarcação no Alto Solimões (Kokama e Tikuna). 2021. Disponível em: https://cimi.org.br/2021/04/autodemarcacao-medio-solimoes-kokama-ticuna-ti-porto-praia-de-baixo/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Autodemarcação no Médio Solimões: povos Kokama e Tikuna. 2021. Disponível em: https://cimi.org.br/2021/04/autodemarcacao-medio-solimoes-kokama-ticuna-ti-porto-praia-de-baixo/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Decisão judicial retira um terço da TI Taego Ãwa do povo Avá-Canoeiro. 2023. Disponível em: https://cimi.org.br/2023/02/decisao-judicial-retira-um-terco-da-ti-taego-awa-to-do-povo-ava-canoeiro/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Guarani e Kaiowá retomam Guyraroka e denunciam pulverização de veneno. 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/09/guarani-e-kaiowa-retomam-guyraroka-pulverizacao-de-veneno/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Guarani e Kaiowá retomam Guyraroka. 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/09/guarani-e-kaiowa-voltam-a-retomada-na-ti-guyraroka-e-sao-atacados-onu-e-cidh-sao-acionadas/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Guarani e Kaiowá voltam à retomada na TI Guyraroka e são atacados. set. 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/09/guarani-e-kaiowa-voltam-a-retomada-na-ti-guyraroka-e-sao-atacados-onu-e-cidh-sao-acionadas/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Guarani e Kaiowá: formação política na TI Arariboia. 2022. Disponível em: https://cimi.org.br/2022/06/guardioes-da-floresta-realizam-formacao-politica-na-ti-arariboia-no-maranhao/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Indígenas denunciam morosidade na demarcação no Maranhão. 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/03/indigenas-denunciam-morosidade-demarcacao-ma/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Nota do CIMI sobre o caso Guegue Gamella e reintegração de posse. out. 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/10/nota-do-cimi-guegue-gamella-reintegracao-posse/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Nota sobre saúde em Marãiwatsédé. maio 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/05/nota-cimi-saude_maraiwatsede/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Policiais usam bombas de gás vencidas; violência segue nas retomadas de Caarapó. set. 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/09/policiais-usam-bombas-de-gas-vencidas-jaguncos-enterram-cachorros-vivos-e-violencia-segue-nas-retomadas-de-caarapo/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Povo Krenye e retomada no Maranhão. 2019. Disponível em: https://cimi.org.br/2019/02/povo-krenye-recebe-da-funai-escritura-de-reserva-indigena-retomada-ha-um-ano/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Povo Krenye mantém ocupação no Maranhão. 2018. Disponível em: https://cimi.org.br/2018/02/com-audiencia-cancelada-pela-funai-povo-krenye-mantem-ocupacao-de-terra-no-maranhao/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Povo Munduruku expulsa madeireiros durante autodemarcação. jul. 2019. Disponível em: https://cimi.org.br/2019/07/povo-munduruku-expulsa-madeireiros-territorio-durante-autodemarcacao/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Povo Tupinambá retoma território em Una. 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/09/povo-tupinamba-retomada-una/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Povos indígenas retomam Floresta Estadual Metropolitana de Piraquara (PR). ago. 2021. Disponível em: https://cimi.org.br/2021/08/povos-indigenas-retomam-floresta-estadual-metropolitana-piraquara-pr/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Pyelito Kue: retomada sofre ataques no MS. nov. 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/11/pyelito-kue-retomada-ataques-gtt/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Queima de casa de reza do povo Guarani. fev. 2024. Disponível em: https://cimi.org.br/2024/02/queima-casa-de-reza-marcal/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Retomada Comexatiba Kai. 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/08/retomada-comexatiba-kai/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Retomada do povo Xetá ocorre 70 anos após massacre. fev. 2026. Disponível em: https://cimi.org.br/2026/02/retomada-povo-xeta-70-anos-apos-massacre/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Retomada indígena no Maranhão. 2022. Disponível em: https://cimi.org.br/2022/04/retomada-indigena-maranhao/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Retomadas Guarani, Kaingang e Xokleng no RS. maio 2025. Disponível em: https://cimi.org.br/2025/05/retomadas-guarani-kaingang-xokleng-rs/. Acesso em: 30 abr. 2026.
CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Xetá mantém resistência no Paraná. mar. 2026. Disponível em: https://cimi.org.br/2026/03/xeta-mantem-resistencia-parana/. Acesso em: 30 abr. 2026.
COIAB. Movimento indígena pede garantia de continuidade na proteção da TI Uru-Eu-Wau-Wau. Disponível em: https://coiab.org.br. Acesso em: 30 abr. 2026.
COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE (CPI-ACRE). Auto-demarcação da Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência. Disponível em: https://cpiacre.org.br. Acesso em: 30 abr. 2026.
COTIDIANO UFSC. Retomada Xokleng Konglui: o renascimento de um povo. Disponível em: https://cotidiano.sites.ufsc.br/retomada-xokleng-konglui-o-renascimento-de-um-povo/. Acesso em: 30 abr. 2026.
DEFENSORIA PÚBLICA DO ACRE. Comunidade Katukina em Cruzeiro do Sul. Disponível em: https://defensoria.ac.def.br/noticias/3011/Defensoria_Publica_do_Acre_realiza_visita_tecnica_a_comunidade_indigena_Katukina_em_Cruzeiro_do_Sul. Acesso em: 30 abr. 2026.
DEFENSORIA PÚBLICA DO CEARÁ. MPF e Defensoria recomendam retomada de estudos de demarcação dos Anacé. Disponível em: https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/mpf-e-defensoria-publica-recomendam-retomada-de-estudos-para-demarcacao-de-terras-reivindicadas-pela-etnia-anace/. Acesso em: 30 abr. 2026.
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE. Visita técnica à comunidade indígena Katukina. Disponível em: https://defensoria.ac.def.br. Acesso em: 30 abr. 2026.
DIÁRIO DO AÇO. Festa indígena Pataxó promove ações culturais abertas ao público. Disponível em: https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0105833-festa-indigena-pataxo-promove-acoes-culturais-abertas-ao-publico. Acesso em: 30 abr. 2026.
DIREITO SOCIOAMBIENTAL. Documento Território. 2025. Disponível em: https://direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2025/05/Documento-Territorio.pdf.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.
DOCUMENTAL. Nhanderekoa. Disponível em: https://documental.xyz/nhanderekoa/. Acesso em: 30 abr. 2026.
FIOCRUZ – MAPA DE CONFLITOS. Povo Krahô-Kanela e retomadas territoriais. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/to-povo-kraho-kanela-30-anos-de-peregrinacao-para-reconquistar-suas-terras/. Acesso em: 30 abr. 2026.
Flocruz – Mapa de Conflitos. Povo Pataxó de Comexatiba. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/povo-indigena-pataxo-de-comexatiba-luta-para-acelerar-processo-de-demarcacao-da-ti. Acesso em: 30 abr. 2026.
FIOCRUZ. Mapa de Conflitos: comunidade Tremembé do Engenho. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidade-indigena-tremembe-do-engenho-luta-por-permanencia-em-territorio-tradicional/. Acesso em: 30 abr. 2026.
FLICKR. Amigas da Terra Brasil. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/amigasdaterrabr/54519093822. Acesso em: 30 abr. 2026.
FOLHAPRESS. Ataques contra indígenas Xikrin. Disponível em: https://folhapress.folha.com.br/foto/14290576. Acesso em: 30 abr. 2026.
FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Informes sobre a operação de desintrusão da TI Marãiwatsédé (MT). 2012. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2012/informes-sobre-a-operacao-de-desintrusao-da-ti-maraiwatsede-mt. Acesso em: 30 abr. 2026.
FUNAI. Suspensão de reintegração na TI Comexatiba. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2026/a-pedido-da-funai-trf1-suspende-reintegracao-de-posse-da-terra-indigena-comexatiba-na-bahia. Acesso em: 30 abr. 2026.
FUNAI. Suspensão de reintegração na TI Panambi Lagoa Rica. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/a-pedido-da-funai-trf3-suspende-reintegracao-de-posse-na-terra-indigena-panambi-lagoa-rica-no-ms. Acesso em: 30 abr. 2026.
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Governo federal retira invasores da Terra Indígena Maraiwatsede. Disponível em: https://www.gov.br/funai. Acesso em: 30 abr. 2026.
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Marakaxi e demarcação de terras. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/03/12/mpf-vai-a-justica-para-obrigar-uniao-e-funai-a-demarcarem-terra-indigena-marakaxi-no-para.ghtml. Acesso em: 30 abr. 2026.
G1. Brumadinho: comunidade indígena às margens do rio atingido pela lama enfrenta mais um rompimento, o de rituais. 26 jan. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/01/26/brumadinho-comunidade-indigena-as-margens-do-rio-atingido-pela-lama-enfrenta-mais-um-rompimento-o-de-rituais.ghtml. Acesso em: 30 abr. 2026.
G1. Casas indígenas em Alagoas. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/arquivo/noticia/2025/04/04/fiscalizacao-aponta-que-aldeia-indigena-no-interior-de-alagoas-abriga-mais-de-100-casas-de-taipa.ghtml. Acesso em: 30 abr. 2026.
G1. Museu Kuahi é reaberto em Oiapoque após 12 anos fechado. Disponível em: https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2025/07/22/museu-kuahi-e-reaberto-em-oiapoque-apos-12-anos-fechado-veja-horarios-de-visitacao.ghtml. Acesso em: 30 abr. 2026.
GOVERNO FEDERAL (AGU – ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO). AGU reverte decisão que reduziria em 30% terra indígena Taego Ãwa no Tocantins. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-reverte-decisao-que-reduziria-em-30-terra-indigena-taego-awa-no-tocantins. Acesso em: 30 abr. 2026.
GRAN CURSOS ONLINE. Alunos do curso de Direito visitaram o território sagrado Floresta Estadual Metropolitana de Piraquara. Disponível em:

https://presencial.grancursosonline.com.br/noticias/alunos-do-curso-de-direito-visitaram-o-territorio-sagrado-floresta-estadual-metropolitana-de-piraquara-confira/. Acesso em: 30 abr. 2026.
IHU UNISINOS. Em plena visita da ONU, Justiça ordena despejo de comunidade Guarani e Kaiowá. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/noticias/552503-em-plena-visita-da-onu-justica-ordena-despejo-de-comunidade-guarani-e-kaiowa. Acesso em: 30 abr. 2026.
IHU UNISINOS. Se esperar pela Funai, a demarcação não sai, diz cacique do povo Nawa. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/623616-se-esperar-pela-funai-a-demarcacao-nao-sai-diz-cacique-do-povo-nawa. Acesso em: 30 abr. 2026.
INFOAMAZÔNIA. Guajajara e violência no Maranhão. 2022. Disponível em: https://infoamazonia.org/2022/09/08/nunca-tiveram-pudor-em-nos-assassinar-afirma-lider-guajajara-sobre-mortes-de-indigenas-no-maranhao/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INFOAMAZÔNIA. Liderança Guajajara denuncia mortes no Maranhão. 2022. Disponível em: https://infoamazonia.org/2022/09/08/nunca-tiveram-pudor-em-nos-assassinar-afirma-lider-guajajara-sobre-mortes-de-indigenas-no-maranhao/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INFOAMAZÔNIA. Sem terras demarcadas e autodemarcação. 2022. Disponível em: https://infoamazonia.org/2022/10/27/sem-terras-demarcadas-indigenas-se-arriscam-fazendo-autodemarcacao-durante-o-governo-bolsonaro/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INFOAMAZÔNIA. Sem terras demarcadas, indígenas se arriscam fazendo autodemarcação durante o governo Bolsonaro. 2022. Disponível em: https://infoamazonia.org/2022/10/27/sem-terras-demarcadas-indigenas-se-arriscam-fazendo-autodemarcacao-durante-o-governo-bolsonaro/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTAGRAM. Perfil Xokleng Três Barras. Disponível em: https://www.instagram.com/xoklengtresbarras/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTAGRAM. Publicação. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_uN5scAxzF/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTAGRAM. Publicação. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C-M9PraOoD4/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTAGRAM. Publicação. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CucJR97Of7S/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTAGRAM. Publicação. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DANCW_JgIlm/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTAGRAM. Publicação. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DBG9YVUuAZe/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTAGRAM. Publicação. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DJO7QIbulr-/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTAGRAM. Publicação. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DQx1refDI6K/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Conheça a Terra Indígena Apyka'i (MS). Disponível em: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/conheca-terra-indigena-apykai-ms-identificada-pela-funai-ao-povo-guarani. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Os Ava-Guarani no Oeste do Paraná: reexistência em Tekoha Guasu Guavira. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/os-ava-guarani-no-oeste-do-parana-reexistencia-em-tekoha-guasu-guavira. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povo Kinikinau. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kinikinau. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povo Krenak. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povo Nawa conquista avanço na demarcação de seu território no Acre. Disponível em: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/povo-nawa-conquista-avanco-na-demarcacao-de-seu-territorio-no-acre. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povo Nawa e demarcação no Acre. Disponível em: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/povo-nawa-conquista-avanco-na-demarcacao-de-seu-territorio-no-acre. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povo Puruborá. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Puruborá. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Terras Indígenas: Apyka'i (MS). Disponível em: https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/conheca-terra-indigena-apykai-ms-identificada-pela-funai-ao-povo-guarani. Acesso em: 30 abr. 2026.
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Território Potiguara. Disponível em: http://trilhasdospotiguaras.pb.gov.br/pt-br/territorio-potiguara/. Acesso em: 30 abr. 2026.
INTERCEPT BRASIL. Reportagens e imagens sobre povos Guarani-Kaiowá. Disponível em: https://www.intercept.com.br. Acesso em: 30 abr. 2026.
JORNAL DA USP. Para os indígenas Guarani Mbya, saúde do corpo e do território são indissociáveis. Disponível em: https://jornal.usp.br/diversidade/para-os-indigenas-guarani-mbya-saude-do-corpo-e-do-territorio-sao-indissociaveis/. Acesso em: 30 abr. 2026.
JORNAL DA USP. Saúde do corpo e do território Guarani Mbya. Disponível em: https://jornal.usp.br/diversidade/para-os-indigenas-guarani-mbya-saude-do-corpo-e-do-territorio-sao-indissociaveis/. Acesso em: 30 abr. 2026.
JORNAL DO BRASIL. MPF pede ação da PF contra pistoleiros Xikrin. Disponível em: https://www.jb.com.br/pais/2019/08/1014911-mpf-pede-acao-urgente-da-policia-federal-para-evitar-ataque-de-pistoleiros-aos-indigenas-xikrin-em-altamira--pa.html. Acesso em: 30 abr. 2026.
MAPA DE CONFLITOS (FIOCRUZ). Conflito com o povo Jaminawa exige regularização da TI Colocação São Paulino. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br. Acesso em: 30 abr. 2026.
MARCO ZERO. Indígenas ocupam terreno em Igarassu e defendem criação de reserva indígena urbana. Disponível em: https://marcozero.org. Acesso em: 30 abr. 2026.
MONGABAY. Julgamento do assassinato de guardião da floresta é adiado para 2026. 2025. Disponível em: https://brasil.mongabay.com/2025/11/apesar-de-6-anos-de-espera-julgamento-do-assassinato-de-guardiao-da-floresta-e-adiado-para-2026/. Acesso em: 30 abr. 2026.
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA USP. Publicação acadêmica. Disponível em: https://revistas.usp.br/revmae/pt_BR/article/view/109372/107859. Acesso em: 30 abr. 2026.
NOVACARTOGRAFIASOCIAL. Indígenas Turiwara e retomada no Alto Rio Acará. Disponível em: http://novacartografiasocial.com.br/indigenas-turiwara-retomam-a-aldeia-tukano-sawa-no-territorio-etnicamente-configurado-do-alto-rio-acara/. Acesso em: 30 abr. 2026.
O JOIO E O TRIGO. Guarani e Kaiowá retomam fazenda no MS e expõem disputa territorial. 2025. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2025/12/guarani-e-kaiowa-retomam-fazenda-no-ms-para-impedir-uso-de-agrotoxico-e-expoem-disputa-que-pode-redefinir-demarcacoes-no-pais/. Acesso em: 30 abr. 2026.
O JOIO E O TRIGO. Guarani e Kaiowá retomam fazenda no MS para impedir uso de agrotóxico e expõem disputa que pode redefinir demarcações no país. dez. 2025. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2025/12/guarani-e-kaiowa-retomam-fazenda-no-ms-para-impedir-uso-de-agrotoxico-e-expoem-disputa-que-pode-redefinir-demarcacoes-no-pais/. Acesso em: 30 abr. 2026.
OFM – ORDEM DOS FRADES MENORES. Dois anos de retomada do território Arapowã Kakya do povo Xukuru-Kariri. Disponível em: https://ofm.org.br/dois-anos-de-retomada-do-territorio-arapowa-kakya-do-povo-xukuru-kariri/. Acesso em: 30 abr. 2026.
OJOIO E O TRIGO. Retomada Pataxó em Comexatiba e disputa territorial. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2025/12/guarani-e-kaiowa-retomam-fazenda-no-ms-para-impedir-uso-de-agrotoxico-e-expoem-disputa-que-pode-redefinir-demarcacoes-no-pais/. Acesso em: 30 abr. 2026.
OUVIR OUTRAS PALAVRAS. Retomada Guarani: viver da terra ou morrer por ela. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/retomada-guarani-viver-da-terra-ou-morrer-por-ela/. Acesso em: 30 abr. 2026.
PÁGINA DE MEMÓRIA (GOOGLE DRIVE). Documento acadêmico não publicado. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1e-lV4j_HGhyczEgu0xJ6CWzxZKe87Fyw/view. Acesso em: 30 abr. 2026.
PERIFERIA EM MOVIMENTO. Dok Kalipety. 2024. Disponível em: https://periferiaemmovimento.com.br/dockalipety26022024/. Acesso em: 30 abr. 2026.
PERIFERIA EM MOVIMENTO. Dok Kalipety. Disponível em: https://periferiaemmovimento.com.br/dockalipety26022024/. Acesso em: 30 abr. 2026.
PIB SOCIOAMBIENTAL. Povo Katukina (Pano). Disponível em: https://pib.socioambiental.org. Acesso em: 30 abr. 2026.
PIB SOCIOAMBIENTAL. Povo Kiriri. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kiriri. Acesso em: 30 abr. 2026.
PORTAL DE LIVROS UFG. Publicação. Disponível em: https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/617/590/2436. Acesso em: 30 abr. 2026.
PORTAL DE LIVROS UFG. Publicação. Disponível em: https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/view/617/590/2436. Acesso em: 30 abr. 2026.
PORTAL PIB / UNIVERSIDADES (UFSC, UFC, UFG, UFRGS, UFAL). Documentos acadêmicos diversos. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br / https://repositorio.ufal.br / https://repositorio.ufc.br / https://repositorio.ufmg.br. Acesso em: 30 abr. 2026.
PORTAL PÚBLICO DE REPORTAGENS. Indígenas em Roraima e disputa por demarcações e soja. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2025/12/indigenas-roraima-demarcacoes-soja/. Acesso em: 30 abr. 2026.
PORTAL VERDADE. "O território é sagrado para nós": novo ataque à retomada Kaingang e o contínuo apagamento dos povos indígenas. Disponível em: https://portalverdade.com.br/o-territorio-e-sagrado-para-nos-novo-ataque-a-retomada-kaingang-e-o-continuo-apagamento-dos-povos-indigenas/. Acesso em: 30 abr. 2026.
RACISMO AMBIENTAL. Krenak e o colapso do Rio Doce. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2017/07/03/a-dura-vida-da-tribo-krenak-apos-o-colapso-do-rio-doce/. Acesso em: 30 abr. 2026.
REPÓRTER BRASIL. Ataque que matou cacique Nísio Gomes teve planejamento minucioso, segundo MPF. 2012. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2012/12/ataque-que-matou-cacique-nizio-gomes-teve-planejamento-minucioso-segundo-mpf/. Acesso em: 30 abr. 2026.
REPORTER BRASIL. Documento "Em Terras Alheias". Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/imported/documentos/emterrasalheias.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.
REPÓRTER BRASIL. Em terras alheias (relatório). Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/imported/documentos/emterrasalheias.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.
REPÓRTER POPULAR. Retomada Xokleng sofre ameaça de despejo na Serra Gaúcha. Disponível em: https://reporterpopular.com.br/retomada-xokleng-sofre-ameaca-de-despejo-na-serra-gaucha/. Acesso em: 30 abr. 2026.
REPOSITÓRIO UFMG. Documento acadêmico em PDF. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br. Acesso em: 30 abr. 2026.
REPOSITÓRIO UFMG. Documento acadêmico. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/1721d976-a29f-4c76-b67e-68f6ac8e8267. Acesso em: 30 abr. 2026.
REPOSITÓRIO UFMG. Item acadêmico. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/e9ea002a-84e1-4dfd-87ba-8a4b821234f6. Acesso em: 30 abr. 2026.
REPOSITÓRIO UFMG. Trabalho acadêmico. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/1721d976-a29f-4c76-b67e-68f6ac8e8267. Acesso em: 30 abr. 2026.
REVISTA DE ARQUEOLOGIA USP. Artigo científico. Disponível em: https://revistas.usp.br/revmae/pt_BR/article/view/109372/107859. Acesso em: 30 abr. 2026.
SELVAGEM CICLO DE ESTUDOS. Flechas lançadas: sua direção é a retomada. Disponível em: https://selvagemciclo.org.br/flechas-lancadas-sua-direcao-e-retomada/. Acesso em: 30 abr. 2026.
SUL21. Demarcação de terra indígena em Porto Alegre avança. 2025. Disponível em: https://sul21.com.br/noticias/geral/2025/11/em-avanco-para-demarcacao-terra-indigena-de-porto-alegre-e-delimitada-pela-funai/. Acesso em: 30 abr. 2026.
TEIA DOS POVOS. Com autodemarcação e mbaraka na mão: retomadas Guarani e Kaiowá resistem aos ataques do latifúndio. Disponível em: https://teiadospovos.org. Acesso em: 30 abr. 2026.
TEIA DOS POVOS. Retomada Kaingang e resistência. Disponível em: https://teiadospovos.org/acao-direta-por-terra-e-territorio-viva-os-2-anos-da-retomada-gah-re/. Acesso em: 30 abr. 2026.
TEIA DOS POVOS. Retomada Kaingang em Santa Maria. Disponível em: https://teiadospovos.org/comunicado-oficial-retomada-kaingang-venga/. Acesso em: 30 abr. 2026.
TERRAS INDÍGENAS (ISA). Notícias e conflitos em territórios indígenas. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br. Acesso em: 30 abr. 2026.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL (ISA). Notícia. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/232257. Acesso em: 30 abr. 2026.
TRF4. Notícia judicial sobre retomada Kaingang. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=29925. Acesso em: 30 abr. 2026.
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (TRF3). Comissão fundiária visita fazendas disputadas. Disponível em: https://web.trf3.jus.br/noticias/Noticiar/ExibirNoticia/438459-comissao-fundiaria-da-3-regiao-visita-fazendas-disputadas. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. [Título não identificado]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hDxoyblAZV0. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. [Título não identificado]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oXwIW_jagK8. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. [Título não identificado]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vCk3qYKzRJc. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Formação política e retomadas indígenas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=r-XT5kAmpdM. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Retomadas indígenas e resistência (vídeo). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UG8hKEf6X6Y. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo sobre ação policial em retomadas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ffVHa-JP6N0. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo sobre povos indígenas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rz_Q_GCK4mI. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo sobre retomada indígena Kamaka Grayra. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9A3QZyUiP5E. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo sobre retomadas Guarani e Kaiowá. Disponível em: https://youtu.be/NTrFSvD4EWU. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_0ZKBiR0Lig. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_aVI4DwL-LU. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4gtGmT3RwH4. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5HaAq4zFzWo. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Gy33FW7x3Xw. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=r5i3i8n6w-0. Acesso em: 30 abr. 2026.
YOUTUBE. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YYOKXJTZkJ8. Acesso em: 30 abr. 2026.